



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO

IVANISE BORGES SOUZA

**ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO
DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA DO ANO DE 2013**

NATAL
2016

IVANISE BORGES SOUZA

**ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO
DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA DO ANO DE 2013**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito obrigatório para a realização obtenção do grau de Mestra em Turismo, na área de Gestão em Turismo.

Orientador: Prof.º Luiz A. M. Mendes Filho, Dr.
Coorientador: Prof.º Glauber E. O. Santos, Dr.

NATAL
2016

Catálogo da Publicação na Fonte.
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Souza, Ivanise Borges.

Atividades características do turismo: uma análise da dimensão do turismo na economia brasileira do ano de 2013. - Natal, 2017.

153f: il.

Orientador: Prof. Dr. Luiz Augusto Machado Mendes Filho.

Coorientador: Prof. Dr. Glauber Eduardo de Oliveira Santos.

Dissertação (Mestrado em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-graduação em Turismo.

1. Economia do turismo – Dissertação. 2. Conta satélite do turismo – Dissertação. 3. Atividades características do turismo - Dissertação. 4. Dimensionamento econômico - Dissertação. 5. Contabilidade social - Dissertação. I. Mendes Filho, Luiz Augusto Machado. II. Santos, Glauber Eduardo de Oliveira. III. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. IV. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48:330

ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA DO ANO DE 2013

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como pré-requisito obrigatório para a realização obtenção do grau de Mestra em Turismo, na área de Gestão em Turismo.

Orientador: Prof.º Luiz A. M. Mendes Filho, Dr.
Coorientador: Prof.º Glauber E. O. Santos, Dr.

Natal, 10 de Agosto de 2016.

Banca examinadora:

Prof.º Luiz Augusto Machado Mendes Filho, Dr.(Orientador- Presidente)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Prof.º Glauber Eduardo de Oliveira Santos, Dr. (Coorientador/Examinador-Externo)
Universidade de São Paulo – USP

Prof.º Marcio Marreiro das Chagas, Dr.(Examinador-Externo)
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN

Prof.º Sérgio Marques Júnior, Dr.(Examinador-Interno)
Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN

Dedico este trabalho às pessoas que acreditaram em mim e em especial à minha família, que mesmo fisicamente distante me apoiou e me deu todo suporte necessário para que eu conseguisse concretizar esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, por me proporcionar o dom da vida e as conquistas que eu tive até o momento da conclusão deste trabalho.

Aos meus pais Luiz Gonzaga e Regina Lucia, pelo incentivo e apoio que recebi durante toda minha jornada de vida, por servirem como um modelo de força ao qual me espelhei para superar todas as dificuldades encontradas durante todo o mestrado.

Aos meus irmãos Ivana e Ivanilson que mesmo com as brigas e desavenças sempre torceram por mim, me apoiaram com palavras de incentivos e motivação. Sei que posso sempre contar com vocês!

A todos os meus familiares, que à distância enviaram orações e as boas vibrações vindas diretas do Piauí (via wi-fi)!

Ao meu orientador, Prof. Luiz Mendes Filho que embarcou nessa jornada comigo, mesmo sem saber quase nada do meu tema, me ajudou em tudo o que precisei, até quando eu não esperava. Depositou toda a sua confiança em mim, mesmo quando nem eu tinha. Um ser humano admirável enquanto profissional pai de família e como pessoa. Ao senhor o meu muito obrigado!

Ao Prof. Glauber, que inesperadamente surgiu para solidificar essa pesquisa. Obrigada por aceitar esta empreitada. Mesmo quando não tinha nenhuma obrigação para com este trabalho, o senhor disse sim. Suas contribuições foram de suma importância para o meu amadurecimento acadêmico, mesmo a quilômetros de distâncias.

À Prof.^a Lissa, minha quase orientadora da primeira vez que tentei a seleção do mestrado. Obrigada pelos ensinamentos e mensagens passados durante suas aulas, foram motivadores. Obrigada também pelo carinho.

Aos professores Mauro Lemuel e Sérgio Marques, pela colaboração e incentivo em sala de aula e na construção deste trabalho, desde o desenvolvimento enquanto um simples projeto.

A todos os professores que integram o corpo docente do Programa de Pós-graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN. A todo corpo técnico-administrativo do programa, em especial a nossa querida Juliane Medeiros, que desde 2011 tem me ajudado em tudo que precisei.

A turma Template, da qual faço parte e que jamais esquecerei, pois vivemos tantos momentos de alegrias e dificuldades em tão pouco tempo, mas com uma intensidade que parece que nos conhecemos há anos. Guardarei todos em minha memória.

Ao Cleber e Brenno que por alguns meses me abrigaram em sua casa. E as manas Ana Paula e Jenniffer por preencherem meus momentos de solidão e por compartilharem seu tempo comigo, obrigada!

A D. Ione, que por dois anos me acolheu em sua casa como uma inquilina. No entanto tratou-me como um membro de sua família.

Aos amigos que fiz que durante o mestrado e aos que deixei em Teresina, que me ajudaram e torceram por mim.

E por fim, quero agradecer a CAPES pelo auxílio concedido nesses 24 meses de mestrado, que foram decisivos para minha permanência no curso.

OBRIGADA A TODOS!

“Nenhuma sociedade pode prosperar e ser feliz se a grande maioria dos seus membros for pobre e miserável. Nada mais equitativo, aliás, que os que alimentam, vestem, e abrigam todo o povo, fiquem com parte do produto do seu próprio trabalho de forma a ser eles mesmos minimamente bem alimentados, vestidos e abrigados.”

(Adam Smith - A Riqueza das Nações)

SOUZA, Ivanise Borges. **ATIVIDADES CARACTERÍSTICAS DO TURISMO: UMA ANÁLISE DA DIMENSÃO DO TURISMO NA ECONOMIA BRASILEIRA DO ANO DE 2013.** 2016. 154 f. Dissertação de Mestrado em Turismo - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

RESUMO

A atividade turística brasileira, ao longo dos últimos anos, vem se desenvolvendo substancialmente. Porém, não há informações o bastante para dimensionar o desempenho do turismo na economia, pois as pesquisas que existem não são suficientes ou estão com dados defasados. As pesquisas com abordagem estatística e econômica, como a Conta Satélite do Turismo (CST), configuram-se como importantes fontes de informações para o planejamento de políticas, investimentos e expansão do mercado, visando melhorias para a população, para o *trade* turístico e para o turista. Com a mensuração econômica do turismo, torna-se possível identificar atividades em crescimento, que geram postos de trabalho, renda e melhorias da condição social da população, assim como apontar atividades estagnadas. O presente trabalho tem por objetivo analisar a participação das Atividades Características do Turismo (ACT's) na economia brasileira no ano de 2013. O intuito é gerar informações para o dimensionamento e o desenvolvimento da atividade turística no contexto brasileiro. A pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritiva, transversal, de abordagem quantitativa. O estudo foi realizado a partir de dados secundários extraídos principalmente da Pesquisa Anual de Serviços desenvolvida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Sistema de Informações Sobre o Mercado de Trabalho no setor de turismo do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. A metodologia aplicada teve como base o modelo da CST-99 do Brasil e o relatório “Economia do Turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009”, ambas as publicações fundamentadas nas diretrizes e metodologias recomendadas pela Organização Mundial do Turismo (OMT) e pelo Sistema de Contas Nacionais -1993/2008. Para dimensionar a participação das ACT's na economia, foram aplicados os conceitos das identidades contábeis sobre os agregados macroeconômicos do turismo. Com isso, o trabalho teve como resultado a estimativa do valor bruto da produção, consumo intermediário, valor agregado bruto, gastos com o pessoal, excedente operacional bruto, número de postos de trabalho, rendimentos pagos e número de empresas. Para tanto, esta pesquisa vem a contribuir para a literatura da economia do turismo com perspectiva de ampliar as discussões sobre os mecanismos de mensuração do turismo para geração de informações econômicas e estatísticas para o Brasil.

Palavras-chave: Economia do turismo. Conta Satélite do Turismo. Atividades características do turismo. Dimensionamento econômico.

SOUZA, Ivanise Borges. **TOURISM CHARACTERISTICS ACTIVITIES: AN ANALYSIS OF THE TOURISM DIMENSION IN THE BRAZILIAN ECONOMY IN 2013.** 2016. 154 f. Master's Dissertation in Tourism - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN.

ABSTRACT

Brazilian tourism has been developing, quickly over the last years. However, there is not enough information to measure the performance of tourism in the economy, because the existing research sufficiently specific or obsolete data. Statistical and economic research, such as the Tourism Satellite Account (TSA), in an important source of information for policy planning, investment and market expansion, enabling improvements for residents, businesses and tourists. With the economic measurement of tourism, it is possible to identify growing activities that generate jobs, income and welfare, also pointing stable activities. This study aims to analyze the participation of Tourism Characteristic Activities (TCAs) in the Brazilian economy in 2013. The objective is to generate information for the measurement and development of tourism in the Brazilian context. The research is characterized as exploratory, descriptive, cross-sectional, using quantitative approach. The study relied on secondary data sources drawn mainly from research the Annual Survey of Services developed by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE) and the tourism Labor Market Information System of the Applied Economic Research Institute (IPEA). The applied methodology was based on Brazil's TSA-99 and on the report "Tourism Economics: a macroeconomic perspective 2003-2009", both based on the guidelines and methodologies recommended by the World Tourism Organization (UNWTO) and National Accounts System-1993/2008. To measure the participation of TCAs in the economy, the concepts of accounting identities of the macroeconomic aggregates of tourism were applied. Thus, the study resulted in estimation of gross value of production, intermediate consumption, gross value added, expenses personnel, gross operating surplus, number of jobs, paid income and number of companies. Therefore, this research contributes to the tourism literature with perspective to expand discussions on tourism measurement mechanisms for the generation of economic and statistical information about Brazil.

Keywords: Tourism economics. Tourism Satellite Account. Tourism characteristic activities. Economic dimensioning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Modelo simples dos fluxos monetários e físicos da renda	34
Figura 2 -	Modelo complexo das relações entre os fluxos monetário e físico da renda	35
Figura 3 -	Ilustração Representativa das Contas Satélites	44
Figura 4 -	Esquema da inserção dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços	59
Figura 5 -	Percurso metodológico da coleta dos dados secundários	80

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Modelo de uma Matriz Insumo-Produto	42
Quadro 2 -	Classificação dos tipos de turismo da CST	56
Quadro 3 -	Tabelas da conta satélite do turismo	67
Quadro 4 -	Problemas identificados pela EMBRATUR na estimação da CST-99 do Brasil	74
Quadro 5 -	Correspondência entre a <i>International Standard Industrial Classification</i> - <i>ISIC Rev. 3</i> e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0	81
Quadro 6 -	Correspondência entre a <i>Standard International Classification of Tourism Activities</i> - <i>SICTA</i> e a <i>International Standard Industrial Classification</i> - <i>ISIC Rev. 3</i>	82
Quadro 7 -	Correspondência entre as Atividades Características do Turismo e os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 1.0 e versão 2.0	83

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Valor Bruto da Produção das Atividades Característica do Turismo em 2013	107
Gráfico 2 -	Valor Adicionado Bruto das Atividades Característica do Turismo em 2013	108
Gráfico 3 -	Consumo Intermediário das Atividades Característica do Turismo em 2013	110
Gráfico 4 -	Excedente Operacional Bruto das Atividades Característica do Turismo em 2013	111
Gráfico 5 -	Gasto com pessoal das Atividades Característica do Turismo em 2013	112
Gráfico 6 -	Número de Postos de Trabalho das Atividades Característica do Turismo em 2013	114
Gráfico 7 -	Rendimentos pagos pelas Atividades Característica do Turismo em 2013	115
Gráfico 8 -	Remuneração média anual paga pelas Atividades Característica do Turismo em 2013	116
Gráfico 9 -	Número de empresas das Atividades Características do Turismo em 2013	117

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Classificação dos Produtos da CST	58
Tabela 2 -	Lista de categorias de produtos de consumo e atividades características do turismo	63
Tabela 3 -	Comparativo do valor bruto da produção dos serviços de alimentação e alojamento do SCN e da PAS em 2013	87
Tabela 4 -	Número de ocupações das atividades características do turismo trabalho formal no ano de 2013	90
Tabela 5 -	Número de ocupações das atividades características do turismo trabalho informal no ano de 2013	90
Tabela 6 -	Número de ocupação das atividades características do turismo do ano de 2013	91
Tabela 7 -	Taxa de ocupação das atividades características do turismo do ano de 2013	91
Tabela 8 -	Ajustes da economia informal no setor dos serviços de alojamento	93
Tabela 9 -	Ajustes da economia informal no setor dos serviços de alimentação	94
Tabela 10 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Transporte Aéreo de Passageiros	95
Tabela 11 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros	97
Tabela 12 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Transporte Ferroviário e Metroviário de Passageiros	98
Tabela 13 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Transporte Aquaviário de Passageiros	100
Tabela 14 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Auxiliares de Transportes	101
Tabela 15 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Agência de viagens, Operadores Turísticos e Outros Serviços	102
Tabela 16 -	Ajustes da Economia Informal no setor de Aluguel de Veículos	103
Tabela 17 -	Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Atividades Culturais, Recreativa e Esportiva	104
Tabela 18 -	Comparativo dos resultados entre o Relatório do IBGE e a pesquisa	123

LISTA DE SIGLAS

- ACT's** – Atividades Características do Turismo
- CCP**- Classificação Central de Produtos
- CNAE**- Classificação Nacional de Atividades Econômicas
- CN**- Contas Nacionais
- CEC**- Commission of the European Communities
- CEI's** – Contas Econômicas Integradas
- CST**- Conta Satélite do Turismo
- EMBRATUR** – Instituto Brasileiro de Turismo
- FBK**- Formação Bruta de Capital
- FGV**- Fundação Getulio Vargas
- FIPE**- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
- IBGE**- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IMF**- International Monetary Fund
- IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IRTS- 2008** - International Recommendations for Tourism Statistics 2008
- ISIC**- International Standard Industrial Classification
- MTur** – Ministério do Turismo
- OECD**- Organização para a Cooperação Econômica e Desenvolvimento
- OMC**- Organização Mundial do Comércio
- OMT**- Organização Mundial do Turismo
- ONU**- Organização das Nações Unidas
- NU**- Naciones Unidas
- PAS** – Pesquisa Anual de Serviço
- PNAD**- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
- POF** – Pesquisa de Orçamentos Familiares
- PIB**- Produto Interno Bruto
- PIBDT**- Produto Interno Bruto Direto do Turismo
- SCN-1993/2008** – Sistema de Contas Nacionais 1993/2008
- SICTA**-Standard International Classification of Tourism Activities
- TRUs**- Tabelas de Recursos e Usos
- VAB**- Valor Agregado Bruto
- VABDT**- Valor Agregado Bruto Direto do Turismo
- VBP**- Valor Bruto da Profissão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	Problema	17
1.2	Justificativa	19
1.3	Objetivos	22
1.3.1	Geral	22
1.3.2	Específico	22
1.4	Organização do texto	22
2	FUNDAMENTOS TEÓRICOS	23
2.1	Economia do turismo	23
2.1.1	Demanda turística	26
2.1.2	Oferta turística	28
2.1.3	Mercado turístico	32
2.2	Contabilidade social: uma ferramenta para a estimativa do turismo na economia	36
2.2.1	Sistema de contas nacionais (SCN)	37
2.2.2	Conta satélite	44
2.3	Conta satélite do turismo (CST)	47
2.3.1	Estrutura da conta satélite do turismo	51
2.3.2	Atividades características do turismo (ACT's)	61
2.3.3	Tabelas da conta satélite do turismo	67
3	PANORAMA DOS MEIOS DE MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO	69
3.1	Construção da CST do Brasil de 1999	69
3.1.1	Dificuldades encontradas para elaboração da CST-99	71
3.2	Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009	75
4	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	77
4.1	Caracterização do estudo	77
4.2	Abrangência do estudo	78
4.3	Plano de coleta	79
4.4	Técnicas de análise	80
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS	86
5.1	Memorial de cálculo (notas explicativas)	86

5.2	Ajustes na produção das atividades características turismo	92
5.2.1	Setor dos serviços de alojamento	92
5.2.2	Setor dos serviços de alimentação	94
5.2.3	Setor dos serviços de transporte aéreo de passageiros	95
5.2.4	Setor dos serviços de transporte rodoviário de passageiros	96
5.2.5	Setor dos serviços de transporte ferroviário e metroviário de passageiros	98
5.2.6	Setor dos serviços de transporte aquaviário de passageiros	99
5.2.7	Setor dos serviços de auxiliares de transportes	100
5.2.8	Setor dos serviços de agência de viagens, operadores turísticos e outros serviços	108
5.2.9	Setor dos serviços de aluguel de veículos	103
5.2.10	Setor dos serviços de serviços de atividades culturais, recreativa e esportiva	104
5.3	Dimensionamento da produção das ACT's do ano de 2013	105
5.3.1	Valor bruto da produção das atividades características do turismo	106
5.3.2	Valor adicionado bruto das atividades característica do turismo	108
5.3.3	Consumo intermediário das atividades característica do turismo	109
5.3.4	Excedente operacional bruto das atividades característica do turismo	110
5.3.5	Gasto com pessoal das atividades característica do turismo	112
5.3.6	Número de postos de trabalho das atividades característica do turismo	113
5.3.7	Rendimentos pagos pelas atividades característica do turismo	115
5.3.8	Implicações gerencias e mercadológicas das ACT's	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
6.1	Contribuições	124
6.2	Limitações	124
6.3	Sugestões para trabalhos futuros	125
7	REFERÊNCIAS	126
	APÊNDICES	130
	ANEXOS	140

1 INTRODUÇÃO

1.1 Problema

Nas últimas décadas a população mundial tem vivenciado profundas mudanças em seu modo de vida, principalmente no que diz respeito aos aspectos sociais, tecnológicos e econômicos, um reflexo da globalização que rompeu fronteiras e estreitou as relações entre os países. O turismo por ser uma atividade que depende das práticas humanas também é impactado pelos efeitos dessas transformações.

Tendo em vista a crise pela qual a economia brasileira tem sido atingida, o debate econômico apresenta-se como um assunto constante em discursos políticos, no cotidiano da população e em eventos científicos e empresariais. Buscar alternativas para amenizar ou sair da crise é um dos principais objetivos dessas discussões, visto que o turismo pode vir a ser uma dessas alternativas, pois tem apresentado consideráveis resultados no que se refere à geração de renda e emprego.

Segundo a Organização Mundial do Turismo das Nações Unidas (UNWTO, 2016), o turismo, em 2015, apresentou uma participação de 10% no PIB mundial, levando em conta os efeitos direto, indireto e induzido produzidos pela atividade. Além disso, movimentou 1,5 bilhão de dólares em exportações e registrou 7% de participação nas exportações mundiais. Outro fato de destaque foi o número de chegadas de turistas internacionais, que atingiu 1,186 milhões no ano em questão (UNWTO, 2016).

No Brasil, a atividade turística vem crescendo e, de acordo com o Ministério do Turismo (MTur, 2015), em 2015 o número de chegada de turistas estrangeiros no Brasil foi de 6,3 milhões. Números incipientes, se comparados a alguns países desenvolvidos como França e Espanha, contudo, demonstra um resultado expressivo dentre países da América Latina e em comparação aos dados de anos anteriores, como em 2002 que foi de 3,8 milhões.

O turismo enquanto atividade econômica contribui para o crescimento da economia. Porém, mensurar o impacto que esta colaboração gera, requer estudos e pesquisas aprofundadas, como uma análise intersetorial detalhada das Atividades Características do Turismo (ACT's) com os outros setores econômicos. Estudos mais específicos sobre a economia do turismo facilitam compreender o mercado turístico e auxiliam na formulação de políticas para desenvolvimento da atividade (Brindis, 2014).

Uma das alternativas para mensurar a atividade econômica é a Conta Satélite do Turismo (CST), um instrumento estatístico, idealizado para gerar informações sobre o desempenho do turismo na economia (Kadota & Rabahy, 2003; Netto, 2006; Andrade, 2009;

Frechtling, 2010), ou seja, um sistema de informação turística com a finalidade de mensurar o que é produzido e consumido pela atividade.

A CST já é utilizada em alguns países (Austrália, Canadá, Espanha, Nova Zelândia dentre outros) para dimensionar o turismo na economia. O trabalho que esses países vêm desenvolvendo com a CST tem obtido resultados satisfatórios, como por exemplo, aperfeiçoamento do processo metodológico. Ainda assim, existem obstáculos a serem superados principalmente no que se referem à metodologia, devido as suas decorrentes das limitações referente alguns tipos de produtos e/ou atividades turísticas característicos de cada país (Organização Mundial do Turismo – OMT, 2010).

Informações de caráter estatístico e econômico são importantes para qualquer atividade ou setor econômico, e com o turismo não é diferente. Planejar ações baseadas em dados confiáveis é necessário para desenvolvimento de qualquer setor ou atividade (Quevedo, 2007). Dessa forma, é importante criar instrumentos, como a CST, que ajudem a dimensionar e a gerar informações sobre os impactos do turismo na economia.

O turismo no Brasil não possui um sistema de informações turísticas formalizado e estruturado. Os dados que existem são extraídos dos bancos de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo (MTur), Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV). Esses dados estatísticos e econômicos do turismo são bem generalistas e pontuais. Uma das alternativas para o país seria criar uma CST, ou pelo menos pesquisas regulares que mostrem a produção das ACT's.

A relação intersetorial do turismo com outras atividades econômicas reafirma o interesse em medir sua contribuição econômica a partir do PIB e dos Agregados econômicos do turismo, para avaliar sua interdependência com outras atividades, principalmente em regiões e lugares que recebem grandes fluxos de turistas.

Compreender a atuação do turismo na economia é um processo complexo. Existem vários aspectos nas relações que envolvem o processo de produção, de consumo e o envolvimento dos atores. Desse modo, torna-se inviável desenvolver projeções de mercado ou políticas de fomento sem o conhecimento sobre a produção, investimentos, emprego, consumo e rendimentos gerados pela cadeia produtiva do turismo.

Obter dados estatísticos confiáveis que demonstrem a atuação de tal atividade implica na contribuição direta, indireta ou induzida, pois o turismo impacta de forma negativa ou positiva na economia, mesmo que seja em proporções mínimas (Ivanov & Webster, 2012).

Sendo assim, este trabalho vem a contribuir para o conhecimento e esclarecimento de dúvidas em relação à economia do turismo, com pretensão de instigar o leitor a conhecer a CST como ferramenta de obtenção de informações econômicas e estatísticas confiáveis, a respeito do dimensionamento do impacto gerado pela produção das ACT's na economia do Brasil.

A partir dessas considerações, tem-se como questionamento levantado para a pesquisa: **Qual a dimensão das ACT's na economia brasileira no ano de 2013?**

1.2 Justificativa

A escassez de dados confiáveis e estudos que tenham informações sobre o desempenho e a mensuração do turismo na economia estimularam países e entidades ligadas ao turismo, como o Canadá e a OMT, respectivamente, a criarem um mecanismo que suprisse a falta de informação sobre o mercado turístico e atuação do governo (UN *et.al.*, 2010).

Assim, a partir desse imperativo, a Conta Satélite do Turismo começa a ser idealizada, tornando-se um instrumento voltado diretamente para mensurar os impactos econômicos gerados pela atividade turística.

No ano de 2002 foi lançada no Brasil a primeira CST, com dados referentes a 1999. Esses dados constituem uma pesquisa-piloto idealizada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR), com a finalidade de mensurar o que tinha sido produzido e consumido pelo turismo na economia brasileira no ano em questão (Santos & Kadota, 2012).

Deste modo, a CST-99 do Brasil constitui-se como um dos primeiros avanços para as pesquisas ligadas à estatística e à economia do turismo. Mesmo com dificuldades metodológicas apresentadas e acesso restrito a algumas informações, os resultados obtidos em estimar os aspectos econômicos do turismo na economia brasileira foram positivos, tais como, estimação do consumo, número de turistas e o PIB-turismo.

A pesquisa justifica-se, pois a CST configura-se com uma importante fonte de informações econômicas e estatísticas para a atividade turística do país. Porém, produção científica relacionando ao tema, ainda é pouca e precisa ser mais trabalhada. Esse desconhecimento sobre assunto prejudica o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de futuros estudos na área.

No Brasil existem alguns estudos sobre a CST, a maioria deles faz uma abordagem metodológica e conceitual, seja em artigos científicos (Rabahy & Rejowski, 2001; Kadota & Rabahy, 2003), em dissertações (Netto, 2006; Andrade, 2009) ou em livros (Lemos & Batista,

2012; Santos & Kadota 2012). Ressalte-se que há um registro de um projeto piloto sobre a CST brasileira do ano de 1999, o qual será abordado neste trabalho.

Em relação às ACT's, existem pesquisas elaboradas pelo IBGE, a partir da compilação de dados do Sistema de Contas Nacionais, que são as publicações “Economia do Turismo - Análise das Atividades Características do Turismo – 2003” e a “Estudo Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009” com quatro edições, sendo esta última a mais atualizada.

Nesse sentido, o trabalho vem a contribuir para a atualização das informações em relação à “Economia do turismo: Uma perspectiva macroeconômica 2003- 2009”. Como se pode observar essa foi a última edição publicada pelo IBGE, na qual traz as informações mais recentes sobre indicadores econômicos do turismo, que no caso refere-se aos dados do ano de 2009.

De acordo com Frechtling (2010), na literatura internacional o assunto é conhecido e vem sendo trabalhado, tanto na área acadêmica (Frechtling, 1999; Akin, 2001; Sharma & Olsen, 2005; Heerschap, 2005; Smeral, 2006; Libreros, Massieu, & Meis, 2006; Dwyer *et al.* 2007; Ahlert, 2007; Jones & Munday, 2008; Diakomihalis e Lagos, 2008; Hara, 2008; Kenneally & Jakee, 2012), como nas organizações internacionais (UNWTO, 2010; OECD, 2010).

As pesquisas acadêmicas e institucionais no Brasil sobre a CST são incipientes, devido a sua inerente complexidade de elaboração e manuseio, o que ratifica a necessidade de um maior interesse/mobilização principalmente por parte da gestão pública, que a princípio seria a responsável por desenvolver e estruturar a CST (OECD, 2010).

A estrutura da CST analisa o turismo a partir de duas perspectivas, a da demanda e a oferta dos bens e produtos turísticos. Sua base metodológica se utiliza de definições, conceitos e variáveis econômicas (Smeral, 2005; Hadjidakou, Chenoweth, Miller, Druckman & Li, 2014), sendo que, as Contas Nacionais (CN) são uma das suas principais fontes de dados: um conjunto de contas compiladas com informações econômicas sobre a produção dos bens e serviços de um país.

As CN possibilitam extrair informações sobre os agregados macroeconômicos do turismo tais como PIB, consumo, demanda e investimentos. Elas reúnem e conciliam os dados estatísticos referentes às demandas de visitantes (nacional ou estrangeiro), à produção e ao fornecimento de produtos relacionados (Rabahy & Rejowsk, 2001).

Desse modo, é necessário haver uma definição dos parâmetros para estabelecer os aspectos/elementos que são estudados pela CST sendo, portanto, necessários para obter os

resultados esperados. No entanto, deve-se adequar a realidade do país ou região levando em conta elementos turísticos característicos desses locais (Netto, 2006; Andrade, 2009).

Para isso, o presente estudo busca quantificar e analisar as Atividades Características do Turismo no ano de 2013 sob a perspectiva da produção. Além disso, identificar quanto o turismo, representado pela ACT's, colabora para a economia do país, destacando as atividades que mais contribuíram com a produção, valor adicionado, consumo intermediário, gasto com pessoal, excedente bruto e postos de trabalho.

A opção pela mensuração do turismo na perspectiva da oferta com o foco nas ACT's deve-se pela limitação das fontes de dados, a carência de estudos mais aprofundados sobre a produção e pela extensão da CST, que necessita e gera informações a mais que a estimação da produção das atividades, já que a estimação da produção das ACT's na CST é feita apenas pela Tabela 5 (ver anexo E).

Portanto, ao dimensionar as ACT's na economia brasileira, espera-se obter o nível de influência que a atividade turística sofre e/ou exerce sobre os demais setores da economia; evidenciar as áreas do turismo que precisam de investimento a partir das informações obtidas, para futuras ações de planejamento e fomento; conhecer a influência do turismo na geração de emprego e renda; e ter informações econômicas como: contribuição para o produto interno bruto, produtividade do setor e participação da economia informal (OMT, 2010; Frechtling, 2010).

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Analisar a participação das Atividades Características do Turismo na economia brasileira no ano de 2013

1.3.2 Específicos

- a) Caracterizar a Conta Satélite do Turismo e os elementos necessários para compreensão da economia do turismo;
- b) Contextualizar as iniciativas de mensuração da Atividade Turística no cenário brasileiro;
- c) Quantificar a produção das Atividades Características do Turismo na economia brasileira do ano de 2013.

1.4 Organização do texto

O estudo está organizado em seis capítulos. Sendo que o capítulo 1 inicia-se com a apresentação do problema, o que é discutida toda problemática do estudo e contextualização do tema da dissertação, além de apresentar a justificativa para realização da pesquisa, do ponto de vista acadêmico e profissional e, os objetivos geral e específico. No capítulo 2 têm-se os fundamentos teóricos, nessa parte do texto é feita a abordagem teórica do estudo sobre a economia do turismo e os elementos econômicos que embasam a temática do processo de construção da CST e das ACT's. Já no capítulo 3, é feito um panorama das principais pesquisas sobre a economia do turismo já realizadas no Brasil. O capítulo 4 contém os aspectos metodológicos com as explicações detalhadas sobre os procedimentos de coleta e análise de dados que foram adotados na pesquisa. No capítulo 5 são apresentados os resultados e as discussões da pesquisa. Essa seção é dividida em duas partes: a primeira, o memorial de cálculos e a segunda, os resultados da pesquisa, com a descrição e análises dos dados. E por fim o capítulo 6 com as considerações finais, contribuições, limitações e sugestões para trabalhos futuros.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICOS

2.1 Economia do turismo

O turismo vem se consolidando como uma atividade econômica relevante, que colabora para o crescimento econômico e o bem-estar social da população dos países e região onde são desenvolvidos (Andrade, Divino, Mollo & Takasago, 2008).

Na academia, há algum tempo a interpretação do que vem a ser o turismo recai sobre três aspectos, que variam conforme a concepção da linha de pensamento do autor. No geral, entende-se por três visões: como uma indústria, atividade ou fenômeno (Melo, Costa e Sonaglio, 2014; Jäger, Noguero & Panosso Netto, 2011). Para fins teóricos será compreendido como uma atividade econômica, devido às suas características mercadológicas e por ser uma área do terceiro setor, o de bens e serviços.

O turismo, enquanto atividade econômica tem por finalidade gerar riqueza e promover o desenvolvimento sustentável e social (Brindis, 2014). E para garantir essas condições é preciso manter-se em constante renovação, a fim de prolongar por muito mais tempo os seus recursos.

O turismo não é algo unilateral. Existem mais questões incluídas em sua concepção além do que se discutem no ambiente mercadológico: fatores sociais, políticos e ambientais alicerçados no processo de construção do desenvolvimento turístico. Como afirma Lemos:

Na compreensão da sociedade como um todo, e não somente da esfera mercantil, o turismo se apresenta como um processo de produção social como distinções marcantes daquelas observáveis em outros campos da produção humana (Lemos, 2005 p. 22).

Entender a economia como uma ciência, auxilia a compreender e identificar o papel do turismo dentro de um sistema que é produto das relações de trocas de mercadorias e da interação social dos seus agentes.

A ciência econômica é uma área que estuda as relações humanas em um ambiente repleto de recursos escassos, que são essenciais para manutenção de todo o sistema. Já a questão econômica é tida como uma apropriação e manejo dos recursos naturais, dos quais o homem se apropria e os transformam em objetos de riqueza e poder. Às vezes como forma de dominação e dependência capazes de revelar uma nação poderosa e rica e manter influência sobre as demais (Vasconcellos, 2011).

A relação entre a economia e o turismo envolve questões de alocação de recurso, isto é, a forma como esses recursos estão sendo organizados e administrados no desenvolvimento da atividade, pois nem toda a população tem acesso a eles. Segundo Santos e Kadota (2012 p.18):

A satisfação das necessidades individuais em sociedades compostas por muitas pessoas é algo complexo. As sociedades possuem recursos limitados e enfrentam a todo o momento questões sobre qual a melhor forma de alocar esses recursos. O problema é que não há recursos suficientes para oferecer tudo a todos.

Os autores afirmam que o aumento da população e a limitação dos recursos são fatores que envolvem algumas questões intrínsecas ao processo, pois a necessidade de se levantar questionamentos sobre a melhor forma de administrar esses recursos e encontrar formas de alocá-los não é tarefa simples, mas precisa ser feito. Para isso, a ciência econômica fundamenta-se em três questionamentos para tentar obter respostas, sobre como distribuir da melhor forma os recursos disponíveis. Estas questões são: **O que produzir? Como produzir? Para quem produzir?**

A economia como ciência surgiu na França e na Inglaterra durante o século XVII (Garcia & Vasconcellos, 2005). Nesse período os governantes sentiram a necessidade de ter um controle mais rigoroso sobre as riquezas e a forma encontrada foi contabilizar a entrada, saída e o total de tudo que fosse capaz de gerar riqueza (Lage & Milone, 2009).

Mediante a esse contexto surgiram estudiosos e teóricos que ganharam notoriedade ao formularem teorias. Adam Smith (1723-1790) foi o primeiro a escrever uma teoria econômica com caráter científico que descrevesse o fluxo e processo de geração de riqueza de um país. Sua obra de destaque foi o livro *A Riqueza das Nações* (1776).

Tendo como base os estudos de Adam Smith outros economistas desenvolveram outras teorias, que foram importantes para o estabelecimento das ciências econômicas, sendo alguns deles: Thomas Malthus (1766-1864), David Ricardo (1772-1823), Karl Max (1818-1883) e John Maynard Keynes (1883-1946). Esses teóricos se dedicaram à elaboração de teorias para o bem-estar social da população e por meio delas puderam comprovar a importância de se alocar os recursos e gerenciar da melhor forma as riquezas nacionais.

A economia mundial configurou-se em diferentes tipos de sistemas econômicos, que mudaram com o passar de cada década do século XX (Fernandes & Coelho, 2010). Devido às crises econômicas, novos modelos de governos, conflitos e às Grandes Guerras Mundiais,

países foram forçados a buscar o desenvolvimento em todas as áreas do conhecimento, além das ciências econômicas, para se reestruturarem. Deste modo, ao final do mesmo século, surgiu uma nova ideologia com a economia mais aberta e flexível às negociações e formações de blocos econômicos (Lage & Milone, 2009; Lemos, 2005; Fernandes & Coelho, 2010).

A teoria e os métodos econômicos podem ser facilmente aplicados ao turismo. Os fundamentos dessa área de conhecimento auxiliam na compreensão do turismo enquanto atividade econômica, nas estruturas dos mercados, natureza do processo decisório de gastos dos turistas, nos vínculos transnacionais entre empresas de turismo, da extensão e os efeitos da geração de divisas (Lage & Milone, 2009; Lemos, 2005; Sinclair & Stabler, 2009; Fernandes & Coelho, 2010; IRTS-2008, 2010).

No entanto, mesmo que se utilize da economia para explicar alguns fenômenos, o turismo possui particularidades que o distingue das outras atividades, como por exemplo, as estruturas do turismo que são determinadas pelo consumo e não pela produção, como acontece com outros setores e atividades da economia (Santos & Kadota, 2012).

Desta forma, a economia do turismo estruturada nesse “padrão econômico”, se apropria da teoria econômica para compreender a complexidade das relações de mercado, estrutura da política econômica e comportamento de seus agentes, fatores que interferem diretamente no planejamento de viagens, gastos do turismo, custos e benefícios das empresas e produtividade. Vasconcellos (2002), afirma que a teoria econômica, para fins didáticos, divide-se em dois campos de estudo: a microeconomia e macroeconomia.

Na microeconomia são estudadas as interações das unidades econômicas básicas no mercado, no qual há produtores e consumidores mantendo relações mercantis (Garcia & Vasconcellos, 2005). Enquanto que o ambiente macroeconômico aborda questões voltadas para o sistema econômico como um todo, com assuntos sobre a política econômica interna e externa, análises conjunturais, comportamento dos agregados macroeconômicos e dentre outros (Fernandes & Coelho, 2010).

A partir desse breve entendimento sobre a teoria econômica, o turismo se aplicará a esses aspectos teóricos; organizado nesses dois eixos, levando em consideração a abrangência e os elementos.

Partindo de uma esfera menor em curto prazo, a microeconomia tem como objetivo principal, na visão turística, analisar de forma isolada e, ao mesmo tempo interligada, o produto turístico, mercado turístico, demanda e oferta, ou seja, a forma como esses elementos interagem entre si.

Para que haja um maior entendimento em relação aos aspectos do mercado turístico é preciso compreender a existência de três elementos: a demanda turística, a oferta turística e o produto turístico.

2.1.1 Demanda turística

A demanda no turismo refere-se aos turistas, o foco central da atividade turística. Então, tudo é pensado para satisfazê-los.

A demanda turística define-se como o conjunto de turistas que de forma individual ou coletiva, estão motivados por uma série de produtos e serviços turísticos, com objetivo de suprir necessidades de descanso, recreação, entretenimento e cultura em seu período de “férias”, que são influenciados por vários fatores (Beni, 2006). Ou apenas o número total de pessoas (turistas) que viajam ou decidem viajar para usufruir da infraestrutura turística, bens e serviços ofertados fora do seu domicílio, ou seja, o desejo de viajar e a utilização dos equipamentos turísticos, com intenção de provar novas experiências (Lemos, 2005)

A demanda turística está condicionada a alguns fatores que a influenciam no processo decisório, motivos pelos quais decidem ou não viajar. O comportamento da demanda é sensível a algumas variáveis determinantes, como por exemplo, fechar um pacote turístico.

De acordo com Santos e Kadota (2012, p.39), os principais fatores que influenciam a demanda turística são:

- **Preço:** geralmente determinado pela influência da lei da demanda, quanto maior o preço menor a quantidade demandada;
- **Preço dos produtos substitutos:** é quando a demanda sofre reflexos de alguma alteração na quantidade de um produto substituto. Exemplo: quando há uma queda na tarifa das passagens aéreas, a quantidade de viagens aumenta e, em contra partida, a quantidade demandada por passagens de ônibus cai e vice-versa;
- **Preço dos produtos complementares:** Quanto maior o preço dos produtos complementares, menor a quantidade demandada pelos produtos. São produtos que se complementam, onde a alteração no preço de um é a mesma do outro, pois são vendidos em conjunto ou tem relação direta com a quantidade demanda;
- **Renda:** O nível da renda tem influência direta na quantidade demandada. Se a renda dos consumidores retrai, se reduz a demanda por produtos, ou o contrário, se a renda do consumidor aumenta a quantidade demandada por produtos tende a aumentar.

- **Gostos:** A mudança de gostos do consumidor afeta na quantidade demandada por produtos, pois os gostos são variados e também tem certo tempo determinado. Então, se o gosto por um produto for intenso, maior será a quantidade demandada;
- **Características do produto:** O aspecto ou qualidade são fatores relevantes que atraem o consumidor. Se um produto turístico é tido como algo de boa qualidade e com características singulares, muitos turistas tendem a comprar. Então, quanto melhor o produto, maior sua quantidade demandada;
- **Número de consumidores no mercado:** Se a demanda é representada por consumidores, logo a quantidade de pessoas interfere na quantidade demandada. Quanto maior o número de consumidores no mercado, maior a quantidade demandada de um produto.

Esses fatores apresentados resumem de um modo geral o motivo pelo qual o turista toma determinada decisão ao escolher seu destino turístico. Determinar exatamente o que o turista deseja é algo complexo, mas tais fatores norteiam parcelas significantes das decisões.

Depois de detectar os fatores que condicionam a demanda, tem-se a classificação quanto aos tipos de demanda (Dias, 2005):

- **Demanda Potencial:** todos que têm a possibilidade de viajar, no entanto não a concretiza por qualquer motivo momentâneo que podem ser pessoais, falta de condições financeiras, desconhecimento do atrativo e equipamentos turístico e entre outros;
- **Demanda Real:** é a quantidade de pessoas que efetivamente realizam a viagem;
- **Demanda potencial vinculado à demanda real:** direcionada aos gastos adicionais que pode alcançar a demanda real durante sua permanência, consumindo bens e serviços, além daqueles previamente pagos;
- **Demanda Histórica:** dados estatísticos das demandas reais registradas anteriormente;
- **Demanda Futura:** projeção realizada por meio de dados no presente e do estudo da demanda histórica, com a finalidade de prever seu possível crescimento, redução ou estagnação.

O comportamento da demanda apresenta características que requerem estratégias na organização e adequação baseadas no turismo. Neste sentido, Dias (2005) ainda destaca:

- **Concentração espacial:** centralização da demanda em um destino turístico geralmente motivado pelo modismo, promoção dos locais ou até mesmo difusão do turismo de massa;
- **Sazonalidade:** quando a demanda pelos produtos ocorre em determinado período de tempo, devidos a vários fatores como alta estação, geralmente nas férias, clima, eventos, entre outros;
- **Heterogeneidade da demanda:** diversidade da demanda condicionada pelo sexo, estado civil, idade, etnia, nível educacional, condição social, desejos ou necessidades específicas etc. Essa característica determina a segmentação de mercado, trabalhar grupos específicos, melhorar o atendimento e por consequência também à rentabilidade;
- **Elasticidade da demanda:** sensibilidade da demanda por pequenas mudanças dos componentes que estão a sua volta, como guerras, desastres climáticos, epidemias, violência etc.

A motivação turística ocorre por vários fatores que levam as pessoas a viajarem, entre eles o desejo de conhecer novos lugares, visitar parentes e amigos, viagem a negócios, lazer, férias, peregrinação entre outras particularidades que a OMT classifica de acordo com os tipos de turismo. Exemplo: se o turista for à praia, irá praticar turismo de sol e praia, e sua motivação foi o lazer.

De acordo com Santos & Kadota (2012) a finalidade de se analisar a demanda é compreender o comportamento do consumidor, e baseado nessas informações elabora-se estratégias, para melhorar a qualidade do produto, definir o melhor preço, investir na produção e na publicidade. Administrar os recursos escassos e maximizar os benefícios gerados.

2.1.2 Oferta turística

A oferta turística é uma importante força de mercado e entendê-la facilita a compreensão do comportamento das empresas enquanto agente econômico, pois a atividade turística oferta vários tipos de produtos de diferentes características (Andrade *et al.*, 2008).

A oferta turística consiste no conjunto de bens e serviços tangíveis e intangíveis ofertados pelas empresas, para consumo e satisfação das necessidades dos turistas. De acordo com Dias (2005, p. 59) a oferta turística descrita como: “[...] tudo aquilo que faz parte do

consumo turístico, onde se incluem bens, serviços públicos e privados prestados ao turista, recursos naturais e culturais, eventos, atividades recreativas etc.”.

Quando o autor faz a definição ele generaliza todo setor no qual o turismo se insere, engloba serviços e espaços que normalmente são de uso da população local, pois a oferta turística se caracteriza como tal, quando seus produtos são destinados ao consumo turístico. Para Beni (2006, p. 169):

Pode-se definir a oferta básica como um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social, ou de outros tipos, capaz de atrair e de assentar uma determinada região, durante um período determinado o e tempo, um público visitante.

O autor amplia o conceito ao inserir o setor público, a população local, a infraestrutura e serviços pertencentes ao setor, como elementos da oferta. Há um direcionamento centrado nos componentes turísticos ao evidenciar os equipamentos característicos de “necessidades básicas do turista”: alimentação, alojamento e lazer. Assim, seu conceito torna-se mais completo e define melhor a oferta turística.

A oferta turística na concepção de Beni (2006) é composta basicamente por três componentes que são:

- **Recursos turísticos (matérias-primas):** São os recursos naturais histórico-culturais de primeira instância, o que há de mais elementar no destino turístico, o insumo, principal motivo de deslocamento de grupos turísticos, como por exemplo: parques naturais e temáticos, serra, cachoeira, florestas, monumentos históricos, manifestações culturais etc.;
- **Serviços e equipamentos turísticos:** Principais componentes de caráter estruturais direcionados à atividade turística, indispensáveis para o desenvolvimento. Os principais são: os meios de hospedagem, alimentação, entretenimento e lazer, agenciamento, transporte etc.;
- **Infraestrutura e serviços básicos:** Envolve a parte física e os serviços essenciais como estradas, aeroportos, rodoviárias, abastecimento de água, energia, telefonia, serviços bancários e entre outros. Normalmente de responsabilidade do poder público.

O autor aborda a oferta de um ponto de vista sistêmico e integrado, com elementos mais abrangentes, que de certa forma interferem diretamente na oferta, mas não são determinantes na tomada de decisão das empresas.

Os fatores determinantes da oferta influenciam na composição do produto turístico, esses elementos interferem diretamente na estimação do preço e a quantidade a ser produzida.

Segundo Santos e Kadota (2012), esses fatores são:

- **Preço do produto turístico:** aplicação da lei da oferta, sendo que, quanto maior o preço do produto, maior sua oferta, pois com o preço em alta os produtores tendem a aumentar a produção, que aumenta a quantidade de produtos no mercado e consequentemente há a maximização dos lucros.
- **Preços dos fatores de produção:** o custo da produção certamente é um fator determinante. As empresas necessitam de insumos, mão de obra e equipamentos para produzir, e isso gera custos que devem ser considerados na composição do preço, que também refletem na quantidade produzida;
- **Nível tecnológico:** A tecnologia empregada na produção dá celeridade ao processo e aumenta a eficiência, o que ocasiona o aumento da produtividade e redução dos custos de produção, logo maximização dos lucros.

Sendo assim, a oferta turística é responsável pelo tipo de produto turístico que é comercializado no mercado. Dessa forma, no próximo tópico serão discutidos alguns aspectos relacionados ao o produto turístico.

Produto Turístico

O Produto turístico diz respeito à parte quantificada da organização no mercado do turismo. Portanto, consiste basicamente na junção de três elementos básicos: os atrativos turísticos, equipamentos e serviços e infraestrutura de apoio (Sinclair & Stabler, 2009).

Para Beni (2006, p.172), o produto turístico “é um conjunto composto de bens e serviços produzidos em diversas unidades econômicas, que sofre uma agregação no mercado ao serem postos em destaque aos atrativos turísticos.”.

Ao se referir em unidades econômicas, Beni destaca os três setores da economia relacionados ao produto. Fernandes e Coelho (2002) descrevem os três setores da seguinte forma:

- **Setor Primário:** trata-se do elemento base, a matéria-prima que futuramente será trabalhada, geralmente são produtos agrícolas e atrações turísticas naturais, culturais e artificiais;
- **Setor Secundário:** são os produtos industrializados, os equipamentos de uso do setor hoteleiro (cama, móveis e rouparia), restaurantes (mesas, cadeiras, equipamentos de cozinha) e agências (computadores e material de escritório);
- **Setor terciário:** são os serviços prestados de transporte, agenciamento, hospedagem, alimentação, entretenimento, informações e lazer.

O fato de as ACT's terem produtos nos três setores da economia evidencia a transversalidade do turismo, mas a prestação de serviços dessas atividades caracteriza-se mais com as atividades do setor terciário.

No produto turístico há particularidades que o difere dos demais, atributos que devem ser levados em consideração no processo de produção. De acordo com Fernandes e Coelho (2010), essas características são:

- **Complementares entre si:** Um produto complementa o outro;
- **Intangíveis:** não podem ser palpados;
- **Estáticos:** o produto é consumido no local e o deslocamento é feito pelo turista;
- **Não estocáveis:** não pode ser armazenado devido a sua periodicidade;
- **Irregulares:** não há uma forma, tempo e espaço definido;
- **Concentrados no espaço de tempo:** concentração dos turistas em uma região durante uma temporada;
- **Sensibilidade:** sujeito a variações de fatores climáticos, monetários sociais, etc.;
- **Concorrentes entre si:** estimula a necessidade constante de aperfeiçoamento.

Um produto se efetiva como tal quando é posto no mercado. Assim, o produto turístico antes de ser inserir no mercado, passa por um processo de agregação de valor nos serviços e nos produtos, combinados aos atrativos naturais, culturais e artificiais e com infraestrutura já existente, antes de o produto ser consumido pelo turista.

2.1.3 Mercado turístico

No atual cenário econômico, o sistema predominante é o de mercado. Um ambiente onde há relações mercantis, no qual vendedores fornecem bens e serviços a compradores que adquirem essa mercadoria por necessidades ou satisfação pessoal (Santos & Kadota, 2012).

Aplicando a teoria econômica ao turismo, o mercado turístico insere-se na microeconomia. Percebe-se que o mesmo não é muito diferente da ideia central de mercado.

O mercado é o lugar ou organização onde acontecem as ações, a tomada de decisão, onde são solucionadas as três questões fundamentais da economia. Nele há vendedores (pessoas que ofertam os bens e os serviços turísticos) e compradores (os turistas) que consomem os produtos turísticos ofertados. Sendo eles bens e serviços tangíveis (que são palpáveis) ou intangíveis (não é possível tocar), que realizam negócios de compra, venda ou troca, no caso dos produtos turísticos (Cooper *et al.*, 2001; Beni, 2006; Lage & Milone, 2009; Fernandes & Coelho, 2010 Maia & Pietro Neto, 2015).

No mercado turístico, geralmente os produtores e consumidores tendem a praticar ações individuais, aos quais buscam maximizar lucro e satisfação, ou seja, uma troca justa de resultados (Maia & Pietro Neto, 2015).

Para um mercado existir na concepção de Dias (2005) deve haver condições básicas tais como:

- Necessidade de determinado produto ou serviço;
- Desejo de satisfação;
- Capacidade ou poder de compra;
- Consumo e oferta dos produtos.

Essas condições básicas de existência de mercado juntamente com a interação da oferta e da demanda, oferecem respostas às três questões fundamentais da economia, citadas anteriormente.

O consumo nesse contexto pode ser de duas formas: direto, com bens e serviços consumidos inteiramente ligados ao setor turístico; indireto, com bens e serviços consumidos em partes relacionados ao turismo (Cooper *et. al*, 2001; Lage & Milone, 2009)

Tais características existem devido ao comportamento do mercado, devido a sua liberdade comercial sofre influências de agentes internos e externos. Por exemplo, um

residente pode simplesmente usufruir dos produtos turísticos locais para outros fins desejados, como ir a restaurantes, hospedar-se em hotéis, entre outros.

Segundo Lohmann e Panosso Netto (2012), o mercado turístico, assim como qualquer mercado, pode se manifestar das seguintes formas:

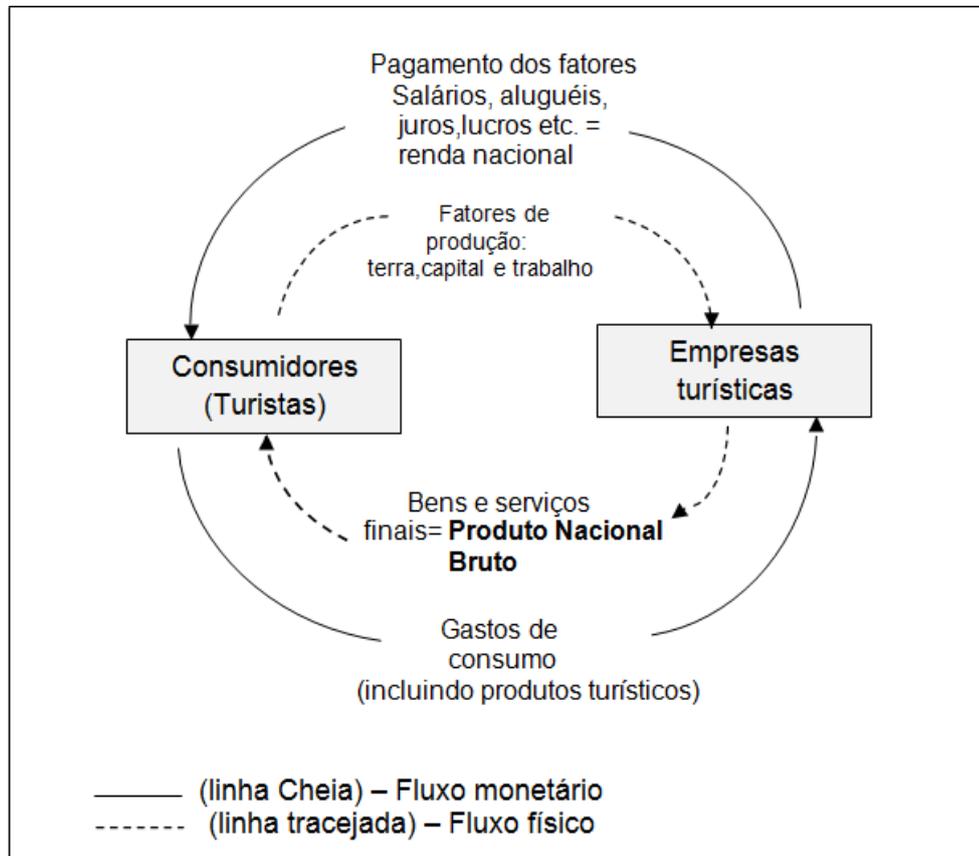
- **Concorrência perfeita:** um mercado que funciona da melhor forma possível, com melhor eficiência e aplicação de recursos, obedecendo as seguintes condições de:
 - a) Um grande número de vendedores, para fornecer uma quantidade maior de produtos, para forçar a manutenção dos preços baixos;
 - b) Total conhecimento do preço por parte dos compradores e vendedores e disponibilidade do mercado, para competirem em igualdade;
 - c) Não há barreiras, todos os fatores de produção e empresas tem liberdade de movimentação, a qualquer momento pode haver a entrada e saída de alguns deles;
 - d) Não há superioridade de uma empresa ou vendedores, todos têm as mesmas condições de mercado;
 - e) Os produtos são homogêneos, possuem as mesmas características.

- **Concorrência imperfeita:** é o modelo de mercado que tem a possibilidade de os vendedores terem influência sobre a demanda e os preços dos produtos. É um meio termo entre a coerência perfeita e o monopólio;
- **Concorrência monopolista:** o mercado possui poucas empresas (duas ou pouco mais), cujos produtos são parecidos, e as empresas detém certo controle sobre os preços;
- **Monopólio:** é o tipo de mercado em que há domínio de uma empresa sobre a oferta e, que tem um grande mercado consumidor. Os produtos não podem ser substituídos por outros e não há a possibilidade de entrar novas empresas no mercado;
- **Oligopólio:** é uma estrutura de mercado que funciona com poucas empresas. Essas empresas detém o controle do mercado, o que dificulta a manutenção de pequena empresa e a entrada de novas.

No mercado, a movimentação do capital é importante para manter o fluxo circular da renda, esse mercado é influenciado por vários agentes que interferem direta e indiretamente

na economia. Na figura 1 é possível ver um modelo mais simples do fluxo circular monetário e o físico da renda.

Figura 1- Modelo simples dos fluxos monetários e físicos da renda



Fonte: Lage e Milone (2009, p. 120).

Nesse modelo, é possível notar um ciclo contínuo do fluxo monetário representado por linhas cheias, exemplificando as compras de bens e serviços que os turistas fazem nas empresas de turismo, utilizando a renda à complementação de elementos produtivos.

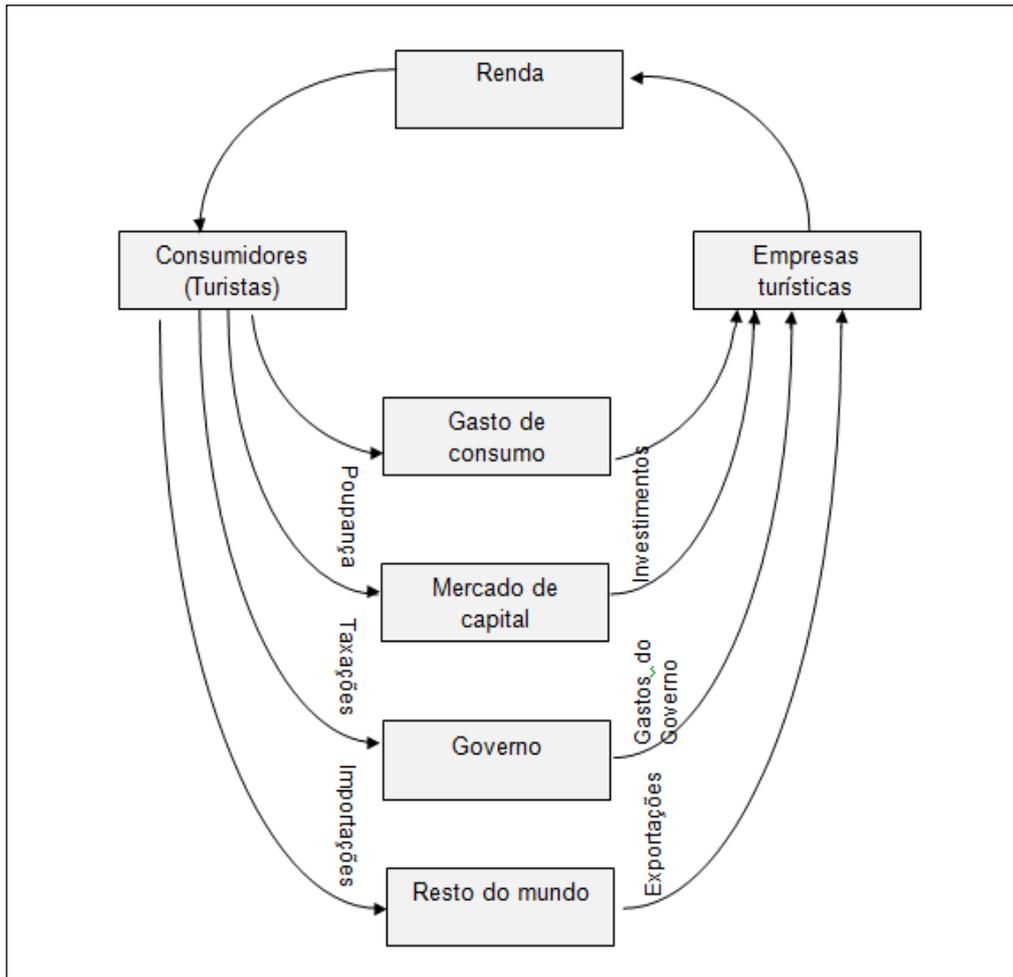
O outro ciclo, o menor representado por linhas tracejadas, é o fluxo físico, e mostra o caminho percorrido pelos bens e serviços produzidos pelas empresas turísticas até o consumo final do turista.

Esse modelo simples apresenta apenas dois agentes, que exemplificam o funcionamento de uma economia fechada baseada nas relações de simples trocas, como normalmente ocorrem com os turistas e as empresas de turismo.

No próximo modelo, exposto na figura 2, é demonstrado uma maior complexidade em relação aos fluxos monetários e físicos da figura 1.

O modelo de fluxo complexo das relações monetárias e físicas da renda nacional representa um esquema baseado em uma economia aberta, com a entrada e saída de recursos dos fluxos de renda e com a inserção de mais agentes, tais como o governo, mercado de capitais e o resto do mundo.

Figura 2- Modelo complexo das relações entre os fluxos monetário e físico da renda.



Fonte: Lage e Milone (2009, p. 121).

Na figura 2, a representação do modelo mostra que apenas parte da renda foi consumida, a outra parte foi destinada à poupança, demonstrando a saída de renda e gasto de investimentos. Estes por sua vez, representam a entrada de recurso. Parte da renda dos consumidores é recolhida pelo governo na forma de taxas e, devido a essa retirada, a renda disponível se reduz minimizando os gastos de consumo. A taxaço representa uma extração de recursos do fluxo de renda, e os gastos públicos tornam-se produtos e fatores de produço, que de certo modo tornam-se uma forma de introduzir recursos no fluxo de renda.

Os fluxos simples e complexo esquematizam o caminho pelo qual o PIB é gerado, distribuído e consumido pelos agentes, uma representação resumida do funcionamento de uma economia.

O sistema econômico busca um mercado equilibrado, cuja quantidade produzida seja a mesma consumida. Um eventual desequilíbrio desses elementos pode resultar em uma crise econômica.

Portanto, estudar o turismo na perspectiva econômica auxilia a compreender e a mensurar alguns fenômenos econômicos do turismo, provenientes do comportamento dos seus agentes no mercado e da política econômica adotada pelo governo.

2.2 Contabilidade social: uma ferramenta contábil para estimativa do turismo na economia

Dimensionar o turismo configura-se uma tarefa complexa, pois a mensuração pelos métodos tradicionais da economia não se aplica da mesma forma como em outras atividades econômicas, pois o turismo não está estruturado no mesmo padrão (Frechtling, 1999; Heerschap, Boer, Hoekstra, Loon & Tromp, 2005,).

Além disso, para determinar que certa atividade seja turística ou não, deve-se considerar consumo e não produção, outra particularidade que faz diferença ao se aplicar os mesmos procedimentos.

Diante dessas características, o método de mensuração não pode ser o mesmo. Dessa forma, a CST necessita de uma metodologia diferenciada, já que não há possibilidade de desvincular o turismo do SCN (Kenneally e Jakee, 2012; Giannopoulos & Boutsinas, 2014).

Segundo Baker (2013), o turismo enfrenta algumas barreiras para desenvolver mecanismos que o possibilitem obter informações estatísticas. Algumas dessas questões são: definir um conceito internacionalmente aceitável, com padrões técnicos e sólidos que determinem em qual área ou setor econômico o turismo possa ser analisado; medir com maior precisão o impacto gerado pelo turismo.

Mesmo com essas dificuldades de se mensurar o impacto econômico gerado pelo turismo, alguns países desenvolveram seus próprios métodos para estimar o consumo e a produção (Frechtling, 1999). No entanto, esses métodos não seguiram um padrão internacional, o que restringiu a comparação dos resultados com outros países.

De acordo com Kenneally e Jakee (2012), visando esse padrão internacional estatístico, as organizações responsáveis pelo turismo UNWTO e OMT decidiram adotar um modelo metodológico que se adequasse a qualquer país que quisesse medir o impacto econômico do turismo. A partir disso, as organizações optaram por adequar a ideia a um modelo já existente, o SNA-93.

Como os procedimentos da CST são pautados na estimação dos agregados macroeconômicos, tais como a produção, consumo, renda, investimentos e emprego, há a necessidade de um breve entendimento sobre parte da teoria macroeconômica.

A teoria macroeconômica basicamente fundamenta-se na evolução e no comportamento dos agregados macroeconômicos, buscando entendê-los como instrumento de políticas econômicas e como agentes importantes para o desenvolvimento da economia como um todo (Paulani & Braga, 2007, Feijó *et al.*, 2008). A parte que cabe em mensurar esses agregados econômicos é denominada de Contabilidade Social.

A Contabilidade Social trata-se de uma técnica fundamentada nos registros contábeis das atividades produtivas de um país, ao longo de um determinado período de tempo, sendo uma unidade monetária síntese de informações e transações econômicas (Rossetti, 1995; Feijó *et al.*, 2008).

Seus estudos são fundamentados no Sistema de Contas Nacionais (SNA-1993/2008), um compêndio metodológico com diretrizes capazes de detalhar a economia de um país, por meio do registro quantitativo dos agregados macroeconômicos nacionais.

Por conter todas as informações das atividades econômicas de um país, incluindo o turismo, o SCN compreende-se como uma das principais formas de obtenção de dados para estatísticos do turismo (OMT, 1998).

2.2.1 Sistema de contas nacionais (SCN)

Como visto anteriormente, o SCN serve como base metodológica para a CST e, com isso, surge à necessidade de compreender como é a estrutura desse sistema. Segundo Paulani e Braga (2007), o Sistema de Contas Nacionais (SCN) é o conjunto de recomendações internacionais padronizadas que descreve como compilar as medidas de atividade econômica.

O SCN descreve um conglomerado coerente, consistente e integrado de contas macroeconômicas dentro de um arcabouço de conceitos internacionalmente acordados,

definições, classificações e regras contabilísticas (UN, CEC, IMF, OECD & World Bank 1993; Rossetti, 1995; Feijó *et al.*, 2008).

Além de fornecer conceitos, definições, classificações, regras contábeis, contas e quadros integrados, o SCN também dispõe de informações sobre a produção, consumo, investimento de capital, renda, estoques e fluxos de financeira e riqueza não financeira, relacionados às variáveis econômicas (Frechtling, 1999; Smeral, 2006 Giannopoulos & Boutsinas, 2014).

Segundo a UN *et al.*, (1993), diz-se que o SCN :

Consiste num sistema coerente, consistente e integrado do conjunto de contas macroeconômicas, balanços e tabelas, baseados em uma série de acordos internacionais estipulando conceitos, definições, classificações e regras contábeis. Isto fornece um quadro compatível sobre as contabilidades, onde cada dado econômico pode ser compilado e representado em um formato desenvolvido para fins e análises econômicas, tomada de decisões políticas. As contas se apresentam de forma condensada, mas com uma grande riqueza de detalhes da informação organizada de acordo com os princípios econômicos e percepções, sobre o funcionamento da atividade econômica.

Assim, nota-se a complexidade do SCN. Isto se deve pela forma de como estão organizadas as diretrizes, instrumentos metodológicos e princípios ao criar o sistema segundo as recomendações internacionais.

Essas exigências são necessárias para padronização da coleta, compilação e disposição das informações, para que a compreensão do sistema seja tanto a nível nacional como internacional de toda e qualquer organização e governo.

O SCN-93 foi lançado em 1993 pela ONU, como dito anteriormente neste trabalho, e trata-se de um manual com diretrizes para guiar e padronizar as contas nacionais dos países. Esse foi o primeiro documento internacional oficializado que padronizou todo sistema econômico com diretrizes internacionais.

Em 2008 foi lançada uma nova edição apresentando algumas mudanças estruturais, tais como a reestruturação das tabelas e uma reclassificação das atividades. Essas mudanças também refletiram na estrutura da CST, pois as atividades ligadas ao turismo passaram a ser menos agregadas, o que possibilitou a identificação de algumas atividades, como o setor de alimentos e alojamento.

O SCN estabelece as diretrizes para compor as Contas Nacionais de um país, possui informações necessárias de todos os setores econômicos sobre o que é produzido e consumido.

O Sistema de Contas Nacionais segundo Garcia e Vasconcellos (2005, p. 122):

Utiliza o método tradicional [...], discriminando as transações dos grandes agentes (setores) macroeconômicos: famílias, empresas, governo e setor externo, cada um representado por uma conta específica. Não se considera as transações de bens e serviços intermediários que são utilizados como insumos ou matérias-primas, na produção de outros bens (os bens finais).

Os autores relatam que a análise feita por parte do SCN é direcionada aos agentes macroeconômicos, onde cada um possui uma conta, que descreve seu comportamento no mercado e na economia, sem levar em consideração a matéria-prima, que nesse caso é um insumo já contabilizado em outra produção vindo de outro setor, para não gerar dupla contagem no produto final.

O sistema de contas adota duas perspectivas quanto à análise da desagregação do sistema econômico, que se divide em dois tipos de desagregação (Feijó *et al.*, 2008):

- **Análise do processo de produção** - Prioriza o enfoque nas relações técnico-econômicas. É adequada para a representação do processo de produção e a análise dos fluxos de bens e serviços;
- **Análise da distribuição e uso da renda, da acumulação e do patrimônio** - Tem o foco centrado no comportamento dos agentes econômicos. Sua análise é feita segundo o foco econômico em setores institucionais.

A SNA está estruturada em cinco grandes grupos: o primeiro grupo é o das Contas Econômicas Integradas (CEI's); o segundo grupo Tabelas de Recursos e Usos (TRU's), o terceiro, análise tridimensional das operações financeiras, e o quarto a análise funcional e tabelas de população e emprego (IBGE, 2008):

- **Contas econômicas integradas (CEI's)** - Apresentam todo o conjunto de contas dos setores institucionais e do resto do mundo. Dividem-se em contas correntes, contas de acumulação e contas patrimoniais:

- **Contas correntes** - Registram a produção, a distribuição e a redistribuição da renda, mostrando como a renda disponível é repartida entre consumo final e poupança.
- **Contas de acumulação** - Evidenciam todas as alterações nos ativos e passivos e, conseqüentemente, no patrimônio líquido (diferença entre ativo e passivo).
- **Contas de patrimônio de abertura, de variação e de fechamento** - registram os estoques e as variações dos ativos, dos passivos e do patrimônio líquido no início e no fim do período.
- **Quadro de recursos e usos (tabela de recursos e usos)** - reagrupa as contas dos setores de atividade de acordo com o tipo de atividade econômica, e as contas de operações de bens e serviços por tipo de produto. Faz uma análise detalhada da produção por setor de atividade e fluxos de bens e serviços por tipo de produto. Compreende as contas de oferta e demanda de bens e serviços, de produção e de geração da renda;
- **Análise tridimensional das operações financeiras** – trata-se da análise dos estoques de ativos e passivos financeiros, na qual representam diretamente as relações entre setores (de quem a quem). Mostra para um dado setor devedor/credor e para cada tipo de instrumento financeiro, quais os setores que, no período considerado, mudaram de posição creditícia/devedor.
- **Análise funcional**- analisa algumas operações dos setores institucionais, de acordo com sua função. Apresenta tabelas com a classificação cruzada para certos setores, por funções e tipos de operações.
- **Tabelas de população e emprego** - cálculo dos agregados *per capita* e estudos de produtividade por setor.

Modelo Insumo-Produto

Segundo Hara (2008), o modelo Insumo-Produto deveria ser um pré-requisito para elaboração de CST, porém, a complexidade do modelo constitui-se um obstáculo para futuros pesquisadores e alunos com interesse nesse assunto.

A intenção de se adotar esse modelo para mensurar a atividade turística na economia, deve-se à possibilidade de uma análise mais detalhada sobre a interação do turismo com os outros setores, com o intuito de identificar quais as atividades estão diretamente ligadas à produção e consumo do turismo.

A Matriz Insumo-Produto foi criada pelo economista russo Wassily Leontief, com a finalidade de determinar as transações agregadas de bens intermediários e de bens finais da economia em determinado período (Rossetti, 1995; Casimiro Filho, 2002; Paulani & Braga 2007; Feijó *et al.*, 2008).

Sendo assim, a Matriz Insumo-Produto configura-se como método de mensuração aplicado à Contabilidade Social. Trata-se de um modelo que avalia os bens e serviços a partir da produção e consumo das empresas, governo e famílias, em determinado período ou região. Esse método trabalha a economia do ponto de vista setorial integrado, analisando a interdependência e o impacto gerado ou sofrido entre as atividades.

De acordo com Paulani e Braga (2007), as transações entre os setores avaliados pela Matriz Insumo-Produto, permitem analisar as relações econômicas entre vários setores da atividade, o que cada setor gasta e o que vende para outros setores. Fornece informações mais completas, pois inclui as negociações intersetoriais.

A matriz é estruturada em linha e colunas, sendo que os valores das linhas representam o que cada setor vende para outro, enquanto os valores das colunas representam o que cada setor comprou dos outros. O produto matemático entre os valores das colunas e das linhas resultam no coeficiente técnico da Matriz Insumo-Produto. Segundo Feijó *et al.* (2008) o coeficiente técnico é representado por:

$$\text{Coeficiente } ij = \frac{\text{quanto o setor } j \text{ compra do setor } i}{\text{valor da produção do setor } j}$$

Os autores destacam que o conhecimento desse coeficiente permite fazer previsões sobre a produção de cada setor, fixar algumas metas sobre o comportamento de demanda, e ainda possibilita uma visão quase que imediata sobre os resultados projetados por políticas econômicas, como por exemplo, qual setor da atividade turística terá o maior crescimento durante o ano analisado. No quadro 1 é possível visualizar o modelo da estrutura de uma Matriz Insumo-Produto.

Quadro 1- Modelo de uma Matriz Insumo-Produto

Demanda intersetoriais	Demanda final	Valor bruto da produção
X ₁₁ X ₁₂X _{1n}	D ₁	X ₁
X ₂₁ X ₂₂X _{2n}	D ₂	X ₂
· · ·	·	·
· · ·	·	·
· · ·	·	·
X _{n1} X _{n2}X _{nn}	D _n	X _n

Fonte: Montora Filho (1998).

No quadro 01 há três setores n de produção, representado por X_i que é o valor da produção anual do setor. Uma parte desse produto é demandado por vários setores de uma economia como meio de produção (demanda intersetorial), parte do produto X_i , é distribuída nos vários setores de produção, que é ilustrada por X_{i1} , X_{i2} X_{in} , parte da produção é destinada diretamente ao consumo final (demanda final).

O principal objetivo do SNC e Modelo Insumo-Produto é mensurar o produto das relações econômicas entre os setores, a interação entre a oferta e a demanda. Por conta disso, o modelo está condicionado à aplicação quando se conhece a produção e a demanda final dos setores. Logo, sem esse componente não há matriz insumo-produto.

O Produto Interno Bruto (PIB) é o principal agregado macroeconômico e, os métodos de estimação da economia têm por objetivo mensurá-lo, medindo as riquezas geradas pela produção das empresas. A partir dessa mensuração surgem outros agregados como a renda gerada, o consumo, emprego e os investimentos.

O PIB é definido como a medida de riqueza de um país ou região que representa a produção de todas as unidades produtoras da economia, empresas públicas e privadas produtoras de bens e prestadoras de serviços, trabalhadores autônomos, governo e entre outros, em um período - ano ou trimestre, em geral - a preços de mercado (Feijó *et al.*, 2008).

Além dessa definição mais ampla, o PIB pode ser compreendido por três aspectos distintos: pela demanda, renda e produção, diferenciando-se de acordo com a perspectiva em que se deseja obter as informações. Segundo IBGE (2008), os aspectos são:

- **Lado da produção** - o PIB é igual ao valor da produção menos o consumo intermediário mais os impostos, líquidos de subsídios, sobre produtos não incluídos no valor da produção.

- **Lado da demanda** - o PIB é igual à despesa de consumo final mais a formação bruta de capital fixo mais a variação de estoques mais as exportações de bens e serviços menos às importações de bens e serviços.
- **Lado da renda** - o PIB é igual à remuneração dos empregados mais o total dos impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação mais o rendimento misto bruto mais o excedente operacional bruto.

O PIB é um dos principais agregados macroeconômicos, imprescindível para compreensão da economia de um modo geral, sendo que, esse agregado mensura a velocidade do crescimento, o grau de consumo de sua população, as riquezas do país, a produção industrial, a renda gerada pela população e o grau de desenvolvimento social (Casimiro Filho, 2002).

A partir desse contexto, determinar a participação do turismo no PIB requer mais esforços que as demais atividades, pois do ponto de vista da produção nacional o produto gerado não especifica a participação do turismo nas Contas Nacionais, já que ainda há a interdependência estrutural com outros setores produtivos da economia.

Deste modo, a participação do turismo é contabilizada pelas principais atividades de prestação de serviços da atividade tais como: hospedagem, transporte, alimentação, atividades culturais, entretenimento, agenciamento e entre outras.

As ACT's são as atividades mais específicas do turismo, que podem ser medidas pela CST ou por alguns métodos econômicos. Porém, a indeterminação de algumas atividades, se pertence ou não à produção turística e os efeitos que essas atividades podem exercer e/ou sofrer em relação a outros setores da economia, torna o processo de dimensionamento complexo, devido à sua característica de transversalidade (Jones & Munday, 2008).

Portanto, no processo de mensuração dos impactos econômicos do turismo, o SCN e o modelo Insumo-produto fornecem uma estrutura base para a elaboração da CST. O sistema fundamenta os aspectos metodológicos e teóricos, já o modelo serve como uma ferramenta técnica.

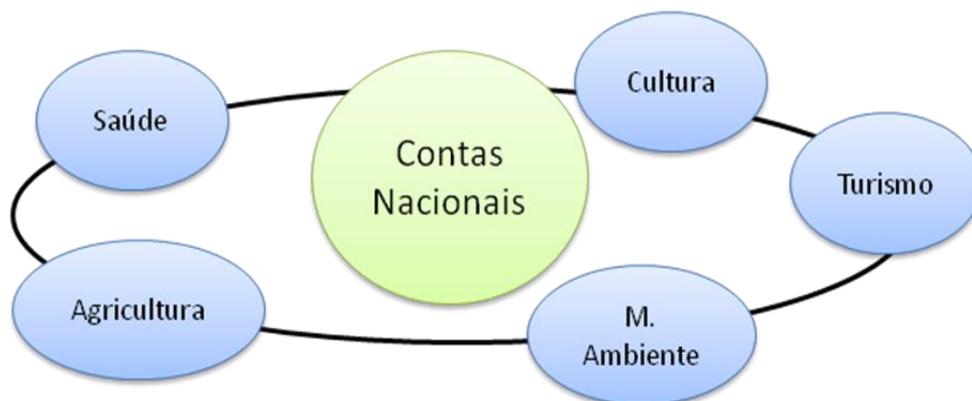
2.2.2 Conta Satélite

A compilação de informações econômicas no Sistema de Contas Nacionais (SCN) deixa implícita a colaboração de alguns subsetores que são importantes para economia (UN *et al.*, 2008). A flexibilidade de trabalhar com o sistema possibilita extrair informações sobre esses setores implícitos.

As Contas Satélites têm esse propósito, de evidenciar setores que estão subentendidos nas Contas Nacionais, que são importantes para gestão estratégica da economia como, no caso, o turismo. Exemplificado em países como Austrália e Espanha, onde o turismo representa uma das principais fontes de receita da economia (UNWTO, 2016).

A Conta Satélite de um modo geral é um mecanismo de mensuração de um determinado setor da economia, que se fundamenta nas Contas Nacionais. Deste modo, o SCN é a referência base para construção e elaboração das diretrizes de qualquer conta satélite. Essas contas podem ser entendidas como um elemento paralelo de um setor específico da economia, que margeia e obtém informações da conta principal de um país, no caso, a Conta Nacional. Na figura 3 é demonstrado de forma ilustrativa o sentido do termo conta satélite.

Figura 3 - Ilustração Representativa das Contas Satélites



Fonte: Baseado a partir de UN *et al.* (2008).

A figura 3 faz alusão ao sistema de contas nacionais a partir da concepção de contas satélites, nela encontram-se atividades da economia que são passíveis à construção de uma

conta satélite. O termo satélite faz referência às contas secundárias que orbitam em torno da conta principal, de onde todas as informações são extraídas.

A primeira noção que se sabe sobre conta-satélite, é que surgiu primeiramente na França na metade do século XX, pois o governo tinha interesse em dados específicos sobre alguns setores que não estavam sendo envolvidos pelo Sistema de Informação econômica (Andrade, 2009).

Diante desse contexto, mais tarde um grupo de franceses, a pedido do governo, trabalhou no projeto de criação da conta. Esse projeto consistia em adequar transações, classificações de unidades setoriais e atividades específicas ao Sistema de Contas Nacionais, com o objetivo de obter informações coerentes vindas do SCN organizadas pelas Organizações Nações Unidas (ONU), com data de lançamento no ano 1968.

A França, em especial, desenvolveu as Contas Satélites ligadas ao Sistema Central de Contas Nacionais, compartilhando a totalidade ou parte dos mesmos princípios de compilação, informação, formas de apresentação e agregados, reconhecendo ao mesmo tempo a importância de conceitos e de informação própria de cada atividade ou setor, objeto de uma conta específica ou satélite, como é o caso da educação, saúde ou turismo (Andrade, 2009 p.29).

Verifica-se que a iniciativa da França foi fundamental para as primeiras contas satélites, servindo como base para os primeiros métodos de estimação de setores que não eram contemplados nas contas nacionais. E assim, com o SNC, as contas satélites passaram por processos de adequações conforme as necessidades e a característica do setor ao qual fosse aplicada.

No início do projeto foram diagnosticados vários problemas na elaboração, devido à necessidade de se estudar algumas áreas isoladamente e de forma bem mais detalhada, porém como ainda estava em processo de desenvolvimento esses problemas permaneceram (UN *et al.*, 2010).

Mais tarde, a Conta foi incluída e adotada em padrões internacionais propostos pelo SCN-93,

O Sistema de Contas Nacionais aprovado pela Organização das Nações Unidas, 1993 (SCN-93), propõe que os países desenvolvam contas satélites de caráter funcional que complementem as estimativas do Sistema de Contas Nacionais “padrão”. Tais contas satélites devem utilizar os mesmo conceitos e definições que o sistema de contas nacionais, mas enfocando um aspecto específico da realidade economia (Perez, 2006, p.299).

De acordo com o autor, o SCN-93 traz em suas diretrizes sugestões para a elaboração de contas satélites, que podem abranger vários setores como educação, comércio, indústria, turismo, dentre outros. Sempre ressaltando as peculiaridades, que variam de acordo com a atividade e o país aonde venha se desenvolver.

Segundo Andrade (2009), a Conta Satélite possui vários objetivos, e dentre seus principais têm-se:

- Usar conceitos complementares ou alternativos, incluindo a utilização de classificações e métodos contábeis, quando for necessário acrescentar novas dimensões ao quadro conceitual;
- Propor informação suplementar de caráter funcional ou transversal sobre determinados aspectos sociais;
- Integrar as fontes de informação física e de análise ao Sistema de Contabilidade Monetário;
- Destacar a análise estatística, medindo indicadores e agregados adequados.

Com esses objetivos as contas satélites se estabelecem como um mecanismo a mais para a geração de informações econômicas, em setores que antes não eram contemplados nas contas nacionais.

No tópico a seguir se falará sobre o processo de criação, características e estruturas que compõem a CST, uma descrição dos principais aspectos para se construir as tabelas a partir da demanda e da oferta, de acordo com a metodologia da OMT.

2.3 Conta Satélite do Turismo (CST)

O turismo cresce e promove o desenvolvimento econômico com geração de postos de trabalho, deslocamento de pessoas e aumento do fluxo de capital. Esse crescimento implica no planejamento das ações do governo, empresas privadas e associações ligadas ao setor turístico, pois o desenvolvimento de qualquer atividade requer o gerenciamento e controle dos objetivos e metas que se desejam alcançar (Ivanov & Webster, 2012).

Uma das melhores formas de dimensionar detalhadamente o turismo na economia é por meio da CST. A capacidade de descrever o desempenho dos principais agregados econômicos do turismo, a torna um dos principais métodos.

Segundo a OMT (1998, p.5), a Conta Satélite do Turismo (CST) é definida como:

Uma nova ferramenta estatística, que inclui conceitos, definições, classificações e tabelas, que é comparável com as diretrizes de contas nacionais e internacionais, permitindo uma comparação consistente entre regiões, países ou grupos de países, além de permitir comparações com outros dados macroeconômicos. Como um processo de construção que busca direcionar os países a desenvolver os seus próprios sistemas de estatísticas do turismo, o objetivo principal é adotar a CST como uma síntese de todos esses sistemas.

Essa concepção representa bem o real propósito da conta, que além de evidenciar o turismo como uma atividade séria e estruturalmente organizada, também demonstra a importância econômica que a atividade tem no cenário nacional e internacional, ao fornecer indicadores confiáveis, consistentes e adequados, com informações estatísticas sobre os aspectos macroeconômicos (Jones & Li, 2015).

Entre algumas definições elaboradas pela OMT sobre a CST, pode-se dizer que, ao relacionar os elementos macroeconômicos ao turismo, a CST torna-se mais completa.

Em relação ao turismo, a Conta Satélite teve sua estrutura idealizada pela ONU e organizada pela OMT, OECD, Organização Mundial do Comércio (OMC), ao longo de vários congressos, fóruns e reuniões direcionados aos aspectos econômicos e obtenção de dados estatísticos sobre o turismo (Naciones Unidas – NU, 2000).

A CST surgiu da necessidade de saber como o setor turístico estaria se comportando na economia, e pela relação de interdependência entre ele e outras áreas econômicas e a sociedade (Rossouw, 2011).

De acordo com Sharma e Olsen (2005), o desenvolvimento da CST deve ser compreendido como um processo permanente e contínuo, orientado a ser aceita pelos países que a adotam-na ou pretendem tê-la, com o intuito de compreender corretamente e avaliar o fenômeno do turismo. Esse fenômeno consiste em um conjunto econômico (monetário) articulado em fluxos que podem ser notados a partir do consumo de unidades do turismo, ou seja, consumo por entrada e saída de visitantes para o setor produtivo de unidade, e de diversos produtos, bens e serviços turísticos.

É fato que a escassez de informação sobre o turístico na economia nacional e internacional prejudica seu desenvolvimento. Daí a necessidade de dados confiáveis, pois ao saber sobre suas deficiências e fatores relevantes, tem-se a possibilidade de elaborar políticas públicas e estratégias de negócios (Dwyer, Deery, Jago, Spurr & Fredline, 2007).

Além de fornecer informações aos governos, ao *trade* turístico, aos turistas e às pessoas em geral, há outros benefícios que a atividade turística proporciona. Andrade (2009) diz:

- Aumenta e melhora o conhecimento da importância do turismo, em relação ao todo da atividade, no caráter econômico em um determinado país ou região; Fornece um instrumento para a concepção de políticas mais eficientes voltadas para criação de empregos;
- Cria uma consciência entre os diversos agentes envolvidos direta e indiretamente com o turismo;
- Estende seu papel a todos os setores envolvidos na produção de bens e serviços direcionados aos turistas.

Os principais objetivos gerais da Conta Satélite do Turismo segundo Perez (2006) são:

- Mensurar o que é produzido e consumido pela atividade turística na visão econômica;
- Criar indicadores para caracterizar a dimensão ou os impactos do turismo em relação ao restante dos setores da economia;
- Procurar coerência e harmonia entre toda informação produzida no país sobre o turismo;
- Ser um instrumento de informação básica, para elaboração e planejamento das ações no turismo;

Com os objetivos definidos, a Conta Satélite de Turismo permite identificar alguns indicadores econômicos, que segundo UN *et al.* (2010) são:

- PIB em valores correntes da atividade turística;
- Taxa de crescimento da atividade turística;
- Consumo turístico interno, por tipos de visitantes e classes de renda;
- Emprego em atividades específicas do turismo e nas demais atividades, subdividido em categorias relevantes para a adoção de políticas para o setor;
- Renda gerada no setor turístico;
- Identificação dos produtos característicos do turismo e outros.

A CST é importante para o turismo como um mecanismo de normalização internacional de conceitos e de classificações, pois com as informações torna-se possível realizar comparações adequadas entre países ou regiões, possibilitando comparar todas as estimativas com outros agregados macroeconômicos e compilações adotados internacionalmente (Smeral, 2006). Igualmente é imprescindível como um conjunto de procedimentos que serve de guia para os países reunirem informação econômica relativa ao turismo.

A análise econômica do turismo por meio desse tipo de conta apresenta mais vantagens, pois se torna mais fácil relacionar as suas variáveis econômicas com outras variáveis econômicas e ressalta relações de trocas entre si (Libreros, Massieu & Meis, 2006).

Os resultados obtidos com a CST evidenciam a contribuição do turismo para o PIB nacional, o consumo final, aplicação de investimentos no setor, dentre outros. Pelo consumo final é possível determinar as despesas, que nas contas nacionais são incluídas nas exportações líquidas; os investimentos empregados pelas empresas turísticas estão relacionados à formação bruta de capital fixo; e as despesas das empresas e de visitantes nacionais são representadas pela demanda final.

Segundo Andrade (2009, p.38) a CST disponibiliza como resultados de suas tabelas as seguintes informações:

- Consumo turístico: discriminado por fonte de suprimento, oferta interna ou exportação;
- Agregados Macroeconômicos: valor agregado e PIB turístico;
- Outras informações relevantes à construção de modelos de avaliação dos impactos do turismo;

- Indicadores de caracterização do turismo, baseando-se em números de chegadas; forma de viagem; duração; motivo; modo de transporte; meio de hospedagem; destino; procedência etc.;
- Conta produção por ramo de atividade, incluindo dados de emprego, relações intersetoriais e formação bruta de capital fixo.

O desenvolvimento da Conta Satélite do Turismo é estimulado pelo interesse sobre os impactos dos rendimentos econômicos e teóricos do turismo de um modo geral. A metodologia aplicada consiste em apurar e conhecer os elementos que fornecem aos governos, os empresários, os profissionais da área e o meio acadêmico, as informações necessárias para elaborar políticas públicas para o turismo, desenvolver estratégias empresariais e divulgar conhecimentos sobre a área, permitindo assim, avaliar seu rendimento (Diakomihalis, 2008).

No documento *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*, o marco conceitual estabelece definições detalhadas das variáveis relacionadas à demanda e oferta turística (Frechtling, 2010). Como também aponta os fatos econômicos que devem integrar-se ao turismo, descrevendo os aspectos como o conceito de turismo, visitantes, consumo turístico e gasto turístico (Hara, 2008).

O marco conceitual da CST também oferece critérios para a classificação dos diferentes fatos e agentes relacionados ao turismo. Alguns dos principais critérios de classificação descritos pelo documento são (UN *et al.*, 2010):

- Âmbito geográfico da viagem: turismo doméstico, turismo emissivo, turismo receptivo, turismo nacional e turismo interno.
- Duração da visita: turistas e excursionistas.
- Motivo da viagem: lazer, visitas a amigos ou parentes, estudo, tratamento médico, religião, compras, trânsito e outros.
- Natureza turística dos produtos: produtos característicos do turismo, produtos conexos ao turismo e produtos não relacionados ao turismo.

Esses critérios estabelecidos pela CST são base dos principais conceitos que delimitam as variáveis analisadas. Como o turismo é uma atividade dinâmica que envolve vários setores, faz-se necessário delimitar suas unidades de análise (Ahlert, 2007). Por isso, os conceitos precisam ser claros e devem determinar o que é um visitante e um turista; abrangência dos gastos e consumo turísticos; definir quais são os produtos e atividades características do turismo.

Como dito anteriormente, a CST tem como base metodológica o SNC e como fontes de dados as Contas Nacionais. Isso ocorre devido sua estrutura, que previamente necessita de uma base estatística primária de dados. O que explica a diferença entre as CST's de alguns países, que mesmo seguindo o quadro metodológico da OMT tem níveis de desenvolvimento diferentes.

É importante destacar que a natureza da CST é fundamentalmente descritiva e, a mensuração dos impactos não inclui os efeitos indiretos e induzidos do turismo no sistema econômico. O que implica dizer que, as tabelas da conta não refletem todos os efeitos produzidos pelos impactos do turismo, daí a possibilidade de se utilizar outros métodos, como a Matriz Insumo-Produto, modelo de equilíbrio geral computável e o efeito multiplicador (UN *et al.*, 2010).

Mesmo com algumas dessas alternativas de métodos, a CST ainda é o principal mecanismo de informação, pois ela converge as principais informações econômicas de efeito direto em um conjunto de tabelas. Sendo que esses modelos podem interagir ou fornecer dados para CST.

2.3.1 Estrutura da Conta Satélite do Turismo

A estrutura da CST está centrada em 10 tabelas inter-relacionadas, cada tabela é destinada à descrição dos agregados macroeconômicos do turismo. Da tabela 1 a 4 tem-se a descrição do consumo turístico e das categorias de visitantes; nas tabelas 5 e 6 está a descrição do produto e das atividades características do turismo, que permite a estimação do PIB turístico; a tabela 7 descreve a situação do emprego no turismo, sobre rendimento, números de ocupados e de empresas; na tabela 8 a formação bruta de capital fixo das ACT's e das empresas afins. Já na tabela 9, tem-se o consumo coletivo, destinados à descrição dos gastos públicos que incidem na atividade turística; e a tabela 10 apresenta alguns indicadores não monetários.

O modelo de conta satélite (que tem sua estrutura baseado em outros setores), geralmente é utilizado para mensurar as atividades do setor de prestação de serviços, tornando-se importante para delimitar os serviços e produtos característicos e conexos a um campo específico. Conforme o SNA-93:

A primeira categoria cobre os produtos que são tipicamente pertencentes ao campo de estudo. É interessante estudar os modos que esses bens e serviços,

os tipos de investimentos e capital entram na produção. A segunda categoria inclui produtos que estamos interessados por estes serem claramente cobertos pelos gastos em um determinado campo de atuação (UN *et al.*, 1993 p.609).

Na referida citação, o documento conceitua bens e serviços característicos e conexos, esses componentes são necessários para delimitar os produtos e atividades que pertencem ou estão relacionados ao turismo. Essa categorização atribuída aos produtos é necessária para delimitação e organização, com a finalidade de identificá-los por meio de códigos numéricos.

As contas satélites designam as práticas contabilísticas em áreas horizontais específicas, que não se encontram corretamente identificadas no Sistema de Contas Nacionais, mas que podem ser consideradas como “subsistemas satélites” (OMT, 1999).

A organização afirma que a CST é uma alternativa de ampliar e situar algumas atividades que estão em uma esfera menor e submissa ao Sistema de Contas Nacionais, porém não é percebida devido à magnitude da Conta nacional. Sendo possível notá-la como uma conta adjacente.

A estrutura base da CST fundamenta-se no equilíbrio entre a demanda por bens e serviços consumidos por visitantes e pelo fornecimento de bens e serviços das empresas. Um dos fundamentos básicos para a manutenção do mercado turístico, cuja oferta está condicionada à demanda turística.

O propósito em analisar com detalhes os aspectos da demanda por bens e serviços turísticos e medir a relação com o fornecimento de tais bens e serviços dentro da mesma economia, ocorre para identificar a quantidade e a proporção em que esses dois elementos estão sendo distribuídos e disponíveis para o consumo (Frechtling, 1999; Smeral, 2006).

Nas recomendações da OMT sobre a CST, os conceitos e as classificações são descritos com clareza e detalhamento, referentes variáveis econômicas e as unidades de análise da oferta e da demanda (OMT, 1998). Isso facilita a caracterização dos elementos ao distinguir o que deve ser incluído ou não na contabilização. Como se constata na citação abaixo:

O desenvolvimento da conta satélite do turismo é analisar em pormenor todos os aspectos da demanda por bens e serviços que possam ser associados ao turismo; para estabelecer a interface real o fornecimento de tais bens e serviços dentro ou fora da economia de referência, e descrever como a oferta (nacional ou origem importada) interage com outras atividades econômicas, o uso de tabelas de recursos e empregos como referência (UN *et al.*, 2010, p. 02).

Tanto o marco conceitual da Conta Satélite do Turismo como das Recomendações Internacionais para Estatística do Turismo de 2008 (IRTS- 2008), estabelecem parâmetros de classificação da oferta a demanda, medidas para delimitar o consumo e a produção ligados ao turismo. Essa discriminação de cada elemento desses dois componentes evita erros na mensuração e facilita a desagregação do produto total.

O processo de mensuração pode ser feito em duas perspectivas, pela oferta e pela demanda. Por isso, nos itens a seguir serão discutidos os aspectos que estão relacionados a essas duas vertentes do processo de mensuração da CST.

Perspectiva da Demanda

Os visitantes são os principais agentes dentro do sistema econômico aplicado ao turismo (OMT,1999). Suas práticas de consumo movimentam o fluxo de capital pelas relações mercantis de compra e venda.

A estrutura pela ótica da demanda estabelece-se pelo consumo do visitante. Esse consumo ocasiona implicações na economia nacional em termos de renda, produção, emprego, receitas fiscais, dentre outros, importantes elementos que interferem no consumo final dos visitantes (OMT, 1999).

A partir do momento em que o turista dá início aos preparativos de uma viagem, também se iniciam os gastos, como por exemplo, a compra de passagens, hospedagem e pacotes turísticos.

O consumo para CST é contabilizado a partir da pré-viagem até o pós-viagem, pois há gastos em todas as etapas que devem entrar na contagem, já que qualquer produto ou serviços que o turista ou visitante venha a consumir, será caracterizado como fato econômico do turismo (OMT, 2001).

No marco conceitual, para efeitos de classificação há uma diferenciação entre turista e visitante, sendo duas variáveis distintas. No qual o turista é considerado como uma subcategoria dos viajantes (UN *et al.*, 2010)

O termo turista possui uma conotação de lazer, algo mais específico vinculado à prática turística, enquanto o visitante refere-se à prática do não lazer, uma generalização de outros agentes que não se encaixem como turistas, mas que entram no processo de contagem.

Como por exemplo, funcionários de uma empresa que se deslocam para atender clientes ou simplesmente os viajantes (Frechtling, 1999).

Destarte, a ideia fundamental para a distinção não seria se uma pessoa é turista ou não turista, mas se uma pessoa seria visitante ou não visitante (Hara, 2008).

A partir dessa diferenciação surgem outros conceitos necessários para organização e classificação da demanda. No documento *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, há um maior detalhamento, no entanto, a seguir serão expostos os conceitos de uma forma mais resumida e de acordo com (Kadota & Rabahl, p.71, 2003):

Entorno Habitual: corresponde à região geográfica onde as pessoas se deslocam no cotidiano, exceto por ócio ou recreação.

Por duração de viagem: segundo a duração da estada, podem-se classificar os **visitantes** ou **Turistas**, que permanecem uma ou mais noites no local visitado, e ainda **Excursionistas** que compreendem os **visitantes** que não pernoitam no local visitado. Há também os visitantes em Trânsito, que para a CST são tratados como visitantes.

Por destino: de acordo com o destino das viagens, têm-se duas categorias de visitantes: os **Internacionais** - cujo país de residência é diferente do país visitado (inclui o nacional, residente no exterior) e os **Internos** - cujo país de residência é o próprio país visitado (inclui o estrangeiro residente).

Consumo Turístico: gasto total de consumo efetuado por um visitante, ou por conta de um visitante, durante ou decorrente de sua viagem e estada no lugar de destino.

Local do Consumo Turístico: podem-se distinguir sete agregados de consumo turístico, a partir do critério do local:

- **C. T. Interno** - efetuado por residentes em seu próprio país (inclui bens importados);
- **C. T. Receptor** - efetuado por não residentes no país receptor (internacional);
- **C. T. Emissor** - efetuado por residentes em países diferentes de suas residências (inclui bens nacionais, consumidos no exterior);
- **C. T. Interior** - compreende todo o gasto efetuado por residentes e não residentes no país receptor;

$$C. T. Interior = C. T. Interno + C. T. Receptor$$

- **C. Interior Turístico** - acresce ao C.T. Interior os gastos do C.T. Emissor no país de origem (antes e depois);

$$C. Interior Turístico = C. T. Interior + Parte Interior do C. T. Emissor$$

- **C.T. Nacional** - compreende todo o consumo de residentes, independentemente do destino;

$$C. T. Nacional = C. T. Interno + C. T. Emissor$$

- **C.T. Internacional**- compreende todo o C.T. Receptor e o C.T. Emissor.

$$C. T. Internacional = C. T. Receptor + C. T. Emissor$$

Consumo Coletivo Turístico - compreende o consumo de uma classe de bens/serviços, que apresenta as seguintes condições especiais:

- Os bens/serviços podem apresentar-se simultaneamente a todos os indivíduos (não propriedade);
- Sua utilização não requer acordo explícito ou participação ativa (passiva);
- Sua utilização por um indivíduo não reduz a disponibilidade aos demais (não rivalidade).

Unidade de Consumo: é muito importante, pois permite controlar e identificar a cobertura efetiva do consumo. São quatro as unidades de consumo:

- **Visitante**: a unidade de consumo mais relevante;
- Consumo efetuado por família residente, decorrente da estada de visitantes: o caso mais comum se refere aos gastos dos residentes na recepção de parentes ou amigos;
- **Unidades produtivas, atuando como tal**: empresas financiando gastos de viagens de seus funcionários em serviço;
- **Administrações Públicas e congêneres**: quando financiando gastos de viagens para tratamento médico, formação profissional e outros dessa natureza, consideradas transferências sociais em espécie;
- **Resto do mundo**: residentes em viagem a outros países, hospedados gratuitamente em residência de parentes ou amigos, caracterizando-se como transferência em espécie.

Mesmo com essa classificação preestabelecida pela OMT, há alguns aspectos que são tratados como casos especiais que podem ser incluídos nessa classificação. Isso ocorre devido às particularidades ou dificuldades de alguns elementos de se encaixarem na classificação recomendada, como por exemplo, a questão do consumo intermediário ou o consumo de residência secundária (UN *et al*, 2010).

Como se pôde observar anteriormente, a questão territorial está relacionada diretamente com as definições dos tipos de turismo e com as categorias de consumo. A determinação do local onde são gerados os gastos incide sobre a contabilização do produto na economia.

Na economia de modo geral, esses registros são feitos inicialmente no Balanço de Pagamentos, onde se registra as transações econômicas dos residentes e não residentes dentro do território econômico do país. Assim, a CST também contabiliza e classifica em suas tabelas a demanda de acordo com o consumo dos visitantes, de tipo de turismo, a partir dos residentes e não residentes como pode ser observado no quadro 02.

Quadro 02- Classificação dos tipos de turismo da CST

	Dentro do País	Fora dos Pais	Total
Residente	Turismo Interno	Turismo Emissor	Turismo Nacional
Não Residente	Turismo Receptor	-	-
Total	Turismo Doméstico	-	-

Fonte: UN *et al.*, (2008 p. 622)

Os registros econômicos do consumo dos visitantes só são contabilizados pela CST, dentro do território econômico de acordo com a classificação dos tipos de turismos exposto no quadro.

4.8 o momento do registro das despesas do turismo é relevante, porque muitas vezes, itens como transporte e hospedagem, entre outros, estão reservados e pagos antes de ser "consumido". O pagamento também pode ser feito após o consumo, usando um cartão de crédito ou um empréstimo especial obtido para esse fim específico (IRTS-2008, p. 36).

De acordo com a citação, o momento do registro das despesas deve ser tratado com atenção, pois podem interferir na contabilização, já que a forma como são feitos os pagamentos e o consumo dos produtos pode acontecer em momentos distintos. De acordo com o SNC, o consumo final é registrado no lugar e no momento em que ocorre a transferência do bem ou da prestação de serviços, isto é, quando são fornecidos (UN *et al.*, 2008).

Portanto, a partir da perspectiva da demanda, a CST entende o consumo dos bens e serviços como um dos princípios para contabilização do turismo na economia.

Perspectiva da oferta

A perspectiva da oferta busca entender o turismo como um conjunto de atividades produtivas destinadas a atender às necessidades dos visitantes (OMT, 1999). Por essa vertente de análise, o turismo tem a possibilidade de descrever como os produtores fornecem os bens e

serviços aos visitantes, e também como funciona o processo de produção, custos e desempenho econômico das ACT's.

A oferta é um importante componente para compreender o funcionamento do mercado, pois as ações dos seus agentes no ambiente econômico possibilita alocar os recursos da melhor forma, já que o produto turístico, o processo de produção e fornecimento são elementos complexos (Sinclair & Stabler, 2009).

O turismo enquanto atividade econômica está condicionado à demanda, então a produção da oferta também obedece a essa condição.

O turismo, como atividade econômica, é definido a partir da perspectiva da demanda, ou seja, como resultado do consumo dos visitantes. Diferenças de perfil e motivação dos turistas e de condições natural e econômica do lugar visitado implicam em conjuntos diferentes de produtos consumidos (IBGE, 2012, p.6).

De acordo com a citação acima, os produtos ofertados adquirem um caráter turístico quando são consumidos por visitantes, pois o consumo da demanda turística é que caracteriza a oferta turística.

A CST, pela perspectiva da oferta, tem o papel de mensurar e descrever as relações da produção de bens e serviços das empresas com os agentes do mercado. Esse processo tem como resultados informações sobre o emprego, o tamanho do estabelecimento, identificação geográfica, índices de produção e entre outros (Libreros, Massieu & Meis, 2006).

O processo de mensuração a partir da oferta se inicia pela identificação dos produtos relacionados ao turismo e suas respectivas atividades, que se subdividem em produtos característicos do turismo e produtos relacionados com o turismo. A classificação é feita de acordo as características e similaridade dos produtos e atividade (IRTS, 2008).

A classificação foi estabelecida pela *International Recommendations for Tourism Statistics 2008*, com base no SNA-93. Nessa publicação os produtos foram divididos em dois grandes grupos, os produtos de consumo, que estão relacionados de alguma forma ao turismo e, subdividido em dois grupos principais: produtos característicos do turismo e outros produtos de consumo; e produtos não destinados ao consumo, que inclui todos os outros produtos que circulam na economia de referência, conforme pode ser visualizado na tabela 1.

Tabela 1- Classificação dos Produtos da CST

A. Produtos de Consumo
<p>A.1 Produtos característicos do turismo, incluem duas subcategorias:</p> <hr/> <p>A.1.i <i>Produtos característicos do turismo para comparabilidade internacional</i>, representam os produtos essenciais para a comparação internacional gastos dos turistas.</p> <hr/> <p>A.1.ii. <i>Produtos característicos do turismo específico de cada país</i>: deverá ser determinado por cada país aplicando os critérios da RIET, 2008.</p> <p>Para estes dois produtos, atividades que os geram são consideradas características do turismo, e as indústrias em que a atividade principal característica é o turismo será chamado indústrias de turismo.</p> <hr/> <p>A.2 Outros produtos de consumo, incluem duas subcategorias, que devem ser determinados por cada país e, portanto, será específica para cada país:</p> <hr/> <p>A.2.i <i>Produtos conexos do turismo</i> incluindo outros produtos de acordo com sua relevância para a análise de turismo, mas não cumprem os critérios estabelecidos pela RIET,2008</p> <hr/> <p>A.2.ii <i>Produtos de consumo não conexo com o turismo</i>, abrangem todos os outros bens de consumo e serviços que não pertencem às categorias acima</p>
<p>B. Produtos não destinados ao consumo: Esta categoria inclui todos os produtos que, pela sua natureza, não podem ser bens e serviços de consumo e, portanto, não pode ser parte das despesas do turismo e turismo de consumo, exceto para valores que podem ser adquiridos por visitantes durante suas viagens. Duas subcategorias definidas</p>
<p>B.1 Objetos valiosos</p> <hr/> <p>B.2 Outros produtos não destinados ao consumo, que incluem os produtos relacionados com a formação bruta de capital fixo do turismo e o consumo coletivo turismo.</p>
<p>Fonte: NU <i>et al.</i>, (2010)</p>

É importante enfatizar que a avaliação do consumo turístico pelos produtos conexos depara-se com uma dificuldade a mais, que é a de definir quais produtos são conexos e quais são característicos, pois essa classificação varia de um país para outro, levando em conta as características do local e do tipo de visitante e recebido.

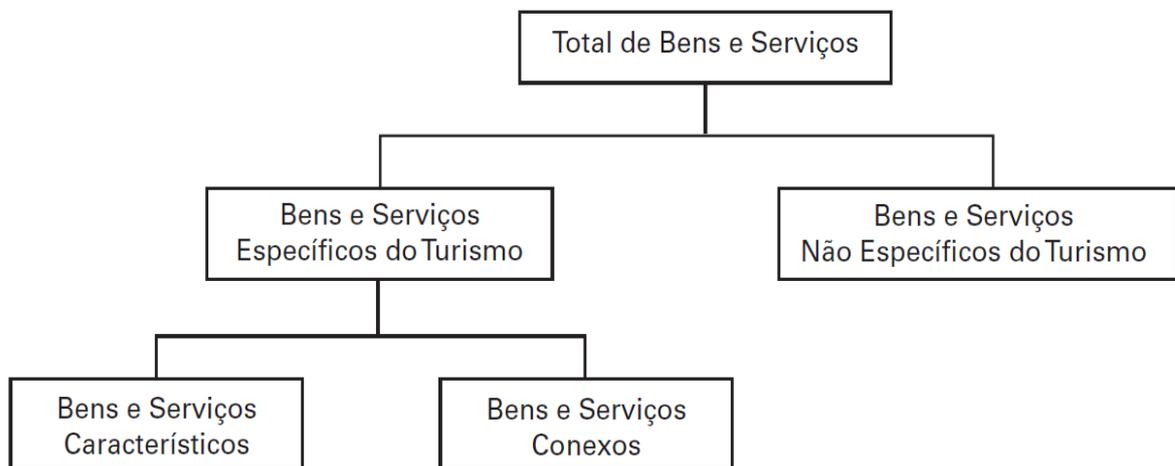
Essa categorização foi criada com base na Classificação Central de Produtos - CCP (*Central Product Classification - CPC*), elaborada pela Organização das Nações Unidas – ONU. Um grupo de 170 produtos que são específicos do turismo, mas a determinação do grupo dos produtos característicos é definida de acordo com o país (IBGE, 2012).

No Brasil além de se adotar a CCP, se usa também uma classificação própria, a CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas), um sistema com todas as

atividades e setores da economia brasileira. A CNAE é sistema adotado pelo IBGE para todas as pesquisas de caráter econômico estatístico, como a CST. Sua metodologia está de acordo com SNA-93 e os outros sistemas internacionais, como o CCP e o ISIC.

A figura 4 também pode ser interpretada como um conceito de produto turístico, no qual cada retângulo ramifica-se do principal, o produto turístico, tornando-se partes integrantes.

Figura 4 - Esquema da inserção dos produtos característicos do turismo no conjunto total de bens e serviços



Fonte: IBGE, (2012)

O esquema da figura 4 serve para demonstrar de forma simplificada o processo de classificação dos produtos turísticos na CST. Uma vez que se torna difícil determinar que tal produto seja característico ou conexo dentro da classificação padrão, pois conforme a região o produto característico pode assumir uma função que não seja dedicada prioritariamente ao turismo e assumir uma característica de conexo, ou vice-versa. Como por exemplo, os serviços de táxi que, dependendo do destino turístico, podem ser prioritariamente um dos principais meios de locomoção para os turistas.

Os produtos característicos do turismo são os produtos que estão diretamente ligados ao consumo turísticos e sua ausência no mercado compromete o funcionamento da atividade (Akin, 2001; Sun, 2014).

De acordo com a OMT, para ser considerado um produto característico do turismo, é preciso atender os seguintes critérios:

- a) As despesas do Turismo sobre o produto devem representar uma parte significativa do gasto turístico total (condição da proporção correspondente a gastos / demanda);
- b) As despesas do Turismo sobre o produto devem representar uma parte importante da oferta do produto na economia (condição correspondente à oferta de ações). Este critério supõe que a oferta do produto característico do turismo se reduz consideravelmente se não houver visitantes (UN *et al.*, 2010, p. 45).

Seguindo esses critérios citados anteriormente, os países podem classificar produtos característicos do turismo não listados oficialmente pelos sistemas de classificação, visto que, a metodologia abre precedentes para esses casos. Porém, a OMT recomenda que os países estabeleçam limites, para que a comparabilidade internacional das informações não seja prejudicada (IRTS, 2008).

Importante destacar que a descrição dos produtos característicos do turismo na CST tem por finalidade mostrar como são produzidos a partir do processo de produção, da entrada de investimentos, consumo intermediário e números de trabalhadores utilizados, elementos que fazem parte da contabilização do produto.

A estimação da CST pela perspectiva da oferta, apresenta alguns problemas estatísticos, algo que não é particular ao turismo, mas que interfere de alguma forma, na qualidade das informações, tais como (Instituto Nacional de Estatística-/ Cuenta Satélite del Turismo de España [INE-CSTES], 2013):

- Falta de informação sobre atividades quanto à regularização das empresas;
- A não inclusão da economia informal;
- A não abordagem de empreendedores individuais, empresas e unidades produtivas de pequeno porte;
- Falta de compatibilidade com a metodologia da CST;
- Variáveis e critérios de avaliação com diferentes tipos de investigação;
- Generalidade dos conceitos;
- Regularidade das pesquisas;
- Inexistência de indicadores significativos e compatíveis às variáveis estudadas;
- Estrutura e fontes de informação incompatíveis.

Os produtos turísticos estão diretamente ligados a atividades turísticas características. As atividades representam o conjunto das unidades econômicas, no caso do turismo, as empresas que atuam na área. No tópico a seguir será descrito os aspectos sobre as atividades característica do turismo.

2.3.2 Atividades características do turismo (ACT's)

As atividades características do turismo (ACT's) pertencem ao conjunto de atividades econômicas do turismo que, assim como os produtos do turismo, obedecem a uma classificação semelhante.

A classificação das Atividades Econômicas do Turismo foi idealizada com o propósito de organizar as informações das unidades econômicas, sendo que essas unidades são representadas pelas empresas ou unidades locais de empresas, responsáveis por produzir os bens e serviços.

Visando a padronização internacional e a comparação estatística da atividade turística entre os países, a OMT desenvolveu a *Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA* em consonância com a *International Standard Industrial Classification - ISIC*, organizada pela ONU (IBGE, 2012).

A partir dessas classificações pode-se chegar aos produtos demandados pelos turistas, determinar os pontos mais importantes da participação em função do consumo e identificar as atividades responsáveis pela produção dos produtos característicos do turismo.

A estrutura se baseia na identificação de grupos semelhantes quanto a processos de produção, características e finalidade dos bens e serviços (OMT, 1999).

De um modo geral, a OMT entende que as atividades econômicas, principalmente as direcionadas ao turismo, não possuem homogeneidade em sua produção, isto é, oferece um leque de produtos em diferentes quantidades a diversos mercados. Além disso, baseia-se no reconhecimento de alguns segmentos idênticos, quanto à semelhança dos processos de produção e das características dos bens e serviços.

A classificação de uma atividade econômica como característica do turismo se faz a partir da identificação de sua produção principal e de produtos classificados como característicos do turismo, isto é, produtos de potencial consumo dos visitantes (UN *et al*, 2010).

As atividades econômicas turísticas incidem na geração de valor mediante aos ajustes dos fatores de produção, trabalho e capital. Seguem a mesma linha dos produtos, no qual separa as atividades não específicas das atividades específicas e subdividem-nas em características e conexas. Assim a OMT separou e classificou as atividades turísticas em:

- **Atividade característica:** quando na sua produção, o produto típico for um produto característico direcionado ao visitante, isto é, quando as empresas produzem pelo menos um produto característico do turismo para os turistas, que seja de fato direcionado quase exclusivamente ou apenas para turismo;
- **Atividade conexa:** quando na sua produção, o produto em questão é ou pode ser associado com o turismo em um determinado local, podendo ter ou não seu envolvimento intermediário, mas que sofre influência da atividade, que tem a possibilidade de trabalhar para atender tanto o turismo quanto a população local.
- **Atividade específica:** consiste na junção das duas atividades anteriores, que são subconjunto desta.

Os dados referentes às ACT's são compilados a partir da classificação das unidades produtivas de acordo com a principal atividade. Caso tenha duas ou mais, o critério de escolha é o que gerar maior valor adicionado para a atividade (UN *et al.* 2000; UN *et al.*,2010). Um exemplo disso é a hotelaria, que oferece outros serviços além da hospedagem, como serviços de alimentação, recreação e de eventos.

No entanto, existem algumas empresas que pertencem ao grupo das atividades características do turismo que prestam serviços secundários não vinculados ao turismo, que se sobressaem a principal função. Como, por exemplo, uma locadora de veículos, que aluga a maior parte de sua frota para instituições públicas locais. E assim, por critério de classificação essas empresas são descaracterizadas como elementos do grupo das ACT's.

Como já afirmado anteriormente, as Atividades Características do Turismo produzem produtos característicos direcionados ao consumo turístico, já que estão condicionadas pela origem do produto. Essa relação irá se refletir na organização das atividades com os produtos, ou seja, para cada produto há uma atividade correspondente. Como pode ser observado na tabela 2.

Tabela 2 - Lista de categorias de produtos de consumo e atividades características do turismo

Produtos		Atividades	
1.	Serviços de hospedagem para visitantes	1.	Hospedagem para visitantes
2.	Serviços de alimentos e bebidas	2.	Atividades de fornecimento de alimentos e bebidas
3.	Serviços de transporte de passageiros ferroviário	3.	Transporte de passageiros por via férrea
4.	Serviços de transporte de passageiros rodoviário	4.	Transporte de passageiros por rodovias
5.	Serviços de transporte de passageiros aquaviário	5.	Transporte de passageiros via aquática
6.	Serviços de transporte aéreo de passageiros	6.	Transportes aéreos de passageiros
7.	Serviços de aluguer de transporte e equipamento	7.	Aluguer de transporte e equipamento
8.	Agências de viagens e outros serviços de reserva	8.	Atividades de agências de viagens e outros serviços de reserva
9.	Serviços culturais	9.	Atividades culturais
10.	Serviços de esportes e lazer	10.	Atividades de esportes e lazer
11.	Bens característicos e específicos de cada país	11.	Comércio varejista de bens característicos do turismo e específico do país
12.	Serviços característicos do turismo e específicos de cada país	12.	Outras atividades características do turismo, específica do país.

Fonte: UN *et al.* (2010).

Na tabela 2, apresentam-se os 12 produtos característicos do turismo com as respectivas atividades características, os 10 primeiros itens são pré-estabelecidos pelo marco conceitual das recomendações estatísticas, já os dois últimos são dedicados às especificidades dos países. Essa tabela mostra a correlação entre o produto e atividade.

No Brasil a classificação das ACT's é feita de acordo com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), cujo procedimento consiste em agregar os códigos das atividades econômicas referente ao turismo presentes no SCN.

No Sistema de Contas Nacionais, as atividades (e seus produtos correspondentes) são estruturadas a partir da CNAE. O processo de equilíbrio macroeconômico realizado considera esses conjuntos de atividades associadas aos respectivos códigos da classificação (IBGE, 2012 p.7)

De acordo com a citação, os códigos são necessários para identificação do produto com a atividade correspondente, e assim, a partir dessa associação estimar os agregados macroeconômicos do turismo. De modo que, o objetivo final seja determinar o valor bruto da produção, consumo intermediário, valor adicionado bruto, informações sobre o emprego e os rendimentos gerados conforme a conciliação entre a oferta e demanda por produtos.

A mensuração das ACT's tem por objetivo analisar as atividades como tal, e gerar dados com detalhes sobre o total da produção, consumo intermediário, valor adicionado bruto, excedente operacional bruto, informação sobre o emprego, número de ocupados e de empresas, remuneração, formação bruta de capital fixo e indicadores não monetários (UN *et al.*, 2010).

Valor bruto da produção (VBP)

Trata-se do total da produção, equivalente a tudo o que foi produzido pelas atividades no ano corrente. É o resultado da diferença entre a receita líquida operacional e os custos de mercadorias revendidas, que são as compras já efetuadas, mais as subversões e outras receitas (IBGE, 2008).

$\text{Valor Bruto da Produção} = \text{receita operacional líquida} - \text{custos de mercadorias} \quad \text{revendidas} + \text{subversões e outras receitas}$
--

Consumo intermediário (CI)

O consumo intermediário é o conjunto de insumos consumidos ao longo da produção, o produto final que serve de matéria-prima para outra atividade (UN *et al.*, 2008; IBGE, 2008).

Durante a contabilização do produto, o consumo intermediário deve ser desconsiderado do total, pois em algum momento esses insumos já foram contabilizados em um período anterior, em outra atividade. Caso seja considerado, o valor da produção passa a ter dupla contagem de um produto, o que incorrerá em um erro nas contas.

O consumo intermediário está relacionado à quantidade e ao preço de insumos, por isso as atividades que possuem uma taxa de CI elevada estão condicionadas às atividades fornecedoras de suas matérias-primas (IBGE, 2008).

Valor adicionado bruto (VAB)

O valor adicionado é uma das variáveis da oferta, trata-se do acréscimo de valor ao produto ou serviço, ou seja, quanto o setor agregou valor ao produto. Essa medida serve para evitar a dupla contagem no produto final, pois a produção utiliza insumos já contabilizados, os bens intermediários necessários à produção (UN *et al.*, 2008). A equação é dada por:

$$\text{Valor Adicionado} = \text{Valor Bruto da Produção} - \text{Consumo Intermediários}$$

Excedente operacional bruto (EBO)

O excedente operacional bruto ou rendimentos mistos (quando se refere à unidade familiar) é a variável responsável pela contabilização dos rendimentos das empresas após os pagamentos de impostos, salários e subsídios incididos na produção. É resultado da diferença entre o valor adicionado bruto e os gastos com pessoal.

$$\text{Excedente operacional bruto} = \text{valor adicionado bruto} - \text{gastos com pessoal}$$

Emprego

O emprego é outra variável significativa para a análise da economia. A situação do número de postos de trabalho determina o estado da conjuntura financeira de um país. Além disso, o emprego é uma dimensão importante na caracterização do turismo como uma atividade que emprega milhares de pessoas pelo mundo (UNWTO, 2016).

No turismo o emprego também é fator determinante, por ser uma atividade baseada na prestação de serviços, a qual depende de um número elevado de mão de obra, como na prestação dos serviços de alimentação, alojamento e transportes.

O emprego no turismo opera em diferentes níveis de escalas, desde grandes empresas corporativas até pessoas autônomas e unidades familiares de pequeno porte. Em alguns casos, há empresas familiares de pequeno porte e os autônomos exercem suas atividades sem registros, configurando-se como informais (UN *et al.*, 2008).

A produção informal no turismo representa uma parcela significativa no total da produção do turismo, porém, as pesquisas oficiais não a incluem, no máximo fazem um cálculo estimativo, como ocorre nas Contas Nacionais.

Existe certa complexidade em medir a economia informal no turismo. No Brasil, o IPEA em parceria com MTur realiza pesquisas direcionadas à estimação do mercado de trabalho no turismo, com o auxílio de outras pesquisas, como a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio – PNAD. Essa pesquisa dimensiona o emprego no turismo de acordo com as ACT's do turismo no setor formal e informal, fornecendo o número de ocupados (IPEA, 2015).

Um aspecto importante e determinante para o emprego no turismo é a sazonalidade, pois em determinados períodos do ano a circulação de visitantes tende a aumentar ou diminuir causando variação nos postos de trabalho, no nível salarial e nas horas trabalhadas.

Além da sua importância, como foi comentado anteriormente, a CST mensura o emprego, devido à incerteza dessa variável e necessidade de indicadores para fazer futuras previsões, amenizar os efeitos negativos e maximizar os positivos.

A medição do emprego descreve o número de ocupados, rendimentos pagos pelas empresas, remuneração dos empregados e o número de empresas, faz uma análise da situação do emprego no turismo.

Formação bruta de capital Fixo (FBK)

A formação bruta de capital fixo, diz respeito ao investimento em bens fixo e na infraestrutura turística, como ferrovias, aeroportos, hotéis, rodovias, dentre outros. É um importante indicador que antecede os resultados da oferta turística de bens e serviços. Outro aspecto relevante é o uso em transações em ativos não financeiros (como terrenos) e ativos intangíveis não produzidos (patentes) (OMT, 2010).

As despesas do turismo com a formação bruta de capital fixo incidem diretamente sobre o PIB. A movimentação de capital gerado pelas transações e investimentos são alguns dos motivos, como também colaboram para o desenvolvimento da atividade de forma direta e indireta (Frechtling, 1999).

No marco conceitual ainda não há uma especificação quanto à conceituação e classificação do que seja FBK do turismo, o que se sabe mesmo sobre essa variável é algo bem generalista, passível de futuras adequações.

2.3.3 Tabelas da conta satélite do turismo

O resultado da coleta e da compilação das informações econômicas sobre turismo na CST, disposto em 10 tabelas, estão estruturadas em categorias de visitantes, produtos e atividade (indústria). Essas tabelas são derivadas da tabela oferta-utilização do Sistema de Contas Nacionais.

As informações são compiladas de forma lógica, agregadas em uniformidade, de acordo com o padrão estipulada pela OMT, que permite a comparação internacional referente à contribuição econômica e o desenvolvimento do turismo entre os países.

A estrutura das contas, como dito anteriormente, está distribuída em dez tabelas de acordo com o consumo, produção, oferta, emprego e investimento (UN *et al.*, 2010):

Quadro 3 - Tabelas da conta satélite do turismo

Tabela 1.	Consumo de turismo receptivo, por produtos e tipos de visitantes;
Tabela 2.	Consumo de turismo doméstico, por produtos e tipos de visitantes;
Tabela 3.	Consumo de turismo emissor, por produtos e tipos de visitantes;
Tabela 4.	Consumo de turismo interno, por produtos;
Tabela 5.	Contas de produção das atividades características do turismo e outras atividades (preços básicos);
Tabela 6.	Oferta doméstica e consumo interno de turismo, por produtos (preços de consumidor);
Tabela 7.	Emprego nas atividades características do turismo;
Tabela 8.	Formação bruta de capital das atividades características do turismo e outras atividades;
Tabela 9.	Consumo coletivo de turismo, por produtos e esferas de governo;
Tabela 10	Indicadores não monetários.

Fonte: NU *et al.* (2010).

Nas Tabelas da CST, de 1 a 3 é feita a descrição dos componentes do consumo turístico, o gasto turístico, gasto dos visitantes e dos agentes produtores. A Tabela 1 (ver anexo A) trata sobre o turismo receptivo, já na Tabela 2 (ver anexo B) aborda sobre o turismo doméstico e na Tabela 3 (ver anexo C) fala do turismo emissor descrevendo os produtos e categorias de visitantes de acordo com a classificação.

Por outro lado, na Tabela 4 (ver anexo D) são apresentados dados referentes ao consumo turístico interno, gasto turístico interno e outros componentes do consumo turístico por produtos, e algumas dessas informações são retiradas das Tabelas 01 e 02.

Já a Tabela 5 (ver anexo E) corresponde à oferta, centrada em descrever a produção das ACT's, que representa as empresas da cadeia produtiva do turismo "indústria do turismo". Sua estrutura se assemelha com a conta produção do SCN, mas com parâmetros diferentes.

Enquanto que na Tabela 6 (ver anexo F) tem-se o ponto central da Conta satélite do turismo, nela há uma convergência global entre o consumo turístico interno e a oferta interna. Com o resultado pode-se extrair o Valor Adicionada Bruto Direto do Turismo (VABDT) e o Produto Interno Bruto Direto do Turismo (PIBDT) necessário para obter o Produto Interno Bruto (PIB) do turismo.

A Tabela 7 (ver anexo G) trata do emprego no setor turístico, mostra aspectos importantes do comportamento dessa variável, como quantidade de postos de trabalho, sazonalidades, números de estabelecimentos, questão da formalização, entre outros. Os resultados dessa Tabela são importantes para elaboração de políticas de fomento ao emprego.

Por sua vez, a Tabela 8 (ver anexo H) mostra os elementos da formação bruta de capital fixo (FBK), relacionados com o turismo, incluindo os bens de capitais, ativos fixos e intangíveis. Já na tabela 9 (ver anexo I) são trazidas informações sobre a organização dos produtos por parte do governo, pois assim como no SCN, a interferência do governo é significativa.

E por fim, a Tabela 10 (ver anexo J) apresenta indicadores não monetários, como a movimentação dos visitantes, categorias, tempo de estadia e outras características de indicativos da oferta e a demanda turística. Ela também se utiliza da informação de tabelas anteriores.

As dez tabelas seguem um padrão lógico na apresentação das informações. No entanto, cada país tem a possibilidade de determinar o formato mais adequado à sua realidade econômica do turismo, de acordo com dos dados disponíveis.

Portanto, depois de discorrer sobre a formação, estruturação e as características da CST, será feita, no capítulo a seguir, uma breve abordagem sobre a conta satélite do turismo do Brasil de 1999, a partir da elaboração até discussão das dificuldades de implantação.

3 PANORAMA DA DOS MEIOS DE MENSURAÇÃO DA ATIVIDADE TURÍSTICA NO CONTEXTO BRASILEIRO

No Brasil as pesquisas que trazem informações e indicadores econômicos sobre turismo são poucas. A falta de estrutura, de pessoal especializado e uma entidade ou órgão dedicados à estatística do turismo dificultam o desenvolvimento desse tipo de pesquisa.

Por isso, algumas iniciativas são importantes para futuras pesquisas, uma vez que servirão de modelo, como o caso da CST-99 do Brasil e do relatório Econômico do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009, cujas estruturas serão analisadas neste capítulo, evidenciando suas contribuições e as lacunas deixadas.

3.1 Construção da CST do Brasil de 1999

Nos anos 90, a ONU e OMT realizaram conferências com o objetivo de elaborar um projeto sobre a estatística do turismo. Vários países já estavam desenvolvendo ou tentavam desenvolver novos métodos para mensurar a atividade turística, porém eram ações isoladas e pontuais.

Na conferência realizada em Ottawa no Canadá, os órgãos oficiais de turismo e os países membros se reuniram e criaram um sistema estático com diretrizes baseadas no SNA-93, que resultou no *International Recommendations for Tourism Statistics*, que mais tarde serviu de base para a criação da *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework (2000)*.

A proposição da OMT em desenvolver modelos padronizados de construção da CST para seus países membros é resultado de projetos que vêm se desenvolvendo ao longo do tempo, particularmente a partir da Conferência d Ottawa, de 1991, com vista a dispor de informações fidedignas e consistentes, como suporte a estudos e avaliações do impacto socioeconômico do Turismo (EMBRATUR, 1999, p.01).

Na citação acima, destaca-se a participação em conjunto das entidades internacionais do turismo com os países, a fim de desenvolverem projetos para a criação de um sistema que possibilitasse mensurar e obter informações confiáveis a respeito dos impactos econômicos gerados pelo turismo.

Com esse panorama mundial, vários países iniciaram a criação de suas CSTs e no Brasil não foi diferente. Em 2002 foi lançada a primeira Conta Satélite do Brasil, com dados referentes ao ano de 1999.

A CST-99 do Brasil foi um projeto piloto idealizado pela EMBRATUR em parceria com o IBGE, FIPE e Ministério dos Esportes e Turismo, que teve como principal objetivo estimar a participação do turismo na economia do país (EMBRATUR, 1999; Kadota & Rabahl, 2003; Netto, 2006; Andrade, 2009; Santos & Kadota, 2012).

Uma CST só é possível de se construir mediante uma base estatística já formada, que seja capaz de produzir informações macroeconômicas primárias, ou ter sua estrutura baseada em pesquisas secundárias sobre a economia, de um modo geral, que esteja relacionada a Contas Nacionais.

Por isso, no período da elaboração do projeto da CST do Brasil, a base de dados da pesquisa estava centrada nas Contas Nacionais, Pesquisa Anual de Serviços – PAS, Pesquisas de Orçamentos Familiares - POF e Pesquisa FIPE-EMBRATUR. Como se pode ver na citação abaixo.

A CST é concebida para ser parte integrante das Contas Nacionais do país em consideração. Sendo assim, no caso do Brasil, a principal fonte dos dados é o IBGE, que é a entidade responsável pela elaboração não só das Contas Nacionais, mas também dos principais indicadores dos níveis de atividade dos diferentes setores produtivos da economia brasileira (EMBRATUR, 1999, p.20).

Deste modo, com as informações coletada das Contas Nacionais, indicadores econômicos e de pesquisa direcionadas à mensuração das atividades econômicas, foi possível estimar a CST brasileira, pois o turismo nesse período e até o momento, não dispõe de uma estrutura institucional e nem técnica focada especificamente na estatística do turismo.

Atualmente, toda base de dados estatísticos que se dispõe vem dos institutos de pesquisas, órgãos públicos e entidades privadas, porém, não há a unificação dessas informações.

3.1.2 Dificuldades encontradas para a elaboração da CST-99

Como visto anteriormente, o processo de elaboração da CST é complexo e demanda de fontes estatísticas de outras pesquisas. Por isso, necessita estar articulada a algumas bases de dados ou criar a sua própria.

A construção da CST do Brasil foi um passo importante para atividade turística, pois foi a primeira vez que desenvolveram uma ação de grandes proporções para mensurar os aspectos econômicos do turismo. Porém, o resultado não foi tão satisfatório, pois algumas tabelas importantes para CST não foram feitas de acordo com as orientações da OMT e outras ficaram incompletas pela falta de dados.

A alternativa encontrada foi estimar e adequar alguns dados a pesquisa, como se pode perceber na citação abaixo:

Em relação a esses resultados, é importante aqui destacar que, em razão de alguns problemas de disponibilidades de dados, as mesmas devem ser consideradas como estimativas conservadoras da real dimensão econômica do setor de turismo no país (EMBRATUR, 2002, p.24).

A própria EMBRATUR reconhece as dificuldades durante o processo, tanto que no documento da CST são feitos alguns esclarecimentos em relação à metodologia e à fonte de dados, e isso é importante para futuras pesquisas.

Outro ponto relevante foi em relação às Contas Nacionais, que tinham poucos dados específicos sobre o turismo, pois o nível de agregação dos elementos dificultou a coleta de dados sobre as atividades características. Mas, mesmo assim, foi importante para o processo de estimação da conta.

Deste modo, foram utilizadas outras fontes de dados secundários, pesquisas específicas sobre o setor de serviços (PAS), renda familiar (POF) e do turismo doméstico (FIPE-EMBRATUR).

A PAS fornece informações sobre as empresas formalizadas prestadoras de serviços. Por meio dessa pesquisa é possível coletar dados sobre o valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e entre outras informações. Entretanto, a pesquisa não contempla empresas informais e nem estipula dados sobre elas, como o SCN faz.

Para o turismo a inserção das empresas informais é importante, muitos bens e serviços consumidos advêm da informalidade, sendo uma parcela bem significativa para o

turismo. Mesmo que não seja possível dimensionar em termos reais essa variável, há a possibilidade de estipular indicadores, uma alternativa viável que talvez permita desenvolver ações para amenizar a informalidade.

A POF fornece dados sobre o consumo e a renda familiar, detalha as despesas das famílias de acordo com o consumo e aquisição de bens e serviços. Como também, disponibilizada dados por agregação de bens e serviços consumidos.

A pesquisa FIPE- EMBRATUR, sendo a fonte com dados direcionados ao turismo, dispõe de informações referentes à caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil, na qual descreve a composição dos gastos do turismo doméstico, números de visitantes e a proporção relativa entre os gastos.

Sobre a estrutura das tabelas, há alguns desajustes na sequência lógica de montagem. De acordo com as recomendações metodológicas, deve-se iniciar pela ordem crescente da Tabela 1 a Tabela 10, devido a interdependências das informações, que são necessárias para formulação das tabelas. Entretanto, isso não foi possível, segundo a EMBRATUR

[...] em tese a sua estimação envolveria a montagem inicial dos Quadros 1, 2, 3 e 4, de um lado, e do Quadro 5 de outro, com a última etapa envolvendo a montagem do Quadro 6, cuja consistência interna permitiria verificar a compatibilidade das estimativas dos cinco quadros anteriores, indicando se os mesmos necessitam ou não de ajustes e correções (EMBRATUR, 2002, p.40).

Essa não adequação aos padrões metodológicos, que são pré-estabelecido, compromete a confiança dos dados, por conta da inversão do processo que se inicia pela Tabela 5 e depois pela ordem da seguinte forma: Tabela 4, Tabela 1, Tabela 2, e Tabela 3. Isso significa que ao invés de estimar primeiramente a demanda, o processo se iniciou pela oferta, ou seja, os dados da oferta deram suporte aos da demanda.

Ou seja, começou se a estimar a CST pela montagem do Quadro 5, para em seguida montar o Quadro 4 e a sua desagregação nos Quadros 1, 2 e 3, de modo que esses últimos fossem compatíveis com a consistência exigida pelo Quadro 6 (EMBRATUR, 2002, p.41).

O fato é que, essa inversão causa desordem e desconfiança do processamento dos dados, sendo essas tabelas as mais importantes para gerar os principais indicadores da

economia do turismo, sendo, por isso, fundamental manter a ordem. É importante destacar que a OMT exige que sejam elaboradas no mínimo as seis primeiras e a última tabela para considerar válida a CST. As outras três também são importantes, entretanto, seus dados são independentes das outras e não comprometem o todo.

Destarte, depois de expor alguns aspectos específicos sobre as dificuldades encontradas em cada fonte de dados, agora será feita uma avaliação geral dos entraves da CST, suas as principais barreiras.

Um problema bem visível no documento é a restrição da base de dados em economia do turismo, já mencionada algumas vezes no texto.

Ainda há a falta de pesquisas regulares com indicadores bem definidos, capazes de medir o impacto do turismo em outros setores da economia, como por exemplo, o gasto turístico que necessita de detalhes sobre o consumo de bens e serviços pelo turista antes, durante e depois da viagem. Outro ponto-chave são os produtos específicos do turismo, que em algumas fontes de pesquisa apresentam-se de forma agregada, sendo que, para serem inseridos na CST precisam ser desagregados e com mais detalhes.

Além dos citados acima, pode-se constatar problemas como (EMBRATUR, 2002):

- Ausência de estatísticas direcionadas à oferta, à demanda e à macroeconomia do turismo;
- Problemas com a operacionalização, a falta de técnicos e profissionais voltados para a elaboração da CST;
- A falta de um órgão ou instituto de pesquisa com o foco na estatística turística e na CST;
- Problemas com conceitos de alguns elementos das tabelas. A FBK e a segunda residência, quase não tiveram informações exposta nas tabelas, por falta de definição do que seria mensurado.

O documento ao final destaca os entres da pesquisa, relata a ausência de alguns dados, fragilidades metodológicas e algumas características do turismo que dificultam o processo, como demonstrado no quadro 4.

Quadro 4 - Problemas identificados pela EMBRATUR na estimação da CST-99 do Brasil

<p>Não disponibilidade de dados sobre a estrutura dos gastos dos turistas estrangeiros no país.</p>	<p>Não obstante a EMBRATUR já disponha de levantamentos sobre a renda e sobre alguns itens de gastos dos turistas estrangeiros no país, não existem ainda fontes de dados que permitam identificar a estrutura média de todos os tipos de gastos, mesmo num nível agregado como o de despesas de hospedagem, alimentação, transporte etc.;</p>
<p>Não disponibilidade de dados sobre a estrutura dos gastos dos turistas brasileiros no exterior.</p>	<p>Da mesma forma que no caso dos turistas estrangeiros, neste caso também não foi possível localizar fontes de dados que permitissem determinar a estrutura média de todos os tipos de gastos dos turistas brasileiros no exterior;</p>
<p>Não disponibilidade de dados sobre a composição média dos Pacotes de Turismo</p>	<p>Um dos refinamentos da metodologia da CST consiste em tratar os chamados Pacotes de Turismo sob duas óticas: uma, em que todo o pacote é tratado como um único serviço, produzido e ofertado pelas agências e operadores de turismo; e a outra, na qual os seus vários componentes (transporte, alimentação, hospedagem, guias turísticos, etc.) são desmembrados e devidamente alocados aos respectivos subsetores que produzem esses tipos de serviços, ficando associado como o produto das agências e operadores de turismo, apenas a parcela da margem de ganho destes nos pacotes. Tendo em vista a inexistência de informações que permitissem obter um perfil agregado da composição média dos pacotes de turismo produzidos no país, evidentemente, não foi possível implementar tal refinamento da CST.</p>
<p>Não disponibilidade de dados sobre a Formação Bruta de Capital</p>	<p>Não obstante o levantamento desse aspecto do setor de Turismo esteja previsto na metodologia da CST, o mesmo foi impossibilitado pela absoluta ausência de informações disponíveis a esse respeito.</p>

Fonte: EMBRATUR (2002)

Mesmo com tantos problemas apresentados na elaboração da primeira conta satélite do turismo brasileira, foi positivo o pioneirismo em buscar informações sobre a atividade turística. Com os resultados, foi possível estimar o PIB do turismo, consumo, produção de emprego e investimentos. Esses foram alguns indicadores extraídos das tabelas, que permitiram conhecer como o turismo se comportava na economia nesse período.

3.2 Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009

A iniciativa de se dimensionar o turismo no Brasil não se resumiu apenas à criação da CST-99 do Brasil. Pois no ano de 2007 o IBGE, em parceria com MTur, divulgaram o primeiro estudo sobre a economia do turismo intitulado “Economia do turismo: análise das atividades características do turismo 2003”.

O relatório do IBGE, diferentemente da CST-99, tem o foco dos seus estudos apenas nas Atividades Características do Turismo, isto é, um estudo mais específico direcionado às principais atividades econômicas do turismo. Diferente da CST, que faz uma abordagem mais abrangente, pois trabalha com quase todos os aspectos econômicos do turismo.

Deste modo, a pesquisa do IBGE não parou na primeira publicação. Foram realizadas mais quatro, sendo que a última foi publicada em 2012, com dados referentes ao ano de 2009, com o título “Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009”. Essas pesquisas consistem em apresentar informações sobre a geração de renda, número de postos de trabalhos e remuneração média dos trabalhadores ligados às ACT's (IBGE, 2012).

De um modo geral, a análise das estruturas das ACT's é feita a partir dos resultados da pesquisa, onde são observados a evolução dos agregados macroeconômicos e seus principais indicadores, como valor bruto da produção, valor adicionado bruto, consumo intermediário, números de ocupados e rendimentos. Esses dados são dispostos em séries temporais, ano a ano, com informações da primeira até a última publicação, possibilitando assim, uma análise temporal dos indicadores econômicos das ACT's.

Com relação aos dados, a pesquisa se utiliza de fontes secundárias com base nos resultados de pesquisas econômicas e domiciliares do próprio IBGE, como a Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílio - PNAD, Pesquisa Anual de Serviços – PAS e Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF (IBGE, 2012).

A pesquisa também está em consonância com as recomendações da OMT, pois a organização das informações e a utilização dos conceitos para definir quais atividades se relacionam com o turismo, auxiliaram na classificação.

A geração de informações relacionadas com o turismo só foi possível a partir da elaboração de uma classificação de atividades características do setor, obtida pela compatibilização da definição da Organização Mundial de Turismo - OMT (*World Tourism Organization - UNWTO*) para essas atividades com a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (IBGE, 2012, p.1).

De acordo com a citação, seguir as orientações da OMT foi fundamental para a realização da pesquisa, pois ao basear-se pela metodologia recomendada, o IBGE pôde definir conceitos e delimitar as atividades características do turismo, compatível ao sistema de classificação adotado. Além disso, a pesquisa também é compatível com SNC.

Mesmo com a aplicação da classificação OMT, o IBGE teve que fazer algumas alterações, uma reorganização em alguns códigos de classes do sistema, uma vez que, nem todas as atividades classificadas eram de fato associadas ao turismo brasileiro. Também houve algumas atividades que não foram possíveis de identificar, devido ao nível de agregação e às fontes de dados, como por exemplo, a atividade de Segunda Residência.

Outro ponto importante do relatório é utilização dos conceitos adotados pela OMT, como a definição dos tipos de produtos e atividades em característicos, conexos e específicos do turismo. Os códigos de classes são organizados conforme a característica da atividade.

Essa pesquisa foi importante para os estudos econômicos do turismo, em virtude das informações que foram geradas, o que possibilitou dimensionar as ACT's no ano de 2009.

No entanto, durante o processo alguns pontos importantes não foram contemplados, como a inclusão da economia informal, visto que, no turismo representa uma parcela significativa da produção de algumas ACT's. Isso ocorreu devido ao fato de que, as fontes de dados secundários, que consideram apenas os dados das empresas registradas.

Outro fato relevante foi a não separação da produção entre o turístico do não turístico, uma limitação decorrente da metodologia adotada e também das fontes de dados, já que essas fontes envolvem a economia de modo geral e não especificam o turismo como um setor ou atividade à parte.

Deste modo, percebe-se que essa iniciativa, em desenvolver estudos voltados para a geração de informações econômicas sobre as ACT's, é um passo importante para o surgimento de novas pesquisas com esse foco, como também contribui para o desenvolvimento da CST, já que a mensuração da produção ACT's é feita na Tabela 5 da conta.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Caracterização do estudo

O presente estudo possui um caráter exploratório-descritivo, com uma abordagem quantitativa, pois se trata de um método eficaz na delimitação do tema e na construção dos objetivos, a fim de facilitar a compreensão do estudo (Gil, 2002). Neste contexto, o assunto estudado tende a ser uma visão diferenciada com uma nova abordagem, para que de início o objetivo da pesquisa seja compreendido.

A pesquisa exploratória trata-se de um procedimento metodológico de grande amplitude, na qual engloba diversos tipos de procedimentos tais como fontes secundárias, estudo de caso, levantamento de experiências e observações (informais), sendo estes alguns dos métodos utilizados (Mattar, 2001). Sendo assim, esta pesquisa caracteriza-se exploratória, pois se utiliza de dados secundários da economia, para gerar informações referentes à produção das ACT's, a fim de, proporcionar um melhor entendimento sobre o processo de dimensionamento do turismo na economia brasileira do ano de 2013.

A pesquisa descritiva caracteriza-se como um fenômeno em que: “os fatos são observados, registrados, analisados, classificados e interpretados, sem que os pesquisadores interfiram neles” (Andrade, 2010, p.124). Segundo o autor é um método objetivo que permite a delimitação útil na descrição dos fatos estudados, sem a manipulação ou alteração do fenômeno no decorrer da pesquisa. Desta forma, a pesquisa se configura descritiva, uma vez que, ela descreve o processo de estimação das ACT's de acordo com os aspectos macroeconômicos.

O estudo é de caráter quantitativo, já que foram geradas informações numéricas e estatísticas, por meio da estimativa e análise dos dados referentes à produção das ACT's, com o intuito de quantificar e gerar resultados econômicos para atividade turística. Mesmo com essa abordagem quantitativa, foram feitas pesquisas bibliográficas em livros; informações coletadas da internet como Site do ministério do turismo, IBGE, UNWTO e o banco de dados Extrator-IPEA; periódicos (plataforma da Scielo e dos periódicos CAPES) e materiais de organizações e de institutos de pesquisas, além de coleta de informações em material digital.

O método utilizado foi com base na aplicação dos conceitos e das identidades contábeis estabelecidos pelo o *System of National Accounts 2008* (SNA-08), que também é a metodologia base da CST do Brasil de 1999, do sistema de conta nacionais do Brasil (SCN) e das pesquisas econômicas do IBGE.

A metodologia utilizada foi à recomendada pela OMT, por meio das diretrizes adotadas no manual metodológico *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*, e também se utilizou da metodologia documento da CST-99 do Brasil. Embora que, a metodologia da CST já esteja formulada, ela permite a adequação do método a realidade de cada país, pois alguns aspectos metodológicos utilizados para estipular agregados como a produção, consumo e emprego podem ser diferentes em outros países.

Nesse estudo foram analisadas as variáveis referentes à produção das Atividades Características do Turismo, tais como: Valor Bruto da Produção, Consumo Intermediário, Valor Adicionado Bruto, Gasto com Pessoal, Excedente bruto, número de ocupados, números de empresas e os rendimentos pagos.

A pesquisa constitui-se como um estudo transversal, pois o recorte temporal que foi estabelecido contempla um determinado período específico, no caso o ano de 2013, pois até o momento da pesquisa os dados disponíveis mais recentes datam deste ano.

Ressalta-se que, de início houve uma pesquisa bibliográfica em documentos e relatórios econômicos extraídos do *site* da OMT, que contém as diretrizes e metodologia, necessárias para a elaboração da Conta Satélite do Turismo e classificação das ACT's (EMBRATUR, 2002). E também do IBGE com indicadores econômicos e informações relacionadas ao turismo, por ser responsável por classificar as atividades econômicas do turismo no Brasil.

4.2 Abrangência do estudo

O presente estudo tem por abrangência o âmbito nacional, Brasil, pois as características das variáveis e a disposição dos dados requer que as informações da pesquisa estejam nesse nível. Mediante a isso, os dados coletados foram retirados de fontes secundárias, como os relatórios, pesquisa e bases de dados sobre as Contas Nacionais e os Agregados Macroeconômicos, ou seja, estudos sobre a economia nacional, direcionados à atividade turística.

A Conta Satélite do Turismo, dada à natureza de suas variáveis, os agregados macroeconômicos PIB, consumo, produção, gastos e emprego, tende a ser desenvolvida em âmbito nacional ou regional, condicionada ao nível de especificidades dos dados coletados e ao objetivo da pesquisa, podendo-se direcionar a abrangência do estudo. Como a mensuração da produção das ACT's é um dos componentes da estrutura da CST, especificamente a tabela de número 5 que se refere à produção, sua estimativa parte das características macroeconômicas.

A pesquisa optou pelo ano 2013, devido à disponibilidade das fontes de dados secundários do IBGE. Uma vez que esta é a principal fonte de informação, a pesquisa ficou condicionada a utilizar os dados mais atualizados. E até a finalização do presente estudo, têm-se como dados econômicos mais recentes as pesquisas referentes ao ano de 2013.

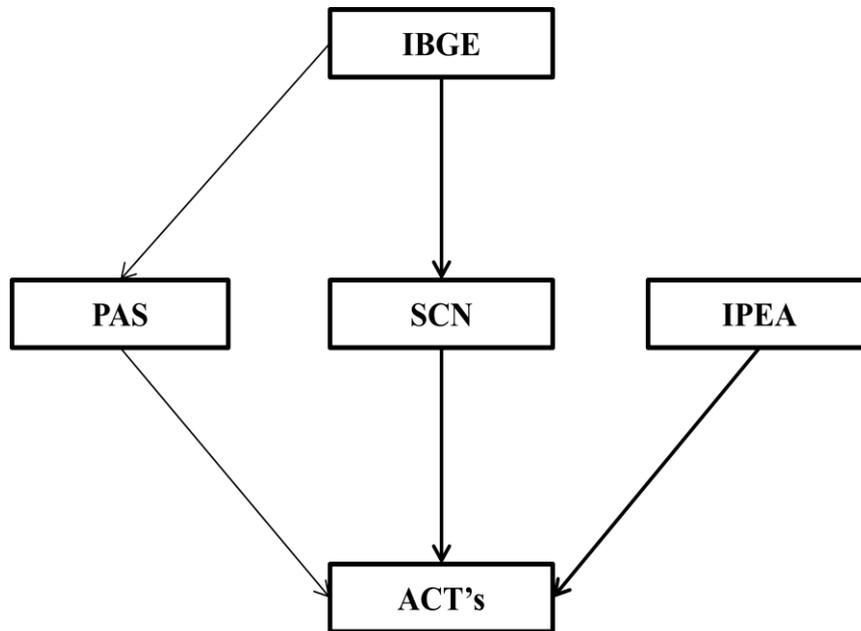
4.3 Plano de coleta

No primeiro momento da pesquisa, foram feitas análises dos documentos *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*, *System of National Accounts 2008* (SNA-08) e CST-99 do Brasil. Desses dois primeiros documentos foram extraídas as informações conceituais e metodológicas para fundamentação e análise do terceiro documento.

A análise da CST-99 do Brasil, foi feita uma avaliação dos procedimentos metodológicos, entraves e barreiras encontrados nos documentos, que foram importantes para relacionar os fundamentos e as recomendações da OMT-2008, que estabelece orientações para se construir uma CST.

Logo em seguida, foram coletados dados secundários referentes à economia e ao turismo no ano de 2013, oriundos da Pesquisa Anual de Serviços (PAS), Sistema de Contas Nacionais (SCN) e do banco de dados Extrator-IPEA (EMBRATUR, 2002). Todas essas fontes têm sua base de dados no IBGE, o órgão responsável pela estatística e indicadores econômicos do Brasil. A seguir, na figura 05 é apresentada as etapas da coleta dos dados secundários da pesquisa.

Figura 5 - Percurso metodológico da coleta dos dados secundários



Fonte: Elaboração própria (2016)

Da pesquisa PAS foram retirados os dados referentes à produção dos serviços das ACT's. Do SCN foram extraídos alguns dados sobre a economia do país e do IPEA foram coletados dados sobre o emprego no turismo.

Os dados foram agrupados em tabelas e quadros, organizados em um memorial descritivo de cálculos, que descreve e explica todo o processo de estimativa e adequação do que foi coletado. De forma que, as informações foram expostas em valores monetários em reais e em forma de porcentagem.

4.4 Técnicas de análise

Os procedimentos de análise seguiram os padrões metodológicos da CST-99 do Brasil e do documento Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009.

O relatório Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica é um dos poucos documentos que descrevem os aspectos macroeconômicos do turismo. Nesse relatório há a convergência de informações econômicas sobre o turismo, onde são reunidos os dados das principais pesquisas do IBGE (PAS, PNAD e POF) que auxiliam na estimação das ACT's.

Essa pesquisa faz uma análise macroeconômica do turismo, por meio da estimativa do valor bruto da produção, consumo intermediário, valor adicionado bruto, total de ocupação nas ACT's, rendimento médio anual, valor dos rendimentos médio do pessoal ocupado e valor dos salários do pessoal ocupado.

Para dimensionar a participação do turismo na economia, foi necessário estabelecer quais atividades características do turismo seriam analisadas. A partir dessa delimitação, os serviços puderam ser categorizados e organizados de acordo com a metodologia de classificação utilizada pelo IBGE, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE (IBGE, 2012).

A CNAE classifica os itens mediante as características do processo de produção das atividades econômicas e para cada tipo é atribuído um código numérico. Esse sistema foi criado a partir das principais fontes de classificação internacionais, o *International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3* e a *Central Product Classification (CPC)*, que consiste em um sistema padrão criado pela ONU para classificar todos os produtos e atividades econômicas. No quadro 05 pode-se observar as atividades e códigos dos dois sistemas que correspondem às ACT's.

Quadro 05 - Correspondência entre a *International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3* e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE 1.0

<i>International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3</i>	Descrição das atividades	Código de classificação nacional de atividades econômicas CNAE 1.0
551	Hotéis e similares	55.1
552	Restaurantes e similares	55.2
(1) 6010	Transporte ferroviário de passageiros	60.1
(1) 6021+(1) 6022	Transporte rodoviário de passageiros	60.24+60.25
(1) 611+(1) 612	Transporte marítimo de passageiros	(1) 61.1+61.21
(1) 621+622	Transporte aéreo de passageiros	(1) 62.1+(1) 62.2
(1) 6303	Atividades auxiliares do transporte de passageiros	63.2
6304	Agências de viagens e similares	63.3

(1) 7111+(1) 7112+(1) 7113	Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	71.10+71.21+71.22+71.23
9232+9233	Atividades culturais	92.52+92.53
(1) 9214+(1) 9219+(1) 9241+(1) 9249	Atividades desportivas e de outros serviços de lazer	92.31+92.32+92.39+92.61+92.62

Fonte: IBGE (2012)

No quadro 05, as colunas do ISIC e da CNAE adotam códigos semelhantes ou agrupam outras classes de código para compor as atividades. Cada código representa uma subatividade, que é agregada às ACT's principal. Os códigos que possuem (1) indicam que apenas uma parte das classes está relacionada com o turismo. Essa comparação serve para demonstrar a compatibilidades das informações entre os diferentes sistemas adotados para classificar as ACT's.

Visando a compatibilidade entre os dados estatísticos do turismo ao nível internacional, a OMT criou um sistema de classificação das atividades turísticas o *Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA*, que mantém correspondência com ISIC Rev. 3, como mostra o quadro 06.

Quadro 06 - Correspondência entre a *Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA* e a *International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3*

<i>Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA</i>	Descrição das atividades	<i>International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3</i>
5510	Hotéis e similares	5510
(1) 7010	Segundas residências em propriedades (imputada)	(1) 7010
5520	Restaurantes e similares	5520
6010-1+6010-2	Transporte ferroviário de passageiros	(1) 6010
6021-1+6021-2+6021-3+6022-1+6022-2+6022-3+6022-4	Transporte rodoviário de passageiros	(1) 6021+(1) 6022
6110-1+6120-2+(1) 6110+6120-1+6120-2+6120-3+(1)6120	Transporte marítimo de passageiros	(1) 6110+(1) 6120
6210-1+6220-1+6220-2	Transporte aéreo de passageiros	(1) 6210+(1) 6220
6303-1+6303-2+6303-3	Atividades auxiliares do transporte	(1) 6303

	de passageiros	
7111-1+7112-2+7113-3+(1)7112+7113-1	Agências de viagens e similares	(1) 7111+(1) 7112+ (1) 7113
6304	Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros	6304
9231-1+9232-2+9233-1+9233-2	Atividades culturais	9232+9233
(1) 9214+9241+9219-1+9249	Atividades desportivas e de outros serviços de lazer	(1) 9214+(1) 9241+(1) 9219+(1) 9249

Fonte: IBGE (2012)

Na classificação internacional das ACT's há mais códigos agregados do que a CNAE. Isso implica dizer que, o padrão internacional inclui mais classes de código que a classificação brasileira, que por sua vez se assemelha ao *ISIC*. O importante de se mostrar esses dois sistemas é evidenciar a compatibilidade internacional dos códigos que representam as atividades, o que representa um dos princípios da CST, a padronização das informações econômicas.

No Brasil, a classificação das ACT's é feita pela CNAE, que segue o mesmo padrão de classificação das demais atividades econômicas, porém na lista da classificação não há classes de códigos específicos das ACT's, pois existem muitos ramos de atividades que podem ser ligadas ou não ao turismo, ou ainda serem classificadas como conexas. Por conta disso, o IBGE organiza as classes de códigos das ACT's agrupando os ramos de atividades de acordo com a finalidade de consumo do produto, isto é, o possível consumo potencial do produto pelo visitante.

Em 2008, o Sistema Nacional de Contas foi atualizado, sendo assim, a CNAE também passou por uma nova revisão, na qual foram alterados e incluídos novos códigos na lista de atividades, resultando em uma nova versão. Como pode ser observado no quadro 07.

Quadro 07 - Correspondência entre as Atividades Características do Turismo e os códigos da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE versão 1.0 e versão 2.0

Atividades	Código das classes da CNAE 1.0	Códigos das Classes da CNAE 2.0
Serviços de alojamento	55.13+55.19	55.10+55.90
Serviços de alimentação	55.21+55.22+55.29	56.11+56.12
Transportes ferroviário e metroviário	60.29	49.50

Transporte rodoviário	60.24+60.25	49.22+49.29
Transporte aéreo	(1) 62.10+(1) 62.20	51.11+51.12
Transporte aquaviário e serviços auxiliares dos transportes	(1) 61.11+(1) 61.12+61.21+63.21+63.23	(1) 50.11+(1) 50.12+50.99+50.22+52.22+52.40
Atividades de agências e organizadores de viagens	63.30	79.11+79.12+79.90
Aluguel de bens móveis	71.10	77.11
Atividades recreativas, culturais e desportivas	92.13+92.31+92.32+92.39+92.51+92.52+92.53+92.61+92.62	59.14+90.01+90.02+90.03+91.01+91.02+91.03+92.00+93.11+93.12+93.19+93.21+93.29

Fonte: IBGE (2012)

Com essa nova versão as ACT's passaram a ter novas classes de códigos, assim algumas subcategorias foram remanejadas e desagregadas para facilitar a identificação.

Para mensurar as ACT's, a OMT lista as 12 atividades que se configuram como as principais do turismo, as que estão relacionadas diretamente com o consumo turístico. No entanto, para se adequar à realidade estatística das atividades turísticas do país, o IBGE redefiniu e desconsiderou algumas atividades. Pois de acordo com o IBGE (2012):

[...] não contempla a atividade "Segundas residências em propriedades (imputada)". Os estudos sobre economia do turismo realizados pelo IBGE, em suas várias edições, apresentam dez atividades. Isso ocorre porque as atividades "Serviços culturais" e "Serviços desportivos e de outros serviços de lazer" são agregadas em um mesmo grupo.

No entanto, a *Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA* e a *International Standard Industrial Classification - ISIC Rev. 3* utilizam 12 atividades característica do turismo listadas abaixo:

- 1- Hotéis e similares;
- 2- Segundas residências em propriedades (imputada);
- 3- Restaurantes e similares;
- 4- Transporte ferroviário e metroviário de passageiros;
- 5- Transporte rodoviário de passageiros;
- 6- Transporte marítimo de passageiros;

- 7- Transporte aéreo de passageiros;
- 8- Atividades auxiliares do transporte de passageiros;
- 9- Aluguel de bens e equipamentos de transporte de passageiros;
- 10- Agências de viagens e similares;
- 11- Atividades culturais;
- 12- Atividades desportivas e de outros serviços de lazer.

Dessas 12 atividades citadas, apenas o item 2 - Segundas residências em propriedades (imputada), não constam na metodologia adotada pelo IBGE. Outros itens também sofreram modificações, as atividades 11 e 12 - As atividades culturais e atividades desportivas e de outros serviços de lazer são considerados do mesmo grupo, assim como o Transporte marítimo de passageiros e as Atividades auxiliares do transporte de passageiros respectivamente os itens 6 e 8.

Para essa pesquisa foram consideradas as seguintes ACT's:

1. Serviço de Alojamento;
2. Serviço Alimentação;
3. Transporte ferroviário e metroviário de passageiros;
4. Transporte rodoviário de passageiros;
5. Transporte aquaviário de passageiros;
6. Transporte aéreo de passageiros;
7. Serviços auxiliares de transportes;
8. Agências de viagens, operadores turísticos e outros;
9. Aluguel de bens móveis;
10. Atividades culturais recreativas e esportivas.

Parte da descrição metodológica das ACT's está descrita no capítulo 5 no tópico memorial de cálculos, onde são descritos os procedimentos de coleta e organização de dados nas tabelas de estimação da produção.

A técnica de análise a ser utilizada foi à estatística descritiva básica (porcentagens e gráficos) referente ao modelo da contabilidade social, que segundo Feijó e Ramos (p.03, 2008) trata-se de: “um modelo contábil que trabalha com identidades que representam matematicamente a igualdade de duas ou mais variáveis” e com o auxílio do software Excel.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

O presente capítulo apresenta o processo de coleta dos dados da pesquisa documental, especialmente nos documentos do IBGE. A análise dos resultados foi desenvolvida com base na teoria discutida nos capítulos anteriores, sobre os aspectos econômicos do turismo e os métodos de mensuração, com enfoque na CST e seus agregados macroeconômicos.

O capítulo está dividido em três partes, sendo que a primeira corresponde ao memorial de cálculos (uma descrição dos procedimentos adotados para estimar os dados da produção das Atividades Características do Turismo no Brasil no ano de 2013), a segunda são apresentados os ajustes na produção das atividades características turismo, e por último, refere-se à análise descritiva dos resultados extraídos das tabelas do memorial de cálculo, quanto à mensuração das ACT's e seus agregados macroeconômicos, identificando suas contribuições para a produção na economia brasileira.

5.1 Memorial de cálculos (notas explicativas)

A estimação das Atividades Características do Turismo realizada neste estudo foi elaborada a partir da perspectiva da oferta, isto é, com base na produção das empresas. As informações apresentadas nas tabelas a seguir, são baseadas em fontes de dados secundários, extraídas das pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Pesquisa Anual de Serviços (PAS) do ano de 2013 (EMBRATUR, 2002). É relevante considerar que, esta última conta consiste na principal fonte de dados da pesquisa, contendo informações sobre o setor de serviços no país.

Para tanto, se faz necessário observar que a PAS utiliza o sistema padrão do IBGE-Sistema de Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) para enquadrar as diversas atividades econômicas existentes no país. Destaca-se, que o CNAE está em conformidade com os padrões internacionais adotados pela ONU e OMT, a partir da *Standard International Classification of Tourism Activities - SICTA*.

A estrutura das tabelas está baseada no modelo da Tabela 5 (ver anexo E) adotado pela Conta Satélite do Turismo do Brasil do ano de 1999, sendo estruturada a partir dos valores distribuídos em: Valor Bruto da Produção, Consumo Intermediário, Excedente Bruto e Valor Adicionado. No entanto, mesmo que as atividades sejam características do turismo, sua produção não é exclusivamente de consumo turístico, aspecto que se constitui em um dos principais obstáculos em dimensionar o turismo na economia (UN *et al.*, 2010). Porém, é

relevante mencionar que a presente análise não fez distinção quanto à destinação final da produção das ACT's.

Para a obtenção dos dados foi realizada primeiramente uma verificação do valor da produção das Atividades Características do Turismo (ACT's) no Sistema de Contas Nacionais (SCN) e depois na Pesquisa Anual de Serviços (PAS), pois de acordo com a metodologia, o SCN constitui a principal fonte de informações econômicas de um país e deve ser de início a primeira fonte a se buscar informações. No entanto, ressalta-se que os dados sobre as ACT's não estão evidentes nas contas.

Tendo em vista o obstáculo da agregação das contas, buscou-se uma alternativa, outra fonte mais específica com um nível menor de agregação, onde fosse possível identificar as ACT's. Então, se utilizou a PAS, uma pesquisa com as características citadas acima, voltada para produção do Setor de Serviços.

Para isso, a tabela 3 apresenta as diferenças entre essas duas fontes, fazendo o comparativo entre os níveis de organização dos dados do SCN e da PAS. Entende-se que isto ocorre devido às atividades possuírem diferentes níveis de agregação, como por exemplo, alojamento e alimentação. Sendo que, no primeiro sistema estão agregadas em uma mesma conta e no segundo não.

Tabela 3- Comparativo do valor bruto da produção dos serviços de alimentação e alojamento do SCN e da PAS em 2013

Tipo de Serviços	SCN (1 000 000 R\$)	PAS (1 000 R\$)
Alojamento	213.508	20.719.543
Alimentação		87.276.367
Total	213.508	107.995.910

Fonte: IBGE, (2015)

A partir da leitura da tabela 3, percebe-se que no SCN as duas atividades aparecem com o VBP agregado e com o montante diferente da PAS, que por sua vez aparece com os seus valores discriminados correspondentes às duas atividades e com o montante diferenciado.

As diferenças entre a produção das duas fontes ocorrem por conta de dois fatores, o primeiro está relacionado aos níveis de agregação das atividades e o segundo a uma questão metodológica, pois o SCN inclui em sua produção a estimativa da economia informal.

Algumas atividades como, por exemplo, os serviços de alojamento e alimentação podem ser identificados no SCN, e as demais que compõem as ACT's estão agregadas e distribuídas em outras atividades.

Sendo assim, para estimar a produção das ACT's foi preciso resolver as duas questões a da desagregação dos dados da produção e da inclusão da economia informal. Para o nível de agregação, optou-se por utilizar a pesquisa PAS como principal fonte, já que as ACT's podem ser identificadas na pesquisa e, para inclusão da economia informal usou-se como referência os dados do IPEA.

Inicialmente buscou-se identificar as ACT's na pesquisa PAS, na qual foi possível trabalhar apenas com 10 atividades, sendo elas: alojamento, alimentação, transportes de passageiros (aéreo, aquaviário, ferroviário e rodoviário), serviços auxiliares de transportes, serviços de agência e operadoras de viagens, aluguéis de bens móveis e atividades culturais, recreativas e esportivas, pois essas atividades já estão classificadas de acordo com CNAE, assim como todas as pesquisas do IBGE.

Identificadas às atividades e os dados na pesquisa PAS, o próximo passo foi incluir a produção da economia informal nos dados coletados, pois o foco da pesquisa são as empresas formalizadas e não há um cálculo estimado para incluir a informalidade, como ocorre no SCN.

A adequação fez-se necessária, na medida em que a metodologia tem que estar em consonância com o SCN, pois a pesquisa baseia-se nos procedimentos do SNA-93/08. Além disso, foi constatado que a informalidade possui uma parcela significativa no produto final de algumas ACT's (IPEA, 2013).

Para adequar o Valor da Produção, houve a necessidade de obter dados mais específicos quanto ao número de pessoas ocupadas em cada ACT e a participação dos setores formais e informais. Para isso, buscaram-se informações no IPEA, as quais subsidiaram a adequação da economia informal na composição da produção das atividades.

Nos últimos anos o IPEA tem realizado pesquisas direcionadas ao turismo, sobretudo em termos de empregabilidade do setor. A correção da economia informal foi adequada às informações do Instituto, uma vez que seus dados suprem a necessidade de retratar a situação do emprego no turismo, bem como, por se fundamentarem nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD).

A partir dos dados coletados no IPEA, foi possível caracterizar o emprego no turismo, quanto ao número de ocupação, rendimentos gerados por cada atividade e taxa de ocupação do trabalho formal e informal. As tabelas 4 e 5, a seguir, apresentam dados sobre o

número de ocupação das Atividades Características do Turismo nos setores da economia formal e informal distribuídos em séries durante o ano de 2013.

Tabela 4 - Número de ocupações das atividades características do turismo trabalho formal no ano de 2013

Número de Ocupações das Atividades Características do Turismo na Economia Formal no ano de 2013												
ACT's	01/2013	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	06/2013	07/2013	08/2013	09/2013	10/2013	11/2013	12/2013
Agência de Viagem	59.668	59.520	58.527	57.344	57.885	58.764	57.843	57.379	57.760	57.812	58.621	58.795
Alimentação	369.252	353.235	309.830	305.925	305.251	319.563	352.121	308.241	309.559	315.576	322.733	378.583
Alojamento	233.507	233.390	229.239	229.518	230.538	233.907	240.274	238.659	244.084	246.870	251.046	256.385
Aluguel de Transportes	22.662	22.105	20.881	20.879	21.164	21.645	23.248	22.001	21.931	22.631	22.246	23.412
Cultura e Lazer	11.756	10.441	9.086	9.162	8.384	90.22	10.031	8.524	8.828	8.903	9.680	10.519
Transporte Aquaviário	3.162	3.092	2.591	2.541	2.556	2.630	3.252	2.475	2.461	2.762	2.674	3.233
Transporte Aéreo	50.893	50.507	49.192	45.451	49.107	49.953	54.166	45.646	48.818	49.912	50.902	56.165
Transporte Terrestre	200.940	194.152	169.642	169.795	174.482	178.925	193.433	171.996	173.778	177.228	181.661	198.225
Total	951.840	926.442	848.988	840.615	849.367	865.387	934.368	854.921	867.219	881.694	899.563	985.317

Fonte: <http://extrator.ipea.gov.br/>, (2013)

Tabela 5 - Número de ocupações das atividades características do turismo trabalho informal no ano de 2013

Número de Ocupações das Atividades Características do Turismo na Economia Informal no ano de 2013												
ACT's	01/2013	02/2013	03/2013	04/2013	05/2013	06/2013	07/2013	08/2013	09/2013	10/2013	11/2013	12/2013
Agência de Viagem	42.433	41.974	40.947	39.866	39.903	40.121	39.398	38.676	38.615	38.695	39.316	39.537
Alimentação	658.972	624.178	536.108	523.001	517.871	547.508	600.881	516.555	512.561	525.683	540.913	631.132
Alojamento	65.526	64.424	61.895	60.979	60.030	59.929	60.673	59.160	59.359	60.075	61.099	62.397
Aluguel de Transportes	11.290	10.609	9.586	9.373	9.369	9.487	10.314	9.467	9.323	9.605	9.590	10.540
Cultura e Lazer	27.680	24.187	20.853	21.000	19.405	21.101	23.097	18.917	19.502	19.737	21.474	24.270
Transporte Aquaviário	3.473	3.444	2.777	2.770	2.848	2.894	3.781	2.661	2.658	3.093	3.077	3.899
Transporte Aéreo	2.691	2.711	2.667	2.520	2.747	2.821	3.083	2.614	2.810	2.879	2.956	3.254
Transporte Terrestre	197.033	185.099	157.332	157.369	160.011	163.556	177.250	154.169	154.080	156.854	161.324	178.609
Total	1.009.098	956.626	832.165	816.878	812.184	847.417	918.477	802.219	798.908	816.621	839.749	953.638

Fonte: <http://extrator.ipea.gov.br/>, (2013)

Com base nos dados das tabelas 4 e 5, as informações foram reorganizadas em duas novas tabelas, sendo que, essas informações foram expressas em valores e porcentagens. Para isso, levou-se em conta os dados da coluna do mês 12/2013 das tabelas da economia formal e informal, pois os valores foram organizados em séries, conforme pode ser observado nas Tabelas 6 e 7 a seguir.

Tabela 6 - Número de ocupação das atividades características do turismo do ano de 2013

Total de Ocupações das Atividades Características do Turismo por Tipo de Economia 2013			
ACT's	Formal	Informal	Total
Agência de Viagem	58.795	39.537	98.332
Alimentação	378.583	631.132	1.009.715
Alojamento	256.385	62.397	318.782
Aluguel de Transportes	23.412	10.540	33.952
Cultura e Lazer	10.519	24.270	34.789
Transporte Aquaviário	56.165	3.254	59.419
Transporte Aéreo	3.233	3.899	7.132
Transporte Terrestre	198.225	178.609	376.834
Total	985.317	953.638	1.938.955

Fonte: Adaptado com base em <http://extrator.ipea.gov.br/> (2013)

Tabela 7- Taxa de ocupação das atividades características do turismo do ano de 2013

Percentual de Ocupados das Atividades Características do Turismo por Tipo de Economia 2013			
ACT's	Formal	Informal	Total
Agência de Viagem	59,79%	40,21%	100,00%
Alimentação	37,49%	62,51%	100,00%
Alojamento	80,43%	19,57%	100,00%
Aluguel de Transportes	68,96%	31,04%	100,00%
Cultura e Lazer	30,24%	69,76%	100,00%
Transporte Aquaviário	94,52%	5,48%	100,00%
Transporte Aéreo	45,33%	54,67%	100,00%
Transporte Terrestre	52,60%	47,40%	100,00%

Fonte: Adaptado com base em <http://extrator.ipea.gov.br/> (2013)

Com as informações das tabelas 6 e 7, sobre o percentual de participação das Atividades Características do Turismo na economia informal, foram feitos ajustes, sendo que, para cada atividade foi calculado um percentual correspondente à sua participação no setor informal para acrescentar junto à produção da ACT's extraídas das PAS.

5.2 Ajustes na produção das atividades características turismo

5.2.1 Setor dos serviços de alojamento

Os procedimentos de ajustes no setor dos Serviços de Alojamento tiveram como base metodológica a CST do Brasil de 1999. Para se chegar aos valores, foram utilizadas operações matemáticas simples, como soma e diferença e, também as aplicações das identidades contábeis do SNA-08, a fim de se chegar a um percentual estatístico.

Inicialmente, foram coletados os dados desagregados do valor bruto da produção, consumo intermediário, valor adicionado bruto, gastos com pessoal, excedente operacional bruto e total de pessoas ocupadas da PAS. Estes dados foram organizados em tabelas e distribuídos de acordo com a metodologia.

Essas variáveis foram obtidas com a aplicação dos conceitos das identidades contábeis: Valor Bruto da Produção igual ao Consumo Intermediário mais o Valor Adicionado Bruto; Valor Adicionado Bruto, conta líquida, na qual se retira os insumos já contabilizados em outras atividades para evitar a dupla contagem; Excedente Operacional Bruto, resultado da diferença entre o Valor Adicionado Bruto e os Gastos com Pessoal.

Os ajustes da economia informal foram aplicados sobre os itens da produção dos Serviços de Alojamento, com um acréscimo equivalente à taxa de 19,57%. É relevante considerar que, todos os percentuais utilizados no processo de inclusão da economia informal na produção das ACT's foram retirados da tabela 6.

Deste modo, houve um reajuste nos valores dos itens da coluna denominada de Produção PAS, os quais sofreram acréscimos correspondentes à taxa da economia informal, que está expressa em valores reais na coluna Valor da taxa da EI, resultando nos valores da coluna de Produção ACT's. Conforme pode ser observado na tabela 8.

Tabela 8 - Ajustes da Economia Informal no setor dos serviços de Alojamento

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Alojamento (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da EI	Produção ACT's
Valor bruto da produção	20.719.543	5.041.421	25.760.964
Consumo intermediário	8.071.556	1.963.948	10.035.504
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	2.285.265	556.044	2.841.309
Combustíveis e lubrificantes	85.789	20.874	106.663
Serv. prestados por profissionais liberais	106.740	25.972	132.712
Serv. prestados por pessoas jurídicas	1.421.083	345.774	1.766.857
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	1.087.985	264.725	1.352.710
Prêmios de seguros	24.888	6.056	30.944
Serviços de comunicação	209.269	50.919	260.188
Energia elétrica, gás, água e esgoto	1.087.717	264.660	1.352.377
Outros custos e despesas operacionais	1.762.820	428.924	2.191.744
Custos das mercadorias revendidas	337.138	82.031	419.169
Valor adicionado bruto	12.647.987	3.077.472	15.725.459
Gastos com pessoal	6.789.732	1.652.058	8.441.790
Salários, e outras remunerações	5.280.879	1.284.929	6.565.808
Contribuições para a previdência social	429.820	104.583	534.403
FGTS	396.949	96.585	493.534
Contribuição para a previdência privada	15.756	3.834	19.590
Indenizações por dispensas	197.662	48.095	245.757
Benefícios concedidos aos empregados	467.870	113.841	581.711
PIS sobre folha de pagamento	796	194	990
Excedente operacional bruto	5.858.255	1.425.414	7.283.669
Número de empresas	27.558	6.705	34.263
Total de pessoal ocupado	355.912	86.600	442.512
Assalariado	318.110	77.402	395.512
Não assalariado	37.802	9.198	47.000
Proprietários	35.718	8.691	44.409
Sócios cooperados	236	57	293
Membros da família	1.848	450	2.298

Fonte: PAS-IBGE (2013)

Nas atividades a seguir, foram usados os mesmos procedimentos metodológicos de ajustes. É relevante mencionar que, além desses procedimentos, algumas atividades sofreram mais uma desagregação, a exemplo dos transportes.

5.2.2 Setor dos serviços de alimentação

No Setor de Serviços de Alimentação foi constatado que a produção possui uma taxa elevada na economia informal, aspecto este característico do setor, pois muitos empreendimentos são familiares e de pequeno porte, isto é, alguns não possuem registro e por consequência não aparecem na PAS.

Os ajustes no setor de Serviços de Alimentação seguiram os mesmos padrões metodológicos dos serviços de Alojamento, com exceção da taxa de informalidade que para essa atividade foi de 62,51%. O acréscimo correspondente à taxa da informalidade está na coluna Valor da taxa da EI, que somada aos valores da coluna Produção PAS, tem como resultado os valores da coluna Produção ACT's. De acordo com os dados da tabela 9, a seguir.

Tabela 9 - Ajustes da Economia Informal no setor dos Serviços de Alimentação

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Alimentação (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da EI	Produção ACT's
Valor da Produção	87.276.367	145.522.691	232.799.058
Consumo Intermediário	40.542.245	67.599.246	108.141.491
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	26.929.563	44.901.760	71.831.323
Combustíveis e lubrificantes	122.921	204.956	327.877
Serv. prestados por profissionais liberais	269.380	449.158	718.538
Serv. prestados por pessoas jurídicas	2.749.235	4.584.013	7.333.248
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	3.659.472	6.101.723	9.761.195
Prêmios de seguros	50.346	83.946	134.292
Serviços de comunicação	427.904	713.478	1.141.382
Energia elétrica, gás, água e esgoto	1.993.873	3.324.540	5.318.413
Outros custos e despesas operacionais	4.339.551	7.235.672	11.575.223
Custo das mercadorias revendidas	1.446.559	2.411.961	3.858.520
Valor adicionado bruto	46.734.122	77.923.445	124.657.567
Gastos com Pessoal	25.421.374	42.387.039	67.808.413
Salários, e outras remunerações	19.726.774	32.891.988	52.618.762
Contribuições para a previdência social	1.804.969	3.009.566	4.814.535
FGTS	1.499.557	2.500.328	3.999.885
Contribuição para a previdência privada	27.031	45.071	72.102
Indenizações por dispensas	787.845	1.313.635	2.101.480
Benefícios concedidos aos empregados	1.572.112	2.621.305	4.193.417

PIS sobre folha de pagamento	3.086	5.146	8.232
Excedente Operacional Bruto	21.312.748	35.536.406	56.849.154
Número de empresas	239.807	399.849	639.656
Total de Pessoal Ocupado	1.691.361	2.820.138	4.511.499
Assalariado	1.437.323	2.396.561	3.833.884
Não assalariado	254.038	423.577	677.615
Proprietários	245.663	409.613	655.276
Sócios cooperados	77	128	205
Membros da família	8.298	13.836	22.134

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.3 Setor dos serviços de transporte aéreo de passageiros

Segundo as informações da PAS, o setor de Serviços de Transporte Aéreo, não faz distinção entre o transporte de cargas e o de passageiros. Deste modo, foi necessário desagregá-los, sendo deduzidos do total, os valores correspondentes ao transporte de cargas, resultando nos valores do transporte de passageiros com o total da produção.

Destaca-se que o ajuste da informalidade ficou na taxa de 54,67%, o que representou pouco mais da metade. O resultado do processo de ajustes das atividades está exposto na tabela 10.

Tabela 10 - Ajustes da economia informal no setor dos serviços de transporte aéreo de passageiros

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Transporte Aéreo de Passageiros (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da EI	Produção ACT's
Valor bruto da produção	33.808.910	40.775.052	74.583.962
Consumo intermediário	24.180.381	29.162.617	53.342.998
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	1.149.538	1.386.394	2.535.932
Combustíveis e lubrificantes	11.611.548	14.004.044	25.615.592
Serv. prestados por profissionais liberais	8.035	9.691	17.726
Serv. prestados por pessoas jurídicas	3.262.171	3.934.324	7.196.495
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	3.344.639	4.033.784	7.378.423
Prêmios de seguros	113.979	137.464	251.443
Serviços de comunicação	121.908	147.026	268.934
Energia elétrica, gás, água e esgoto	31.428	37.904	69.332

Outros custos e despesas operacionais	4.537.135	5.471.987	10.009.122
Custo das mercadorias revendidas	171.532	206.875	378.407
Valor adicionado bruto	9.628.529	11.612.435	21.240.964
Gastos com pessoal	5.721.731	6.900.663	12.622.394
Salários, e outras remunerações	4.108.245	4.954.727	9.062.972
Contribuições para a previdência social	447.255	539.409	986.664
FGTS	335.717	404.890	740.607
Contribuição para a previdência privada	42.476	51.228	93.704
Indenizações por dispensas	149.076	179.792	328.868
Benefícios concedidos aos empregados	638.947	770.599	1.409.546
PIS sobre folha de pagamento	15	18	33
Excedente operacional bruto	3.915.798	4.711.772	8.618.570
Número de empresas	60	72	132
Total de pessoal ocupado	65.410	78.887	144.297
Assalariado	65.329	78.790	144.119
Não assalariado	81	98	179
Proprietários	81	98	179
Sócios cooperados	-	-	-
Membros da família	-	-	-

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.4 Setor dos serviços de transporte rodoviário de passageiros

Na PAS-2013, o setor dos Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros é desagregado em duas subcategorias: transportes de cargas e transportes de passageiros, o que facilita os ajustes e a aplicação da metodologia utilizada.

A taxa da economia informal adotada foi de 47,40%, no entanto, essa taxa no IPEA, corresponde ao setor de transportes terrestres (rodoviário e ferroviário), isto é, não há distinção entre os tipos de transportes terrestres, todos são representados por apenas uma taxa. Para tanto, é relevante considerar que o transporte rodoviário tem maior representatividade em relação ao setor ferroviário, aspecto que corrobora a adoção dessa taxa.

Os procedimentos de ajuste do transporte rodoviário podem ser observados na tabela 11.

Tabela 11 - Ajustes da economia informal no setor dos serviços de transporte rodoviário de passageiros

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da EF	Produção ACT's
Valor bruto da produção	58.123.198	52.377.178	110.500.376
Consumo intermediário	24.630.286	22.195.353	46.825.639
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	4.727.324	4.259.984	8.987.308
Combustíveis e lubrificantes	10.750.952	9.688.120	20.439.072
Serv. prestados por profissionais liberais	250.886	226.084	476.970
Serv. prestados por pessoas jurídicas	2.971.316	2.677.574	5.648.890
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	1.358.182	1.223.913	2.582.095
Prêmios de seguros	249.675	224.992	474.667
Serviços de comunicação	192.327	173.314	365.641
Energia elétrica, gás, água e esgoto	241.214	217.368	458.582
Outros custos e despesas operacionais	3.888.410	3.504.004	7.392.414
Custo das mercadorias revendidas	51.407	46.325	97.732
Valor adicionado bruto	33.492.912	30.181.826	63.674.738
Gastos com Pessoal	21.912.433	19.746.185	41.658.618
Salários, e outras remunerações	15.376.335	13.856.241	29.232.576
Contribuições para a previdência social	2.046.878	1.844.525	3.891.403
FGTS	1.168.972	1.053.408	2.222.380
Contribuição para a previdência privada	29.845	26.895	56.740
Indenizações por dispensas	758.117	683.170	1.441.287
Benefícios concedidos aos empregados	2.530.076	2.279.954	4.810.030
PIS sobre folha de pagamento	2.210	1.992	4.202
Excedente operacional bruto	11.580.479	10.435.641	22.016.120
Número de empresas	31.556	28.436	59.992
Total de pessoal ocupado	773.625	697.145	1.470.770
Assalariado	719.947	648.774	1.368.721
Não assalariado	53.678	48.371	102.049
Proprietários	35.220	31.738	66.958
Sócios cooperados	16.095	14.504	30.599
Membros da família	2.363	2.129	4.492

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.5 Setor dos serviços de transporte ferroviário e metroviário de passageiros

No setor dos Serviços de Transporte Ferroviário e Metroviário, assim como no aéreo, houve a necessidade de desagregar o transporte de cargas do transporte de passageiros. O setor ferroviário e metroviário no Brasil tem suas peculiaridades. As vias pelas quais os transportes transitam são controladas por grandes empresas, sendo elas públicas e privadas. Nessas ferrovias a existência de atividades informais, autônomas, cooperativas ou empreendimentos familiares de pequeno porte é quase inexistente ou não possui registros de tal atividade.

Nesse setor os investimentos são altos, o custo de implantação e manutenção é elevado, o que reduz a possibilidade de qualquer empreendimento de pequeno porte de se manter. Por isso a taxa da economia informal não foi aplicada. Conforme se demonstra na tabela 12.

Tabela 12 - Ajustes da economia informal no setor dos serviços de transporte ferroviário e metroviário de passageiros

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Transporte Ferroviário de Passageiros (R\$ mil)		
Itens da produção	Produção PAS	Produção ACT's
Valor bruto da produção	6.808.503	6.808.503
Consumo intermediário	2.531.584	2.531.584
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	155.131	155.131
Combustíveis e lubrificantes	34.264	34.264
Serv. prestados por profissionais liberais	5.362	5.362
Serv. prestados por pessoas jurídicas	1.357.732	1.357.732
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	66.003	66.003
Prêmios de seguros	17.773	17.773
Serviços de comunicação	16.418	16.418
Energia elétrica, gás, água e esgoto	450.443	450.443
Outros custos e despesas operacionais	428.458	428.458
Custo das mercadorias revendidas	-	-
Valor adicionado bruto	4.276.919	4.276.919
Gastos com pessoal	3.182.818	3.182.818
Salários, e outras remunerações	2.019.585	2.019.585

Contribuições para a previdência social	538.997	538.997
FGTS	151.251	151.251
Contribuição para a previdência privada	52.700	52.700
Indenizações por dispensas	38.505	38.505
Benefícios concedidos aos empregados	381.780	381.780
PIS sobre folha de pagamento	-	-
Excedente operacional bruto	1.094.101	1.094.101
Número de empresas	17	17
Total de pessoal ocupado	29.698	29.698
Assalariado	29.690	29.690
Não assalariado	8	8
Proprietários	8	8
Sócios cooperados	-	-
Membros da família	-	-

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.6 Setor dos serviços de transporte aquaviário de passageiros

No setor dos Serviços de Transporte Aquaviário, os ajustes também foram semelhantes aos demais. Houve a desagregação dos subsetores de cargas com os de passageiros. A taxa da economia informal foi de 5,84%, a menor entre as ACT's, conforme os dados expostos na tabela 13.

Tabela 13 - Ajustes da economia informal no setor dos serviços de transporte aquaviário de passageiros

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Transporte Aquaviário de Passageiros (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da E.I	Produção ACT's
Valor bruto da produção	14.352.648	832.126	15.184.774
Consumo intermediário	8.346.999	483.935	8.830.934
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	1.282.008	74.327	1.356.335
Combustíveis e lubrificantes	1.081.392	62.696	1.144.088
Serv. prestados por profissionais liberais	394.611	22.878	417.489
Serv. prestados por pessoas jurídicas	2.591.787	150.264	2.742.051
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	841.459	48.785	890.244
Prêmios de seguros	90.158	5.227	95.385

Serviços de comunicação	63.417	3.677	67.094
Energia elétrica, gás, água e esgoto	26.645	1.545	28.190
Outros custos e despesas operacionais	1.975.522	114.535	2.090.057
Custo das mercadorias revendidas	4.625	268	4.893
Valor adicionado bruto	6.005.649	348.190	6.353.839
Gastos com pessoal	3.209.481	186.077	3.395.558
Salários, e outras remunerações	2.198.688	127.474	2.326.162
Contribuições para a previdência social	314.391	18.227	332.618
FGTS	188.125	10.907	199.032
Contribuição para a previdência privada	16.968	984	17.952
Indenizações por dispensas	70.120	4.065	74.185
Benefícios concedidos aos empregados	421.139	24.416	445.555
PIS sobre folha de pagamento	50	3	53
Excedente operacional bruto	2.796.168	162.114	2.958.282
Número de empresas	228	13	241
Total de pessoal ocupado	35.385	2.052	37.437
Assalariado	35.050	2.032	37.082
Não assalariado	335	19	354
Proprietários	301	17	318
Sócios cooperados	25	1	26
Membros da família	9	1	10

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.7 Setor dos serviços de auxiliares de transportes

Os Serviços Auxiliares de Transportes são pequenos serviços realizados nos terminais, responsáveis por contabilizar o traslado de passageiros, as taxas de terminais, aluguel de guarda-volumes, estacionamento, dentre outros serviços, não estando associados diretamente aos transportes, mas que servem de auxílio no desenvolvimento da atividade.

É relevante destacar que, estão inseridos na pesquisa PAS como serviços que dão suporte à atividade, estando agregados na categoria Armazenamento e Atividades Auxiliares dos Transportes, nos quais são deduzidos dos valores correspondentes às cargas. Destaca-se que esse tipo de serviço é prestado pelas empresas que atuam dentro dos terminais de transportes, sendo que a taxa da economia informal não se aplica a essa categoria. Segundo os dados apresentados na tabela 14.

Tabela 14: Ajustes da economia informal no setor dos serviços de auxiliares de transportes

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos Serviços Auxiliares aos Transportes (R\$ mil)		
Itens da produção	Produção PAS	Produção ACT's
Valor bruto da produção	43.197.333	43.197.333
Consumo intermediário	17.386.698	17.386.698
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	1.119.824	1.119.824
Combustíveis e lubrificantes	341.860	341.860
Serv. prestados por profissionais liberais	105.348	105.348
Serv. prestados por pessoas jurídicas	6.471.306	6.471.306
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	1.522.301	1.522.301
Prêmios de seguros	230.972	230.972
Serviços de comunicação	237.786	237.786
Energia elétrica, gás, água e esgoto	511.173	511.173
Outros custos e despesas operacionais	6.846.128	6.846.128
Custo das mercadorias revendidas	63.933	63.933
Valor adicionado bruto	25.810.635	25.810.635
Gastos com pessoal	10.276.740	10.276.740
Salários, e outras remunerações	6.210.821	6.210.821
Contribuições para a previdência social	1.445.581	1.445.581
FGTS	505.638	505.638
Contribuição para a previdência privada	120.813	120.813
Indenizações por dispensas	319.226	319.226
Benefícios concedidos aos empregados	1.674.206	1.674.206
PIS sobre folha de pagamento	455	455
Excedente operacional bruto	15.533.895	15.533.895
Número de empresas	1.331	1.331
Total de pessoal ocupado	200.496	200.496
Assalariado	191.018	191.018
Não assalariado	9.928	9.928
Proprietários	2.584	2.584
Sócios cooperados	7.314	7.314
Membros da família	30	30

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.8 Setor dos serviços de agência de viagens, operadores turísticos e outros serviços

No setor dos Serviços de Agência de viagens, Operadores Turísticos e Outros Serviços, a formalidade é maior. Contudo, observa-se que a informalidade é expressiva, representada pela taxa de 40,21%. Deste modo, na tabela 15, a seguir serão mostrados os procedimentos de ajustes, com o acréscimo do montante que corresponde à taxa da economia informal.

Tabela 15: Ajustes da economia informal no setor dos serviços de agência de viagens, operadores turísticos e outros serviços

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Agências de Viagens, Operadores Turísticos e Outros Serviços de Turismo (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da E.I	Produção ACT's
Valor bruto da produção	8.627.664	5.802.281	14.429.945
Consumo intermediário	3.531.035	2.374.693	5.905.728
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	226.790	152.521	379.311
Combustíveis e lubrificantes	187.345	125.993	313.338
Serv. prestados por profissionais liberais	36.501	24.548	61.049
Serv. prestados por pessoas jurídicas	732.831	492.844	1.225.675
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	387.470	260.582	648.052
Prêmios de seguros	17.122	11.515	28.637
Serviços de comunicação	174.190	117.146	291.336
Energia elétrica, gás, água e esgoto	89.313	60.065	149.378
Outros custos e despesas operacionais	1.679.473	1.129.480	2.808.953
Custo das mercadorias revendidas	1.957	1.316	3.273
Valor adicionado bruto	5.096.629	3.427.587	8.524.216
Gastos com pessoal	2.977.736	2.002.588	4.980.324
Salários, e outras remunerações	2.174.872	1.462.646	3.637.518
Contribuições para a previdência social	250.227	168.283	418.510
FGTS	162.854	109.523	272.377
Contribuição para a previdência privada	7.486	5.034	12.520
Indenizações por dispensas	71.679	48.206	119.885
Benefícios concedidos aos empregados	310.386	208.741	519.127
PIS sobre folha de pagamento	232	156	388
Excedente operacional bruto	2.118.893	1.424.999	3.543.892
Número de empresas	16.033	10.783	26.816
Total de pessoal ocupado	104.646	70.377	175.023
Assalariado	82.700	55.617	138.317
Não assalariado	21.946	14.759	36.705

Proprietários	20.819	14.001	34.820
Sócios cooperados	2	1	3
Membros da família	1.125	757	1.882

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.9 Setor dos serviços de aluguel de veículos

O setor de Serviços de Aluguel de Veículos também foi desagregado, pois na PAS os serviços são contabilizados dentro do setor de Aluguéis Não-Imobiliários e Gestão de Ativos Intangíveis Não-Financeiros, que contêm aluguéis de máquinas e objetos domésticos. Na tabela 16, foram deduzidos esses elementos e considerados os valores referentes aos Serviços de Aluguel de Veículos. A taxa da economia informal utilizada no ajuste foi de 31,04%, que está representada em valores reais na coluna Valor da taxa EI e, somada à coluna Produção PAS resulta na coluna Produção ACT's.

Tabela 16: Ajustes da economia informal no setor de aluguel de veículos

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos Serviços de Aluguel de Veículos (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da E.I	Produção ACT's
Valor bruto da produção	7.996.928	3.599.545	11.596.473
Consumo intermediário	2.691.111	1.211.312	3.902.423
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	733.542	330.179	1.063.721
Combustíveis e lubrificantes	190.507	85.750	276.257
Serv. prestados por profissionais liberais	25.088	11.293	36.381
Serv. prestados por pessoas jurídicas	574.937	258.788	833.725
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	415.556	187.048	602.604
Prêmios de seguros	55.164	24.830	79.994
Serviços de comunicação	51.710	23.275	74.985
Energia elétrica, gás, água e esgoto	19.029	8.565	27.594
Outros custos e despesas operacionais	625.578	281.583	907.161
Custo das mercadorias revendidas	152.869	68.809	221.678
Valor adicionado bruto	5.305.817	2.388.233	7.694.050
Gastos com pessoal	1.429.949	643.643	2.073.592
Salários, e outras remunerações	929.156	418.228	1.347.384
Contribuições para a previdência social	197.093	88.715	285.808
FGTS	73.643	33.148	106.791

Contribuição para a previdência privada	11.785	5.305	17.090
Indenizações por dispensas	34.139	15.367	49.506
Benefícios concedidos aos empregados	184.054	82.846	266.900
PIS sobre folha de pagamento	79	36	115
Excedente operacional bruto	3.875.868	1.744.590	5.620.458
Número de empresas	470	212	682
Total de pessoal ocupado	38.462	17.312	55.774
Assalariado	37.809	17.018	54.827
Não assalariado	653	294	947
Proprietários	637	287	924
Sócios cooperados	8	4	12
Membros da família	8	4	12

Fonte: PAS-IBGE (2013)

5.2.10 Setor dos serviços de serviços de atividades culturais, recreativa e esportiva

Outro setor em que a informalidade é maior do que a formalidade é o setor dos serviços de Atividades Culturais, Recreativa e Esportiva. É relevante considerar que, a taxa de ajuste aplicada foi de 69,76%, maior que a taxa do setor de alimentação. Na tabela 17, pode-se observar o procedimento feito para adequar a produção à economia informal.

Tabela 17: Ajustes da economia informal no setor dos serviços de atividades culturais, recreativa e esportiva

Ajustes nos dados da PAS de 2013, para inclusão da produção da Produção das Empresas da Economia informal, no setor dos serviços de Atividades Culturais, Recreativas e Esportivas (R\$ mil)			
Itens da produção	Produção PAS	Valor da taxa da EF	Produção ACT's
Valor bruto da produção	8.748.862	20.182.560	28.931.422
Consumo intermediário	3.404.643	7.854.097	11.258.740
Mercadorias, mat. de consumo e de reposição	703.013	1.621.765	2.324.778
Combustíveis e lubrificantes	36.147	83.387	119.534
Serv. prestados por profissionais liberais	201.007	463.699	664.706
Serv. prestados por pessoas jurídicas	788.628	1.819.269	2.607.897
Aluguéis de imóveis, veículos, máq. e equip.	644.417	1.486.592	2.131.009
Prêmios de seguros	18.959	43.736	62.695
Serviços de comunicação	80.930	186.696	267.626
Energia elétrica, gás, água e esgoto	221.104	510.060	731.164
Outros custos e despesas operacionais	710.438	1.638.894	2.349.332
Custo das mercadorias revendidas	131.941	304.372	436.313

Valor adicionado bruto	5.344.219	12.328.463	17.672.682
Gastos com pessoal	2.430.765	5.607.479	8.038.244
Salários, e outras remunerações	1.898.864	4.380.448	6.279.312
Contribuições para a previdência social	193.184	445.652	638.836
FGTS	138.730	320.033	458.763
Contribuição para a previdência privada	2.532	5.841	8.373
Indenizações por dispensas	69.807	161.036	230.843
Benefícios concedidos aos empregados	127.476	294.072	421.548
PIS sobre folha de pagamento	172	397	569
Excedente operacional bruto	2.913.454	6.720.984	9.634.438
Número de empresas	32.726	75.495	108.221
Total de pessoal ocupado	165.185	381.062	546.247
Assalariado	118.047	272.320	390.367
Não assalariado	47.138	108.742	155.880
Proprietários	44.211	101.989	146.200
Sócios cooperados	1.182	2.727	3.909
Membros da família	1.745	4.026	5.771

Fonte: PAS-IBGE (2013)

Após a desagregação, reorganização e a inserção da economia informal à produção das ACT's, será feita a análise das informações obtidas no memorial de cálculos.

5.3 Dimensionamento da produção das ACT's do ano de 2013

O sistema econômico brasileiro, assim como em outros países, é complexo mediante à dinâmica e o comportamento de seus agentes, mercados e atividades. As ações que são praticadas nesse ambiente são passíveis a qualquer alteração de crescimento, de estagnação e de decrescimento (Santos & Kadota, 2012).

O turismo, por estar inserido nesse contexto, também sofre mudanças significativas dentro do sistema. Deste modo, os impactos econômicos gerados pela atividade movimentam um fluxo intenso de capital sobre a renda, consumo, investimentos e impostos, sendo eles com efeitos diretos, indiretos ou induzidos (Lemos & Batista, 2012).

Segundo o IBGE (2015), no ano de 2013 o PIB do Brasil foi de R\$ 5,31 trilhões, sendo que, deste montante o Setor de Serviços contribuiu com R\$ 1,25 trilhões o que representa cerca de 23,6% do total (PAS-IBGE, 2013). Mediante comparação do PIB do Brasil no ano de 2013 com as ACT's, foi constatado que sua participação foi de R\$ 563,8 bilhões, o que representa 10,6% do total. A partir dessa análise, observou-se que há uma

representatividade significativa das ACT's, que corresponde a um percentual de 44,7% do total da produção, em relação ao Setor de Serviços.

Os percentuais de participação das ACT's, tanto no setor de serviços como no total da economia são expressivos, diante do universo econômico que envolve as demais atividades. Isso corrobora com a afirmação de que o turismo é uma atividade econômica que gera e movimenta divisas impulsionando o crescimento e desenvolvimento econômico (Brindis, 2014).

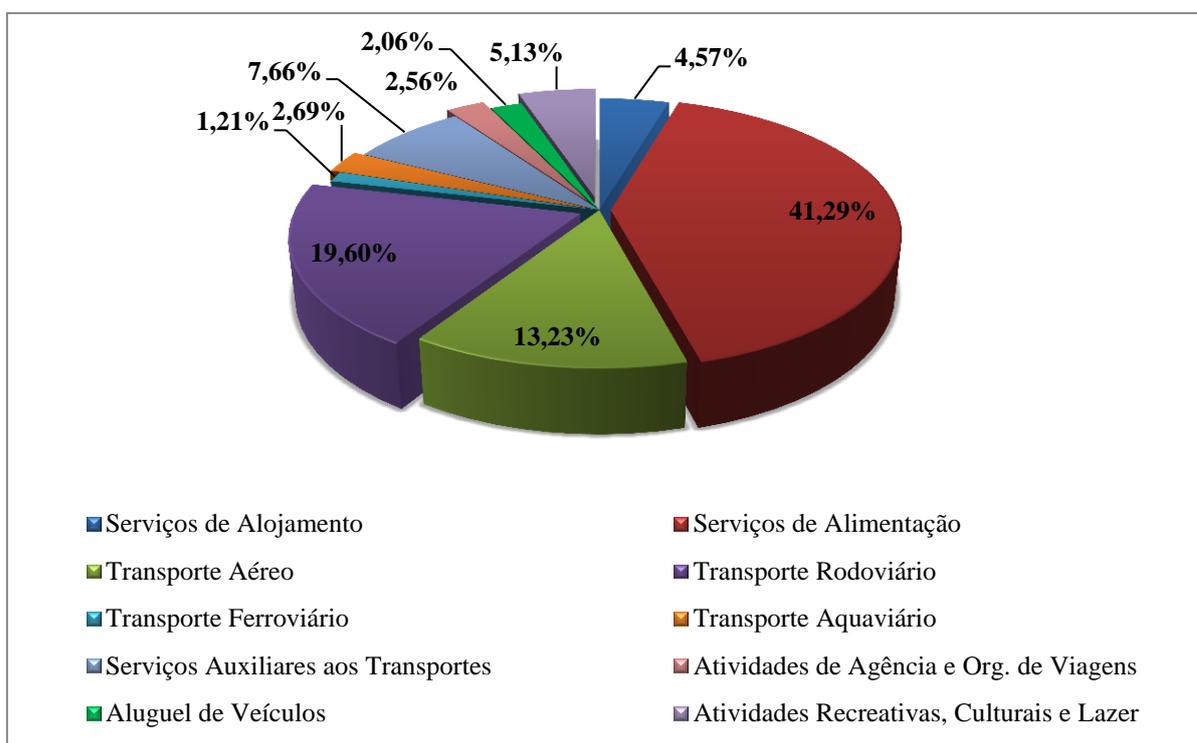
Nos próximos tópicos será feita a análise da mensuração da produção das ACT's de acordo com a teoria descrita no trabalho, a partir dos resultados obtidos no memorial de cálculo.

5.3.1 Valor bruto da produção das atividades características do turismo

O Valor Bruto da Produção equivale a tudo o que foi produzido pelas ACT's no ano corrente, é o resultado da receita operacional líquida menos o custo de mercadoria mais as subvenções e outras receitas operacionais (SCN, 2008).

Em 2013, o VBP das ACT's foi de R\$ 563,8 bilhões, no qual o Setor de Serviço de Alimentação detém o maior percentual de participação com 41,29% (R\$ 232,8 bilhões), seguido pelo Transporte Rodoviário com 19,60% (R\$ 110,5 bilhões) e do Transporte Aéreo com 13,23% (R\$ 74,6 bilhões) do total do VBP. O Transporte Ferroviário é a atividade com menor contribuição no produto das ACT's, representando apenas 1,21% (R\$ 6,8 bilhões), conforme pode ser observado no gráfico 01. É relevante mencionar que os valores em reais estão dispostos no apêndice A.

Gráfico 01- Valor bruto da produção das atividades característica do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Dadas às informações do gráfico 01, nota-se que as duas atividades mais expressivas respondem por mais da metade da produção. Um dos fatores que explica a predominância dos serviços de Alimentação e do Transporte Rodoviário na produção das ACT's é a utilização dos serviços tanto pela população quanto pelos turistas.

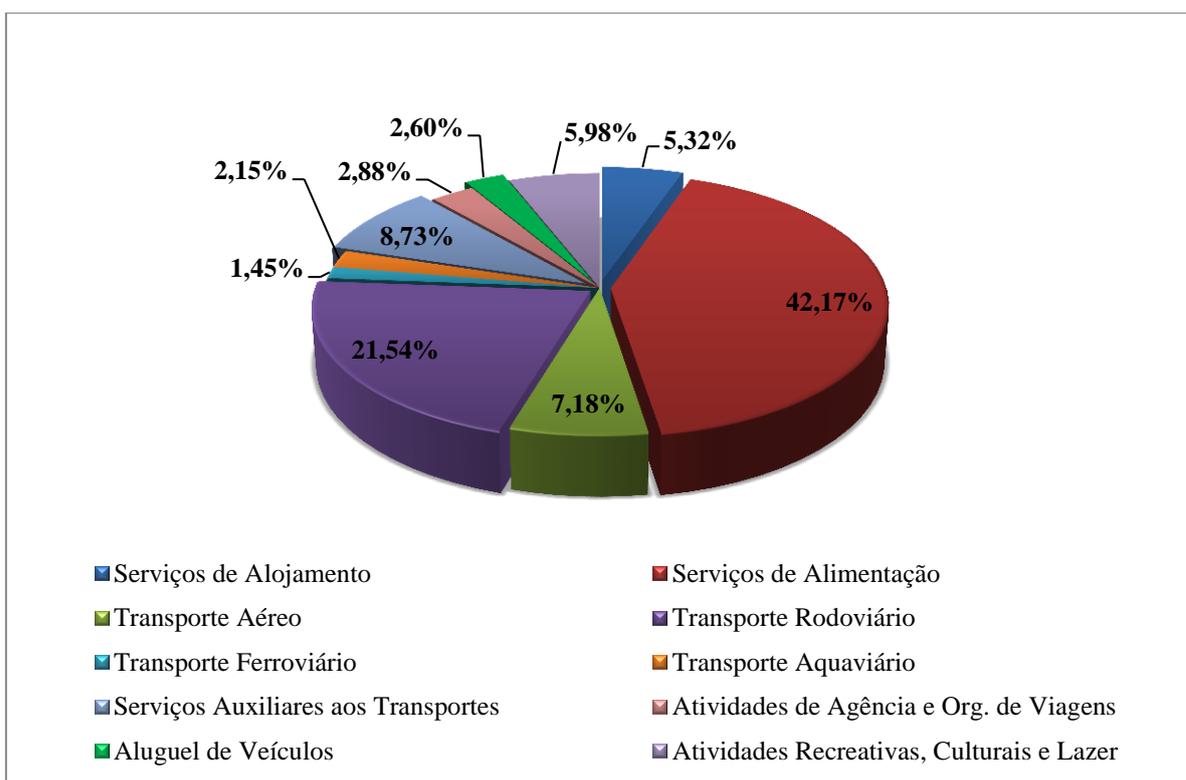
É válido ressaltar que, a metodologia adotada neste trabalho está em consonância com a do IBGE e, portanto, não houve a separação do que foi produzido para o consumo turístico como para o não turístico, sendo que essa distinção é feita pela CST sob a ótica da demanda. Para tanto, esta pesquisa considera a estimação da produção das atividades pela ótica da oferta, não sendo necessário identificar o que foi consumido pelo o turista.

5.3.2 Valor adicionado bruto das atividades característica do turismo

O Valor Adicionado Bruto refere-se à agregação de valor dos bens e serviços gerados pelas atividades durante o processo produtivo. Ele é resultado da diferença entre o Valor Bruto da Produção com o Consumo Intermediário.

O Valor Adicionado Bruto das ACT's no ano de 2013 obteve um total de R\$ 295,6 bilhões. O Serviço de Alimentação foi o setor com o maior percentual 42,17% (R\$ 124,6 bilhões), seguido do Transporte Rodoviário com 21,54% (R\$ 63,7 bilhões) e dos Serviços Auxiliares de Transportes com 8,73% (R\$ 25,8 bilhões). Observou-se ainda que o Transporte Ferroviário apresentou o menor índice de participação com um percentual de 1,45% (R\$ 4,3 bilhões), conforme pode ser observado no gráfico 2. Os valores em reais constam no apêndice B.

Gráfico 02- Valor adicionado bruto das atividades característica do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

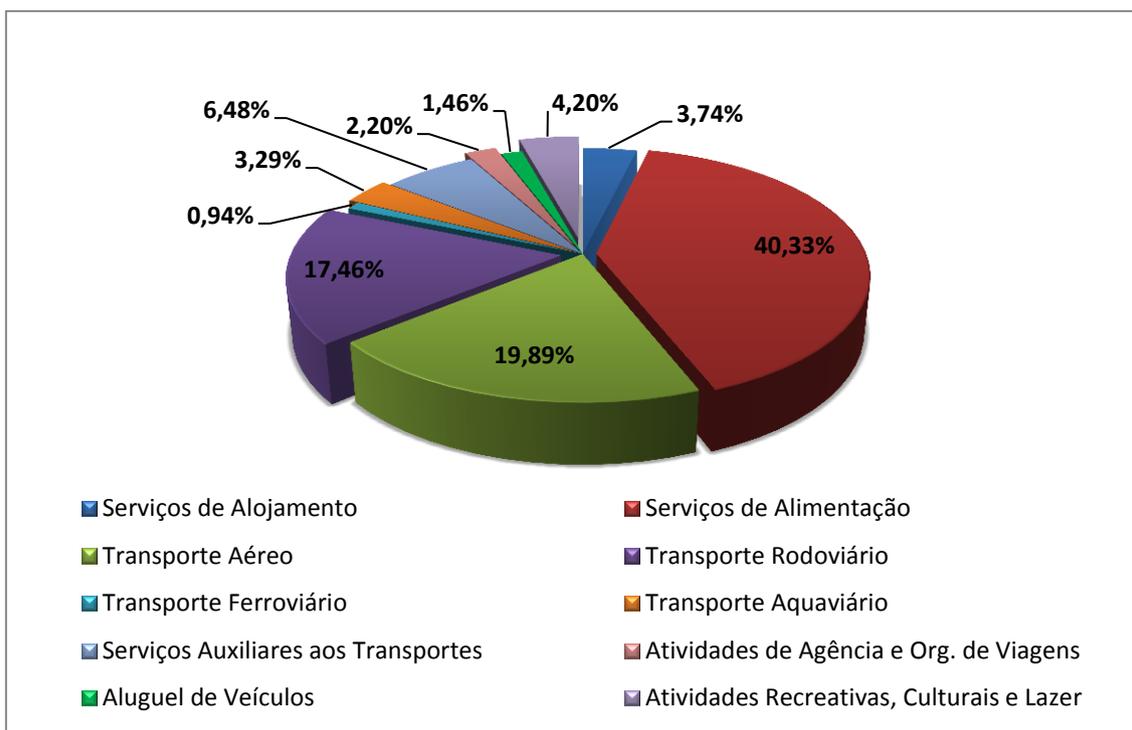
Assim como nos resultados do VBP, os setores de serviços de Alimentação e Transporte Rodoviário representam mais de 60% do VAB. Essa situação se aplica aos mesmos argumentos utilizados no gráfico 01, para explicar a ocorrência dessas informações no gráfico 02.

5.3.3 Consumo intermediário das atividades característica do turismo

O Consumo Intermediário é o conjunto de insumos consumidos ao longo da produção, isto é, um produto final que serve de matéria-prima para outra atividade.

Ao contabilizar o total da produção final faz-se necessário deduzir o CI, pois ao considerá-lo como parte do valor da produção, o resultado final passa a ter dupla contagem do produto, o que incorrerá em erro, uma vez que esses insumos já inseridos na contabilização do período anterior em outra atividade.

O Consumo Intermediário das ACT's em 2013 gerou um montante de R\$ 268,1 bilhões. Desse total, o Serviço de Alimentação foi o que mais contribuiu, com 40,33% (R\$ 108,1 bilhões), seguido pelo Transporte Aéreo com 19,89% (R\$ 53,3 bilhões) e o Transporte Rodoviário com 17,46% (R\$ 46,8 bilhões). O menor percentual observado nessa categoria foi o Transporte Ferroviário com 0,94% (R\$ 2,5 bilhões) do total, conforme pode ser observado no gráfico 03. Os valores em reais encontram-se no apêndice C.

Gráfico 03 - Consumo intermediário das atividades característica do turismo em 2013

Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As informações do gráfico 03 mostram que a distribuição dos percentuais do consumo intermediário também está concentrada em mais da metade em duas atividades, sendo elas: Serviços de Alimentação e Transporte Aéreo. No entanto, o Transporte Rodoviário tem um percentual próximo do Aéreo e, se levar em conta o somatório das três atividades o percentual chega a 70% do CI.

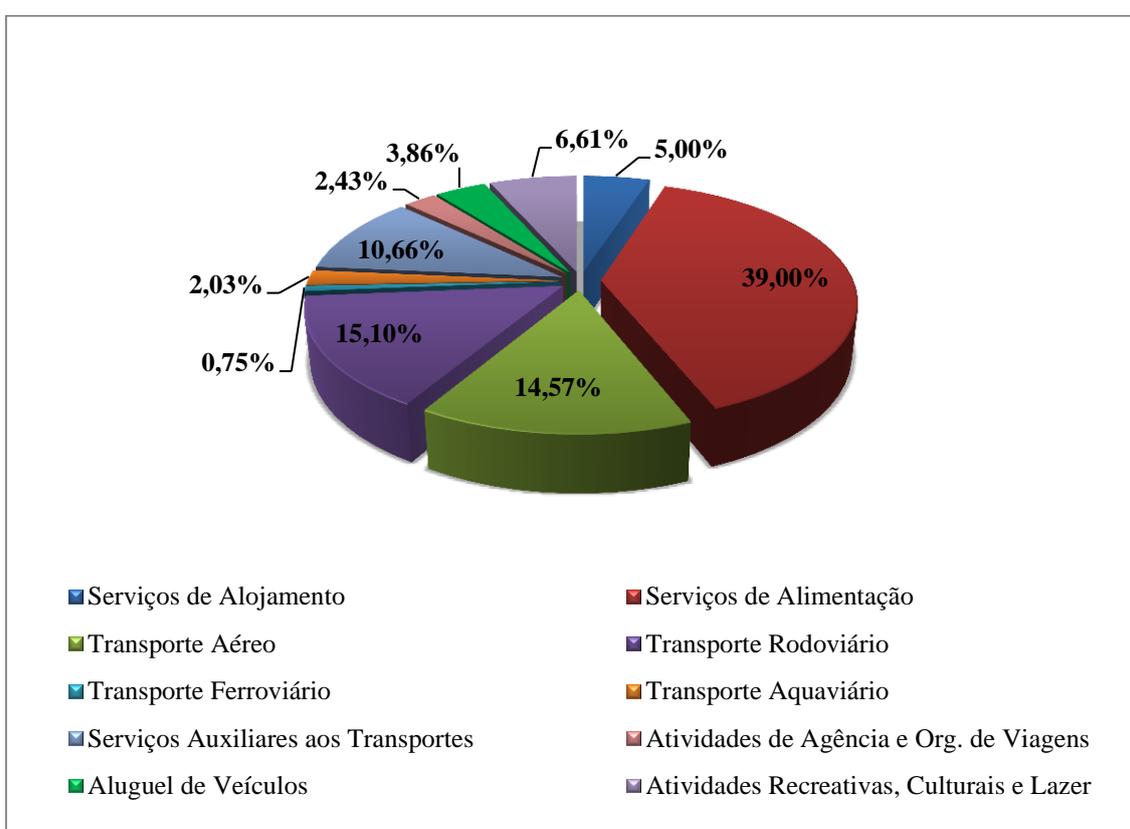
O consumo intermediário evidencia o quanto foi consumido de insumos no processo produtivo, isto é, contabiliza os produtos de outras atividades inseridos no processo produtivo a fim de compor os bens e serviços da produção. Este aspecto reforça a ideia de que o turismo é uma atividade dinâmica que movimentava vários setores da economia.

5.3.4 Excedente operacional bruto das atividades característica do turismo

O Excedente Operacional Bruto trata-se do saldo dos rendimentos das empresas após o pagamento dos encargos trabalhistas e impostos. É o resultado da diferença entre o Valor Adicionado Bruto e os Gastos com Pessoal.

Em 2013, o Excedente Operacional Bruto obteve um total de R\$ 145,7 bilhões. As três primeiras ACT's que mais contribuíram foram: Serviço de Alimentação, com 39% (R\$ 56,8 bilhões), Transporte Rodoviário com 15,10% (R\$ 22 bilhões) e o Transporte Aéreo com 14,57% (R\$ 21,2 bilhões). Já o menor percentual de participação foi do Transporte Ferroviário com 0,75% (R\$ 1,1 bilhão), conforme pode ser observado no gráfico 04. Os valores em reais encontram-se no apêndice D.

Gráfico 04- Excedente operacional bruto das atividades característica do turismo em 2013



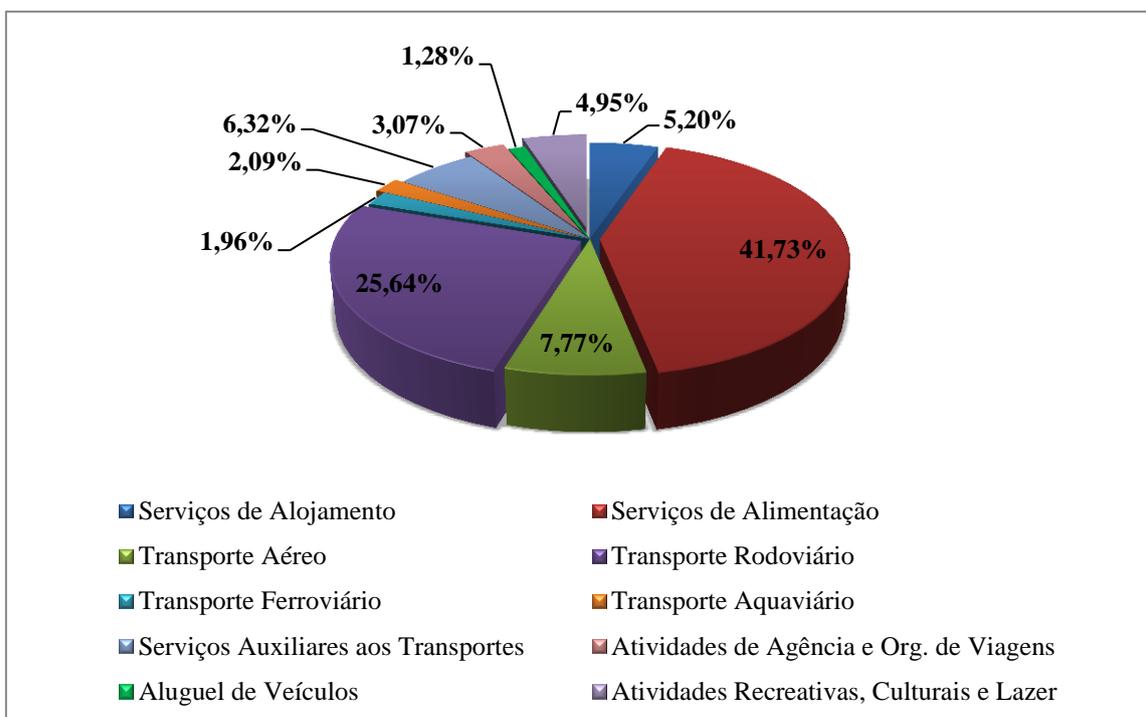
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

O gráfico 4 demonstra em termos de percentuais o quanto cada ACT gerou de rendimento para as empresas que trabalham com o turismo. Entende-se que alguns aspectos como as características de cada setor, a quantidade de estabelecimentos e o número de funcionários nas atividades, tendem a variar os rendimentos conforme os seus fatores característicos.

5.3.5 Gasto com pessoal das atividades característica do turismo

O Gasto com Pessoal representa a soma de todas as despesas com os funcionários, salários, benefícios, encargos trabalhistas dentre outros. As ACT's tiveram em 2013 um gasto com pessoal de R\$ 162,4 bilhões. Desse modo, as atividades que mais se destacaram foram: Serviço de Alimentação com 41,73% (R\$ 67,8 bilhões), Transporte Rodoviário com 25,64% (R\$ 41,6 bilhões) e o Transporte Aéreo com 7,77% (R\$ 12,6 bilhões). Já o Aluguel de Veículos, teve o menor gasto com 1,28% (R\$ 2 bilhões), conforme pode ser observado no gráfico 05. É relevante mencionar que os valores em reais estão dispostos no apêndice E.

Gráfico 05 - Gasto com pessoal das atividades característica do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Os gastos com pessoal, o fator de produção trabalho, estão diretamente ligados ao número de funcionários e ao nível de qualificação, sendo assim, as atividades com maior percentual são as que mais empregam no turismo ou possuem uma mão de obra qualificada. Por isso algumas dessas atividades possuem percentuais distintos com grande disparidade de valores.

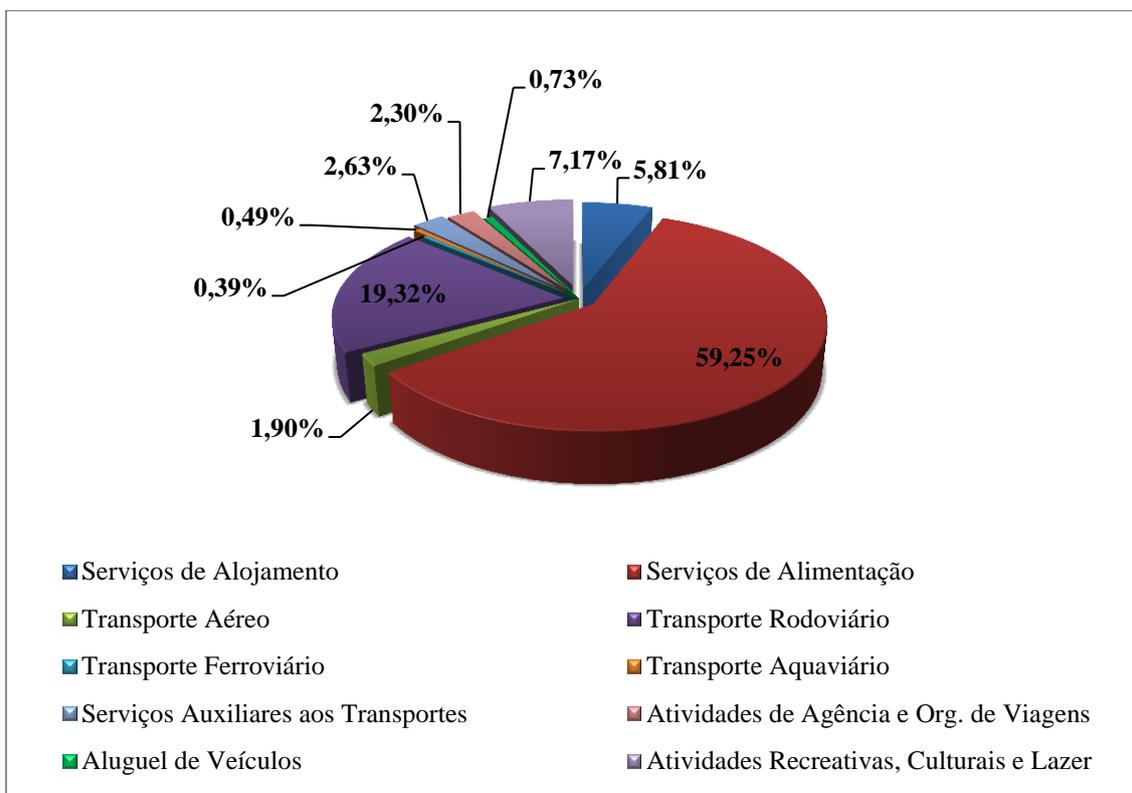
5.3.6 Número de postos de trabalho das atividades característica do turismo

Na economia, a geração de empregos é um dos fatores determinantes para a estabilidade econômica do país, já que se configura como um dos fatores que movimentam o sistema econômico. O dinheiro pago pelos empregadores serve para os empregados adquirirem produtos e serviços, que são produzidos pelas empresas em que trabalham e assim por diante, caracterizando-se como um processo cíclico, ou seja, o fluxo circular da renda.

O número de ocupados em 2013 nas ACT's é expressivo. Houve uma geração de 7,6 milhões de postos de trabalho, o que representa um percentual de 31% do total do Setor de Serviços, que obteve um total de 24,5 milhões de pessoas ocupadas. Isso considerando a proporcionalidade da inclusão da economia informal das ACT's no Setor de Serviços. Sem a estimativa da economia informal as ACT's representariam 27,71% (3,5 milhões) de postos de trabalho.

O Serviço de Alimentação possui maior representatividade, com um número de 4,5 milhões (59,25%) de ocupados, seguido pelo Transporte Rodoviário com 1,4 milhão (19,32%), e em sequência as Atividades Recreativas, Culturais e Lazer com 546,2 mil (7,17%). Foi constatado que o Transporte Ferroviário teve o menor contingente de pessoas ocupadas, com 29,6 mil (0,39%) do total, segundo informações do gráfico 06. Os valores em reais podem ser conferidos no apêndice F.

Gráfico 06- Número de postos de trabalho das atividades característica do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

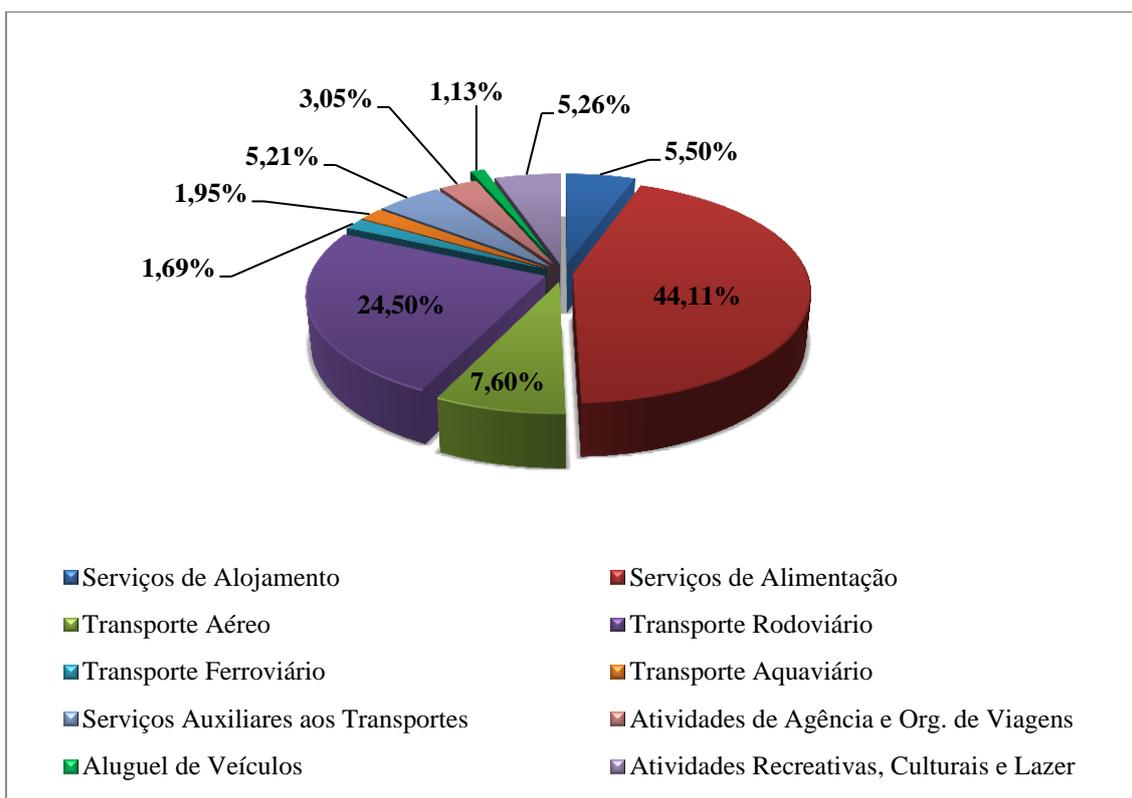
A partir da análise dos percentuais apresentados no gráfico 06, foi observado que o Serviço de Alimentação detém pouco mais de 50% do total, o que significa que ela é a ACT que mais emprega e gera postos de trabalho no turismo. É relevante mencionar que, a inserção da economia informal provocou o aumento dos valores, no entanto, mesmo sem o acréscimo da economia informal o Serviço de Alimentação continuaria sendo o mais expressivo, em comparação as demais ACT's.

5.3.7 Rendimentos pagos pelas atividades característica do turismo

Os Rendimentos pagos pelas ACT's são os salários e outras remunerações, um dos itens do Gasto com o Pessoal.

Em 2013, o Setor de Serviços pagou em rendimentos um total de R\$ 253,9 bilhões. Desse montante, as ACT's representaram R\$ 85,4 bilhões, dos quais o Serviço de Alimentação contribuiu com R\$ 32,1 bilhões (37,52%), o Transporte Rodoviário com R\$ 22,7 bilhões (26,53%) e o Serviço de Alojamento com R\$ 6,3 bilhões (7,39%). Em contrapartida, o Aluguel de Veículos permaneceu com a menor parcela de contribuição, com um total de R\$ 1,2 bilhão (1,43%), de acordo com os dados do gráfico 07, a seguir. Os valores em reais podem ser conferidos no apêndice G.

Gráfico 07- Rendimentos pagos pelas atividades característica do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

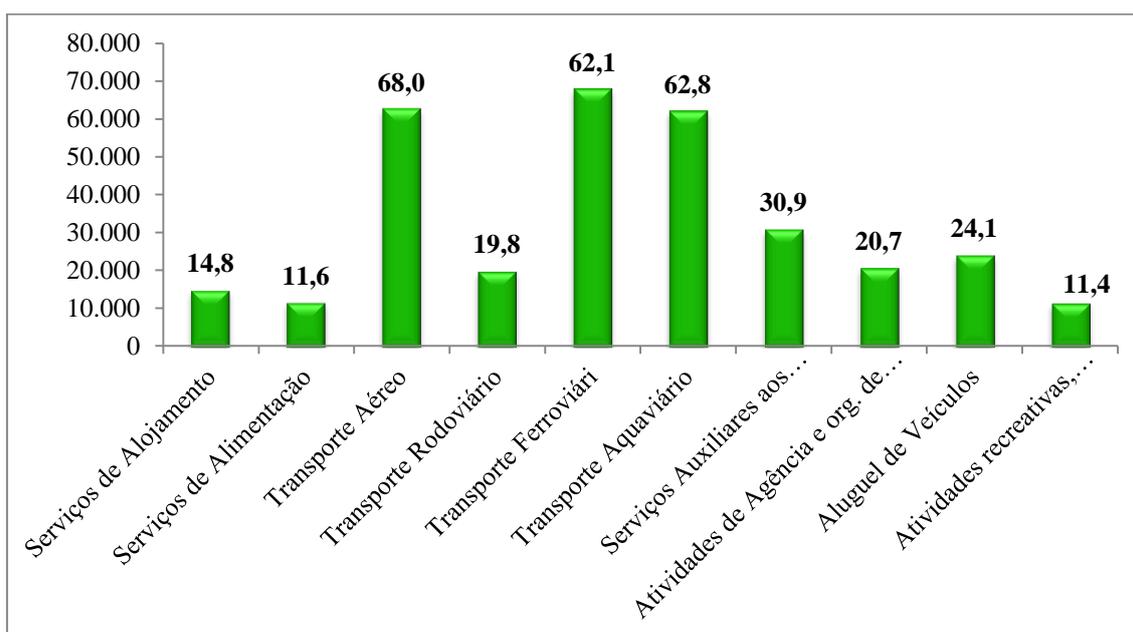
Observou-se que as informações do gráfico 07, sobre os rendimentos pagos, demonstraram a predominância do Serviço de Alimentação e do Transporte Rodoviário.

Pode-se afirmar que, os rendimentos auferidos nessas atividades estão diretamente relacionados com o número de ocupados, pois no gráfico 6 as atividades que mais empregam no turismo foram as mesmas que mais geraram rendimentos para as ACT's no ano de 2013.

Os rendimentos foram estimados a partir da remuneração média paga às pessoas ocupadas nas ACT's. Deste modo, foi necessário realizar uma operação matemática simples com o montante dos rendimentos.

O cálculo se resume a dividir o total dos rendimentos pagos, pelo número de ocupados e assim se tem o rendimento médio das ACT's. No gráfico 8, a seguir, serão apresentados os dados resultantes das operações efetivadas para se obter a remuneração média anual da ACT's. Os valores em reais podem ser observados no apêndice H.

Gráfico 8 - Remuneração média anual paga pelas atividades característica do turismo em 2013



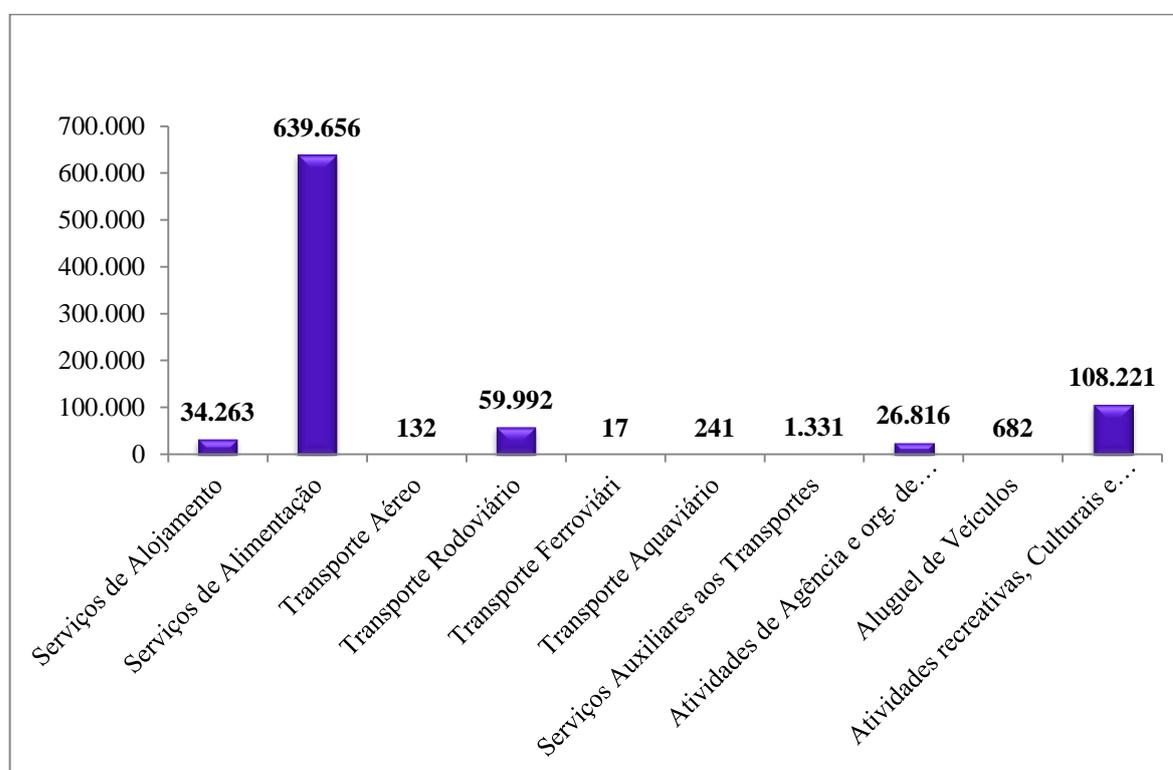
Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

Observou-se que as atividades com maior remuneração média anual são: Transporte Ferroviário, Aéreo e Aquático. Os serviços com o maior número de pessoas tende a ter sua média reduzida, conforme ocorreu com os Serviços de Alimentação e os Transportes Rodoviários.

As ACT's juntas representaram uma parcela significativa no Setor de Serviços em 2013, sendo que o número de empresas foi de 549,5 mil, o que representa 44,45% de um total de 1,2 milhões.

As atividades com maior número de empresas são o Serviço de Alimentação com 389,7 mil; Atividades recreativas, culturais e lazer com 55,6 mil; e Transporte Rodoviário com 46,5 mil. A atividade com menor número é o Transporte Ferroviário com 17, segundo as informações do gráfico 9. Os valores em reais constam no apêndice I.

Gráfico 9 - Número de empresas das atividades características do turismo em 2013



Fonte: Dados da pesquisa, 2016.

As informações numéricas do gráfico 9, mostram como estão distribuídas as empresas ligadas à atividade turística, sendo notável a disparidade entre elas, as quais mais de 70% delas estão concentradas em uma só atividade.

O Setor de Alimentação juntamente com Atividades recreativas, culturais e lazer foram as que mais sofreram alteração com a correção da economia informal. Segundo o IPEA

(2013), são os setores de serviços com maior percentual, que correspondem respectivamente a 62,51% e 69,76%.

No decorrer da análise, observou-se que a estimação dos agregados macroeconômicos das ACT's evidenciou que a economia informal influencia decisivamente na composição do produto das atividades, principalmente nas atividades que tiveram seu percentual de informalidade mais elevado.

3.3.8 Implicações gerenciais e mercadológicas das ACT's

As informações e indicadores econômicos do turismo gerados no presente trabalho, são importantes fontes de consulta para as empresas e o governo, no que diz respeito sobre o processo de tomada de decisão mercadológica e criação de políticas de fomento. Visto que as implicações práticas referentes às ACT's possibilitaram determinar qual setor turístico necessita de investimentos ou qual atividade turística precisa ter mais atenção por parte das entidades públicas.

Para as empresas obter informação é um diferencial competitivo, pois a informação torna-se um elemento de valor para gestão das organizações. Uma empresa turística ao ter conhecimento sobre o comportamento do mercado, uma contração ou expansão, pode desenvolver ações de investimentos ou contenção de gastos. Com por exemplo, o setor de serviços de alimentação, que pelos resultados obtidos na pesquisa tem um papel importante na geração de emprego e renda, sendo o mais expressivos em termos de rendimento, o que pode atrair empreendedores e profissionais a ingressarem no setor.

Já para o governo, as informações e indicadores econômicos são fundamentais para o desenvolvimento de políticas, uma vez que, ao identificar setores com um alto nível de informalidade, baixos níveis de empregos e investimento, pode desenvolver ações de fomento para reverter a situação. Como por exemplo, criar programas de qualificação e linhas de crédito para incentivar pessoas a empreenderem na atividade.

Portanto, é imprescindível gerar informações e indicadores econômicos para as ACT's, pois servem como uma fonte de conhecimento para profissionais, associações, empresas e entidades governamentais que atuam na área, visto que, a economia e a sociedade vivenciam um momento em que estar informado é mínimo para se manter atuante no mercado.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar a participação das Atividades Características do Turismo na economia brasileira no ano de 2013. Sendo assim, esse estudo fundamentou-se em teorias da economia aplicadas ao turismo, em publicações de instituições internacionais e nacionais com diretrizes e informações sobre a mensuração do turismo na economia.

Dimensionar o turismo configura-se como uma iniciativa importante na geração de informações estatísticas e econômicas, pois a escassez de informações inviabiliza a criação de políticas públicas, a aplicação de novos investimentos, expansão do mercado turístico e a criação de novos postos de trabalho, isto é, dificulta o desenvolvimento da atividade turística.

O estudo teve como modelo as duas principais pesquisas econômicas que propõem a mensurar a atividade turística no Brasil, sendo elas a CST-99 do Brasil, de 2002 e a Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconômica 2003-2009, de 2012. Ambas em conformidade com as diretrizes e metodologias recomendadas pela OMT e o SCN.

Desta forma, o trabalho teve como objetivo específico inicial alcançado a caracterização da CST e os elementos necessários para a compreensão da economia do turismo, ao discorrer sobre os aspectos econômicos do turismo e suas relações com a teoria econômica (Lemos 2005; Andrade, Divino, Mollo & Takasago, 2008; Sinclair & Stabler, 2009; Fernandes & Coelho, 2010; Vasconcellos, 2011; Santos & Kadota, 2012). E, em seguida houve uma breve discussão sobre os principais elementos que compõem a demanda, oferta e mercado turístico, a fim de expor e compreender alguns fenômenos econômicos do turismo, mediante ao comportamento dos seus agentes no mercado (Cooper *et al.*, 2001; Dias, 2005; Beni, 2006; Lage & Milone, 2009; Fernandes & Coelho, 2010; Lohmann & Panosso Netto, 2012).

Por conseguinte, houve também a definição, a caracterização e a estruturação da CST (Frechtling, 1999; Smeral, 2006; Andrade, 2009; UN *et al.*, 2010) juntamente com o SCN e os modelos de mensuração (UN *et al.*, 1993; Paulani & Braga, 2007; Feijó *et al.*, 2008). Elementos que foram necessários para dar suporte à contextualização do dimensionamento das ACT's (IBGE, 2012).

No segundo objetivo específico, inferiu-se sobre a contextualização das iniciativas de mensuração da atividade turística no cenário brasileiro, por meio da análise dos principais trabalhos já realizados (EMBRATUR, 2002; IBGE, 2012). Sendo que, no decorrer da análise

foram feitas observações a respeito do processo de elaboração das duas pesquisas, citadas anteriormente, evidenciando suas contribuições para a geração de informações e as dificuldades encontradas, que limitaram o aprofundamento das pesquisas.

Já no último objetivo específico, realizou-se a estimação da produção das Atividades Características do Turismo na economia brasileira no ano de 2013. Deste modo, o processo de dimensionamento das ACT's ocorreu em duas etapas, a primeira foi a elaboração do memorial de cálculo, uma descrição do processo de compilação e organização dos dados secundários mediante a aplicação dos conceitos das identidades contábeis, pela estimação dos agregados macroeconômicos das atividades. A segunda etapa foi a análise dos resultados obtidos na pesquisa.

No geral, todos os objetivos foram alcançados e com esses resultados pôde-se dimensionar a contribuição do turismo para economia brasileira no ano de 2013. O que se remete a afirmar sobre a importância de pesquisas direcionadas à geração de informação econômica para o turismo, no sentido de obter indicadores, criar políticas de fomento e atrair investimentos, o que contribuiria para o desenvolvimento do turismo no Brasil.

O turismo configura-se como uma atividade baseada na prestação de serviços, por isso todos os dados foram extraídos da Pesquisa Anual de Serviços - PAS. Então, a partir da dimensão do Setor de Serviços e do PIB do ano de 2013, foram feitas algumas comparações com o total da produção das ACT's.

No ano de 2013, o Setor de Serviços teve produção de R\$ 1,25 trilhão, o que representa 23,7% do total do PIB, que teve um valor de R\$ 5,31 trilhões nesse mesmo ano. Ressalta-se que nesse período o país já estava sofrendo com os efeitos da crise, mesmo assim o Brasil ainda continuava entre as principais economias do mundo.

Constatou-se que as ACT's tiveram o VBP de R\$ 563,7 bilhões, cerca de 44,8 % do total do Setor de Serviços. Já em relação ao total da economia brasileira, a produção das atividades representou 10,6% do total.

A respeito da estimação do VAB, as ACT's tiveram uma contribuição de R\$ 295,6 bilhões. O Serviço de Alimentação, o Transporte Rodoviário e os Serviços Auxiliares de Transportes foram às atividades com maior percentual de participação, com 42,17%, 21,54% e 8,73% respectivamente, sendo que somente com as duas primeiras atividades somadas os percentuais resultam em mais da metade do total.

Com relação ao Consumo Intermediário, foi constatado um total de R\$ 268,1 bilhões. Desse total, Serviço de Alimentação foi o que mais contribuiu com R\$ 108,1 bilhões, seguido pelo Transporte Aéreo com R\$ 53,3 bilhões e o Transporte Rodoviário com R\$ 46,8 bilhões. O consumo intermédio demonstra o quanto foi consumido de insumos no processo produtivo, este aspecto corrobora com a ideia de que o turismo é uma atividade dinâmica que movimenta vários setores da economia.

Os Serviços de Alimentação, Transporte Rodoviário e o Transporte Aéreo de Transportes foram os que tiveram os maiores percentuais de Excedente Operacional Bruto. Esses serviços alcançaram os maiores percentuais, dadas as suas características como, por exemplo, a quantidade de estabelecimentos, números de funcionários e a frequência que se utiliza esses serviços. Já o transporte ferroviário teve o menor percentual, dados os mesmo argumentos citados anteriormente.

Em relação ao Gasto com Pessoal, as ACT's que se destacaram foram às mesmas do Excedente Operacional Bruto, porém com diferentes porcentagens, pois o Serviço de Alimentação teve a participação de 41,73%, o Transporte Rodoviário teve 25,64% e o Transporte Aéreo apresentou 7,77%. A proporção do gasto da produção com mão de obra está relacionada com a quantidade e o nível de qualificação nos serviços prestados por atividades, e como o Serviço de Alimentação que envolve muitas pessoas ele é o que apresenta maior percentual. Já nos serviços de Transportes em geral necessita-se de condutores especializados, embora que no Transporte Aéreo, a uma maior qualificação da mão de obra.

Na geração de postos de trabalhos, foi constatado um número de 7,6 milhões de pessoas trabalhando com o turismo no ano de 2013. Desse total o Serviço de Alimentação registrou 4,5 milhões, o Transporte Rodoviário 1,4 milhão e as Atividades Recreativas, Culturais e Lazer com 546 mil pessoas ocupadas. Por esses resultados nota-se que a cadeia produtiva do turismo emprega muitas pessoas, sendo que o setor informal é responsável por uma parte significativa, principalmente nos Serviços de Alimentação.

Já os Rendimentos Pagos pelas ACT's, salários e outras remunerações, foram de R\$ 119,3 bilhões, dos quais R\$ 52,6 bilhões representa o setor de Serviço de Alimentação, R\$ 29,2 bilhões, Transporte Rodoviário e R\$ 9 bilhões o Transporte Aéreo. Esses rendimentos representam a renda gerada pelas atividades, a qual é repassada para as famílias tanto dos trabalhadores como dos empregadores.

Por outro lado, na Remuneração Média Anual paga pelas ACT's, destaca-se o Transporte Ferroviário com a maior média de remuneração anual, de R\$ 68 mil, seguido do Transporte Aéreo com R\$ 62,8 mil e o Transporte Aquaviário com R\$ 62,1 mil. Um fato relevante nesse quesito, é que o Serviço de Alimentação teve uma média baixa em comparação às outras atividades, com apenas R\$ 11,6 mil, ficando somente à frente das Atividades Recreativas, Culturais e Esportivas. O que pode ser explicado por dois fatores, um pela quantidade de pessoas que trabalham nessa área e outro pela baixa remuneração paga aos trabalhadores.

E por fim, o número de empresas mostrou grandes contrastes, pois se constatou que somente uma das atividades, o Serviço de Alimentação, concentra 639,6 mil empresas, pouco mais de 73% do mercado. Em contraste a esses números tem-se o serviço de Transporte Ferroviário com apenas 17 empresas, com um percentual de 0,002 %.

No geral, esses valores confirmam que o turismo tem uma parcela significativa na economia brasileira, e que a atividade turística contribui de fato para o desenvolvimento econômico (Ivanov & Webster, 2012; Brindis, 2014).

Ainda fazendo um comparativo com o relatório do IBGE, em 2009 as ACT's tiveram um VBP de R\$ 213,3 bilhões, o que em porcentagem representa 7,3% do total do Setor de Serviços, já em relação ao total da economia as ACT's representaram 3,9%. Ao se comparar essas informações percebe-se o quanto a participação do turismo na economia no período de 2009 a 2013 cresceu, e certamente houve também uma evolução no crescimento global na economia do país.

Na tabela 18 são expostos os valores em reais e a taxa de crescimento em porcentagem de todos os agregados que foram estimados neste trabalho em comparação ao relatório do IBGE.

Tabela 18 - Comparativo dos resultados entre o relatório do IBGE e a pesquisa

Agregados	Resultados do Relatório do IBGE 2009 (1000 000)	Resultados da Pesquisa 2013- Economia Formal (1000 000)	Taxa de Crescimento
Valor Bruto da Produção	213.269	289.660	35,8%
Valor Adicionado Bruto	103.656	154.343	48,9%
Consumo Intermediário	109.613	135.317	23,4%
Excedente Operacional Bruto	-	70.999	-
Gasto com Pessoal	-	83.353	-
Rendimentos Pagos	48.833	59.924	22,7%
Remuneração Média Anual	214	326	52,3%
Números de Ocupados	5.919	3.460	- 41,5%
Número de Empresas	-	349.786	-

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Os itens da coluna do IBGE não possuem valores, devido ao relatório que não contempla todos os agregados da coluna da pesquisa.

A tabela 18 mostra o comparativo entre os valores das duas pesquisas. Nota-se que a taxa de crescimento aumentou quase em todos os agregados, no entanto apenas o número de ocupados tem uma taxa de decréscimo. Vale lembrar que os dados desta pesquisa tiveram a inclusão da economia informal, o que não ocorreu na publicação do IBGE, por isso o VBP de 2013 é quase o dobro do ano de 2009. Portanto, na tabela 18 foram considerados apenas os valores sem a economia informal, e também sem considerar a interferência dos efeitos da moeda (desvalorização, inflação e entre outros), para efeitos de equivalência na proporção dos valores entre as pesquisas.

Em resumo, pode-se concluir que o Serviço de Alimentação é a ACT que mais possui representatividade e, que todos os indicadores econômicos do turismo no ano de 2013 estão condicionados ao desempenho deste seguimento. O que pode ser um ponto positivo ou negativo, dependendo do ponto de vista dos interessados, como investidores, o governo e o trade turístico.

6.1 Contribuições

O presente trabalho discorreu sobre a CST e as ACT's como instrumentos de mensuração da atividade turística, com o intuito de contribuir academicamente para a literatura do turismo e ampliar as discussões sobre a importância das pesquisas econômicas voltadas para a geração de informações, visto que no Brasil há poucos trabalhos nessa área.

Outra contribuição acadêmica foi a utilização de um método distinguido, com a junção da metodologia recomendada pela OMT e a do relatório do IBGE, além da incorporação de um memorial de cálculo, descrevendo passo a passo o processo de coleta, compilação e organização dos dados, ou seja, a metodologia adotada foi um diferencial do trabalho, que para obter os resultados teve que se utilizar de algumas metodologias já existentes e recomendadas, além de inserir novos aspectos dessas metodologias.

No ambiente mercadológico, a pesquisa contribui para geração de informações que permite desenvolver estudos de mercado, auxílio na toma de decisão das empresas e projeções de investimentos. Além disso, a pesquisa apresenta indicadores econômicos do turismo mais atualizados e com informações adicionais que as pesquisas anteriores não abordavam.

Para o mercado a informação configura-se como um elemento diferenciado para as empresas, já que as decisões tomadas com base nas informações, interna e externa, adquirem um papel importante, o de matéria prima da informação, pois serve de base para consultorias, pesquisas de mercado e planejamento de ações, ou seja, um diferencial competitivo.

6.2 Limitações

Durante o trabalho houveram algumas limitações, devido a fatores como a complexidade de se mensurar a atividade turística. Pois o turismo, diferente das outras atividades, é determinado pelo consumo e não pela produção, o que dificulta especificar se tal produto é ou não produzido para consumo turístico.

Outra limitação foi a disponibilidade de dados, já que as fontes que estavam disponíveis eram poucas e algumas delas não eram exclusivas do turismo; também por conta da frequência e da quantidade de publicação que estavam disponíveis para consulta.

Houve também dificuldades com aplicação da metodologia recomendada pela OMT, em virtude da limitação dos dados, que nas fontes apresentaram um nível de agregação que

impossibilitou a identificação de algumas ACT's, e por conta disso não foram estimadas as 12 atividades que a OMT considera como características do turismo.

6.3 Sugestões para trabalhos futuros

Os debates sobre CST, ACT's e mecanismos de mensuração econômica do turismo, são temas que possuem um campo amplo para discussões, porém há poucos trabalhos publicados no Brasil. Em virtude da dificuldade do próprio assunto que trata de quantificar uma prestação de serviço, algo que não é tangível e o fato de que o tema é desconhecido ou por não despertar o interesse por parte de alguns estudiosos do turismo.

A pesquisa limitou-se em estimar apenas ACT's, por isso alguns pontos não foram contemplados como:

- Estimação das atividades conexas e não específicas;
- Trabalhar a pesquisa na perspectiva da demanda;
- Utilizar o modelo Insumo-Produto como ferramenta auxiliar;
- Desenvolver uma nova CST para o Brasil;
- Aplicar modelos de CST de outros países;
- Fazer uma comparação do modelo brasileiro com de outros países.

Portanto, o tema permite desenvolver muitas outras sugestões para trabalho futuros, além das citadas anteriormente.

REFERÊNCIAS

- Ahlert, G. (2007). The contribution of tourism to employment in Germany - assessment within a TSA employment module and impact analysis. *e-Review of Tourism Research- eRTR*, 5 (6), 149-158.
- Akin, D. O. H. O. E. (2001). Capital in a tourism satellite account. *Tourism Economics*, 7 (3), 215–232.
- Andrade, J. P., Divino, J. A., Mollo, M. L. R., & Takasago, M. (2008). *Economia do turismo no Brasil*. Brasília: SENAC/DF.
- Andrade, M. M. (2010). *Introdução à metodologia do trabalho científico* (3a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Andrade, M. R. P. (2009). *Conta satélite do turismo: estrutura, análise e desafios para implementação no caso brasileiro*. Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil.
- Beni, M. C. (2006). *Análise estrutural do turismo* (11a. ed.). São Paulo: SENAC.
- Baker, D. M. A. (2013). Understanding the economic impact of tourism in the Asian Pacific region using the tourism satellite account (TSA). *International Journal of Business and Social Science*, 4 (3), 15-22.
- Brindis, M. A. R. (2014). La contribución del turismo al crecimiento económico de México: un análisis por ramas características del sector. *Revista Electrónica Nova Scientia*, 7 (13), 337 – 351.
- Casimiro Filho, F. (2002). *Contribuições do turismo a economia brasileira*. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.
- Cooper, C., Fletcher, J., Gilbert, D., & Shepherd, R. (2001). *Turismo, princípios e práticas* (2a. ed.). (R. C; Costa). Porto Alegre: Bookman. (obra original publicada em 1998).
- Dencker, A. F. M. (2007). *Pesquisa em turismo: planejamento, métodos e técnicas*. São Paulo: Futura.
- Dias, R. (2005). *Introdução ao turismo*. São Paulo: Atlas.
- Diakomihalis, M. N. (2008). Estimation of the economic impacts of yachting in Greece via the tourism satellite account. *Tourism Economics*, 14 (4), 871–887.
- Dwyer, L., Deery, M., Jago, L., Spurr, R., & Fredline, L. (2007). The tourism satellite account conceptual framework to measure the economic importance of the meetings industry. *Tourism Analysis*, 12 (1), 247–255.
- Feijó, C. A., Ramos, R. L. (orgs.); Lima, F. C. G. C., Barbosa Filho, N. H., & Palis, R. (2008). *Contabilidade social: a nova referência das contas nacionais do Brasil* (3a. ed. rev. e atua.). Rio de Janeiro: Elsevier.
- Fernandes, I. P., & Coelho, M. F. (2010). *Economia do turismo, teoria e prática* (2a.ed.). Rio de Janeiro: Campos.
- Frechtling, D. C. (1999). The tourism satellite account: foundations, progress and issues. *Tourism Management*, 20 (1), 163-170.
- Frechtling, D. C. (2010). The tourism satellite account a primer. *Annals of Tourism Research*, 37 (1), 136-153.
- Garcia, M. E., & Vasconcellos, M. A. S. (2005). *Fundamentos da economia* (2a.ed.). São Paulo: Saraiva.
- Giannopoulos K. & Boutsinas, B. (2014). Tourism satellite account support using online analytical processing. *Journal of Travel Research*, 1 (1), 1-18.
- GIL, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4a. ed.). São Paulo: Altas.

- Hara, T. (2008). *Quantitative tourism industry analysis: introduction to input-output, social accounting matrix modelling and tourism satellite accounts*. Oxford: Elsevier.
- Hadjikakou, M., Chenoweth, J., Miller, G. Druckman, A., & Li, G. (2014). Rethinking the economic contribution of tourism: case study from a Mediterranean Island. *Journal of Travel Research*, 53 (5), 610–624.
- Heerschap, N., Boer, B., Hoekstra, R., Loon, A. V., & Tromp, L. (2005). A tourism satellite account for the Netherlands: approach and results. *Tourism Economics*, 11 (3), 393–409.
- Instituto Nacional de Estadística- INE (2013): *Conta satélite da Espanha: Uma nota sobre los elementos de oferta en una Cuenta Satélite del Turismo*. Recuperado em 10 Janeiro, 2016, de <http://www.ine.es/daco/daco42/daco4214/cbtc42.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2008). *Séries relatórios metodológicos: sistema de contas nacionais Brasil*. Recuperado em 20 Setembro, 2014, de <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv40782.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE. (2012). *Economia do turismo: uma perspectiva macroeconômica 2003-2009*. Recuperado em 20 Setembro, 2014, de <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv61658.pdf>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2013). *Pesquisa anual de serviços 2013*. Recuperado em 10 Março, 2016, de http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/150/pas_2013_v15.pdf
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. (2015). *Sistema de contas nacionais: Brasil 2010-2013*. Recuperado em 10 Março, 2016, de <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94942.pdf>
- Instituto Brasileiro de Turismo- EMBRATUR. (1999). *Conta satélite do turismo - CST Brasil*, Brasília: EMBRATUR.
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- IPEA. (2013). *Extrator de Dados*. Brasília: Recuperado em 28 Março, 2016, de <http://extrator.ipea.gov.br/>
- Ivanov, S. H. & Webster, C. (2012). Tourism's contribution to economic growth: a global analysis for the first decade of the millennium. *Tourism Economics*, 19 (3), 477-508.
- Kadota, D. K., & Rabahl, W. A. (2003). Conta satélite de turismo no Brasil: método de avaliação do impacto econômico do turismo. *Turismo em Análise*, 14 (1), 65-84.
- Kenneally, M., & Jakee, K. (2012). Satellite accounts for the tourism industry: structure, representation and estimates for Ireland. *Tourism Economics*, 18 (5), 971–997.
- Jäger, M., Noguero, F. T., & Panosso Netto, A. (2011). Por uma visão crítica nos estudos turísticos. *Turismo em Análise*, 22 (3), 539-560.
- Jones C., & Li, S. (2015). The economic importance of meetings and conferences: a satellite account approach. *Annals of Tourism Research*, 52 (1), 117–133.
- Jones, C., & Munday, M. (2008). Tourism satellite accounts and impact assessments: some considerations. *Tourism Analysis*, 13 (1), 53-69.
- Lage, B. H.G., & Milone, P, C. (2009). *Economia do turismo* (7a. ed. rev. e ampl.). São Paulo: Atlas.
- Lemos, L. (2005). *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph.
- Lemos, L. A., & Batista, A. M. Dimensão econômica: Cadeia produtiva e conta satélite do turismo, p. 219-233. In: Beni, M. C. (org.). (2012). *Turismo - planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters*. São Paulo: Manole.

- Libreros, M., Massieu, A., & Meis, S. (2006). Progress in tourism satellite account implementation and development. *Journal of Travel Research*, 45 (1), 83-91.
- Lohmann, G., & Panosso Netto, A. (2012). Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas. (2a. ed. ampl. e atual). São Paulo: Aleph,
- Ministério do Turismo- MTur. (2015). *Estatísticas básicas de turismo Brasil - Ano base 2014*. Recuperado em 10 Março, 2016, de http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/estatisticas_indicadores/estatisticas_basicas_turismo/
- Mattar, F. N.(2001). *Pesquisa de marketing* (3a.ed). São Paulo: Atlas.
- Maia, A. G., & Pietro Neto, J. P. (2015). Análise das estruturas do mercado turístico no Brasil: um estudo baseado no número de empregados. *Revista Acadêmica Observatório de Inovação do Turismo*, 9 (1), 82-118.
- Melo, F. L. S., Costa, S. P., & Sonaglio, K. E. (2014). *Enfoque analítico sobre as contribuições de Luiz Gonzaga Godoi Trigo para o turismo*. Revista de Cultura e Turismo - Cultur, ano 08 - nº 01 – Fev/2014. Disponível em <<http://www.uesc.br/revistas/culturaeturismo/ano8-edicao1/8.pdf>> Acesso em: 10 de mai 2014.
- Montora Filho, A. F. (1998). *Contabilidade social: uma introdução à macroeconomia*. (2a ed.). São Paulo: Atlas.
- Naciones Unidas., Organización Mundial del Turismo., Comisión de las Comunidades Europeas Eurostat., & Organización de Cooperación Desarrollo Económicos. (2000). *Cuenta satélite de turismo (CST): recomendaciones sobre el marco conceptual*. Madrid: OMT, OEDE, Eurostat.
- Naciones Unidas., Organización Mundial del Turismo., Comisión de las Comunidades Europeas Eurostat., & Organización de Cooperación Desarrollo Económicos. (2010). *Cuenta satélite de turismo: Recomendaciones sobre el marco conceptual, 2008*. Luxemburgo/Madrid/Nueva York/París., NU.
- Netto, F. C. M. (2006). *Conta satélite do turismo (CST): instrumento metodológico para o desenvolvimento do turismo*. Monografia de Especialização, Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil .
- Organización Mundial del Turismo., & Organización de Cooperación Desarrollo Económicos., & Eurostat. (2000). *Cuenta satélite de turismo (CST): recomendaciones sobre el marco conceptual*. Madrid: OMT
- Organisation for Economic Co-operation and Development. (2010), *Tourism Satellite Accounts: Data for Business and Policy Development*, Paris: OECD Publishing
- Organización Mundial del Turismo. (1998). *Cuenta satélite de turismo: marco conceptual* Madrid: OMT.
- Organização Mundial do Turismo. (2001). *The Turism Account as na Orgoing Process: Past, Present and Future Developments*. Madrid: OMT
- Organización Mundial del Turismo, (1999) *Orientaciones Generales para la Elaboración de la Cuenta Satélite de turismo (CST): Medición de la demanda turística total* (vol.1) Madrid: OMT,WTO,BTO.
- Organización Mundial del Turismo(1999). *Orientaciones generales para la elaboración de la cuenta satélite de turismo (CST): medición de la oferta* (vol.2) Madrid: OMT,WTO,BTO.
- Organización Mundial del Turismo (OMT-UNWTO). (2016). *Panorama OMT del turismo internacional*. Madrid: OMT-UNWTO.

- Paulani, L. M., & Braga, M. B. (2007). *A Nova Contabilidade Social: uma introdução à macroeconomia*. (3a. rev e atual. ed.). São Paulo: Saraiva.
- Perez, A. S. (Coord.). (2006). *Introdução à metodologia da pesquisa em turismo*. São Paulo: Roca.
- Perez, S. Amparo; Organização Mundial do Turismo. *Introdução ao turismo*. São Paulo : Roca, 2001. Tradução de: *Introducción al turismo*.
- Quevedo, M. (2007). *Turismo na era do conhecimento*. Florianópolis: Pandion.
- Rabahy, W. A., & Rejowski, M. (2001). Experiência brasileira em contas nacionais. *Turismo em Análise*, 12 (2), 32-42.
- Richardson, R. J. (2008). *Pesquisa social: métodos e técnicas*. (3a. ed. rev. ampl.). São Paulo: Atlas.
- Rodrigue, C., & Blattmann, U. (2014). Gestão da informação e a importância do uso de fontes de informação para geração de conhecimento. *Perspectivas em Ciência da Informação*, 19 (3), 4-29.
- Rossouw, R., & Saayman, M. (2011). Assimilation of tourism satellite accounts and applied general equilibrium models to inform tourism policy analysis. *Tourism Economics*, 17 (4), 753–783.
- Rossetti, J. P. (1995). *Contabilidade social*. (7a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Sinclair, M. T., & Stabler, M. (2009). *Aspectos econômicos do turismo*. Brasília: EDU – UNB
- Santos, G. E. O., & Kadota, D. K. (2012). *Economia do turismo*. São Paulo: Aleph.
- Sharma, A., & Olsen, M. D. (2005). Tourism satellite accounts implementation in Tanzania, *Annals of Tourism Research*, 32 (2), 367–385.
- Smeral, E. (2006). Tourism satellite accounts: a critical assessment. *Journal of Travel Research*, 45 (1), 92-98.
- Smeral, E. (2005). The economic impact of tourism: beyond satellite accounts. *Tourism Analysis*, 10 (1), 55–64.
- Sun, Y. (2014). A framework to account for the tourism carbon footprint at Island destinations. *Tourism Management*, 45 (1), 16-27.
- United Nations., World Bank., International Monetary Fund., Commission of the European Communities., & Organisation for Economic Co-operation and Development. (1993). *System of National Accounts 1993*. Brussels/Luxembourg, New York, Paris, Washington: UN.
- United Nations., World Bank., International Monetary Fund., Commission of the European Communities., & Organisation for Economic Co-operation and Development. (2008). *System of National Accounts 2008*. Brussels/Luxembourg, New York, Paris, Washington: UN.
- United Nations., World Tourism Organization., Organisation for Economic Co-operation and Development European Communities., & Commission of the European Communities. (2010). *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework 2008*. Luxembourg, Madrid, New York, Paris: UN. Recuperado em 15 Março, 2014, de http://unstats.un.org/unsd/publication/Seriesf/SeriesF_80rev1e.pdf
- United Nations., World Tourism Organization., Organisation for Economic Co-operation and Development European Communities., & Commission of the European Communities. (2010). *International Recommendations for Tourism Statistics 2008- IRTS*. Luxembourg, Madrid, New York, Paris: UN. Recuperado em 15 Março, 2014, de http://unstats.un.org/unsd/publication/SeriesM/seriesm_83rev1e.pdf
- Vasconcellos, M. A. S. (2011). *Economia: micro e macro*. (5a. ed.). São Paulo: Atlas.
- World Travel & Tourism Council. (2013), disponível em <http://wtctinfographic.org/compare/brazil> acesso em: 15 de Mar, 2014.

APÊNDICE

Apêndice A

Tabela 1: Valor bruto da produção das atividades características do turismo 2013

Valor Bruto da Produção das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	25.760.964
Serviços de Alimentação	232.799.058
Transporte Aéreo	74.583.962
Transporte Rodoviário	110.500.376
Transporte Ferroviário	6.808.503
Transporte Aquaviário	15.184.774
Serviços Auxiliares aos Transportes	43.197.333
Atividades de Agência e Org. de Viagens	14.429.945
Aluguel de Veículos	11.596.473
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	28.931.422
Total	563.792.810

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice B

Tabela 2: Valor adicionado bruto das atividades característica do turismo em 2013

Valor Adicionado Bruto da Produção das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	15.725.459
Serviços de Alimentação	124.657.567
Transporte Aéreo	21.240.964
Transporte Rodoviário	63.674.738
Transporte Ferroviário	4.276.919
Transporte Aquaviário	6.353.839
Serviços Auxiliares aos Transportes	25.810.635
Atividades de Agência e Org. de Viagens	8.524.216
Aluguel de Veículos	7.694.050
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	17.672.682
Total	295.631.069

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice C

Tabela 3: Consumo Intermediário das Atividades Característica do Turismo em 2013

Consumo Intermediário das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	10.035.504
Serviços de Alimentação	108.141.491
Transporte Aéreo	53.342.998
Transporte Rodoviário	46.825.639
Transporte Ferroviário	2.531.584
Transporte Aquaviário	8.830.934
Serviços Auxiliares aos Transportes	17.386.698
Atividades de Agência e Org. de Viagens	5.905.728
Aluguel de Veículos	3.902.423
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	11.258.740
Total	268.161.739

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice D

**Tabela 4: Excedente Operacional bruto das atividades característica do turismo em
2013**

Excedente Operacional Bruto das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	7.283.669
Serviços de Alimentação	56.849.154
Transporte Aéreo	21.240.964
Transporte Rodoviário	22.016.120
Transporte Ferroviário	1.094.101
Transporte Aquaviário	2.958.282
Serviços Auxiliares aos Transportes	15.533.895
Atividades de Agência e Org. de Viagens	3.543.892
Aluguel de Veículos	5.620.458
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	9.634.438
Total	145.774.973

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice E

Tabela 5: Gasto com pessoal das atividades característica do turismo em 2013

Gasto com pessoal das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	8.441.790
Serviços de Alimentação	67.808.413
Transporte Aéreo	12.622.394
Transporte Rodoviário	41.658.618
Transporte Ferroviário	3.182.818
Transporte Aquaviário	3.395.558
Serviços Auxiliares aos Transportes	10.276.740
Atividades de Agência e Org. de Viagens	4.980.324
Aluguel de Veículos	2.073.592
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	8.038.244
Total	162.478.491

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice F

Tabela 6: Número de Postos de Trabalho das Atividades Característica do Turismo em 2013

Número de Postos de Trabalho das ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	442.512
Serviços de Alimentação	4.511.499
Transporte Aéreo	144.297
Transporte Rodoviário	1.470.770
Transporte Ferroviário	29.698
Transporte Aquaviário	37.437
Serviços Auxiliares aos Transportes	200.496
Atividades de Agência e Org. de Viagens	175.023
Aluguel de Veículos	55.774
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	546.247
Total	7.613.753

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice G

Tabela 7: Rendimentos pagos pelas Atividades Característica do Turismo em 2013

Rendimentos pagos pelas ACT's 2013 (1 000)	
ACT's	Total por atividade
Serviços de Alojamento	6.565.808
Serviços de Alimentação	52.618.762
Transporte Aéreo	9.062.972
Transporte Rodoviário	29.232.576
Transporte Ferroviário	2.019.585
Transporte Aquaviário	2.326.162
Serviços Auxiliares aos Transportes	6.210.821
Atividades de Agência e Org. de Viagens	3.637.518
Aluguel de Veículos	1.347.384
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	6.279.312
Total	119.300.900

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice H

Tabela 8: Remuneração média anual paga pelas atividades característica do turismo em 2013

Remuneração média anual paga pelas ACT's 2013 (1 000)		
ACT's	Total por atividade	Percentual
Serviços de Alojamento	14.837,60	4,54%
Serviços de Alimentação	11.663,25	3,57%
Transporte Ferroviário	68.004,07	20,81%
Transporte Rodoviário	19.875,69	6,08%
Transporte Aquaviário	62.135,85	19,02%
Transporte Aéreo	62.807,43	19,22%
Serviços Auxiliares aos Transportes	30.977,28	9,48%
Atividades de Agência e org. de Viagens	20.783,08	6,36%
Aluguel de bens móveis	24.157,98	7,39%
Atividades recreativas, Culturais e Lazer	11.495,39	3,52%
Total	326.737,62	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

Apêndice I

Tabela 9: Número de empresas das atividades característica do turismo em 2013

Número de empresas das ACT's 2013 (1 000)		
ACT's	Total por atividade	Percentual
Serviços de Alojamento	34.263	3,93%
Serviços de Alimentação	639.656	73,41%
Transporte Aéreo	132	0,02%
Transporte Rodoviário	59.992	6,88%
Transporte Ferroviário	17	0,002%
Transporte Aquaviário	241	0,03%
Serviços Auxiliares aos Transportes	1.331	0,15%
Atividades de Agência e Org. de Viagens	26.816	3,08%
Aluguel de Veículos	682	0,08%
Atividades Recreativas, Culturais e Lazer	108.221	12,42%
Total	871.351	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa, 2016

ANEXOS

ANEXO A

Tabla 1: Consumo de turismo receptivo, por productos e tipos de visitantes.

Productos	Gasto turístico receptor		
	Turistas (visitantes que pernoctan) (1.1)	Excursionistas (visitantes del día) (1.2)	Visitantes (1.3) = (1.1) + (1.2)
A. Productos de consumo ^a			
A.1. Productos característicos del turismo			
1. Servicios de alojamiento para visitantes		X	
1.a. Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b		X	
1.b. Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones		X	
2. Servicios de provisión de alimentos y bebidas			
3. Servicios de transporte de pasajeros por ferrocarril			
4. Servicios de transporte de pasajeros por carretera			
5. Servicios de transporte de pasajeros por agua			
6. Servicios de transporte aéreo de pasajeros			
7. Servicios de alquiler de equipos de transporte			
8. Agencias de viajes y otros servicios de reserva			
9. Servicios culturales			
10. Servicios deportivos y recreativos			
11. Bienes característicos del turismo, específicos de cada país			
12. Servicios característicos del turismo, específicos de cada país			
A.2. Otros productos de consumo ^b			
B.1. Objetos valiosos			
Total			

Fonte: NU *et al.* (2010).

ANEXO B

Tabla 2: Consumo de turismo doméstico, por productos e tipos de visitante

Productos	Gasto turístico Interno			Gasto turístico Interno					
	Viajes Internos ^a			Viajes emisores ^a			Todos los tipos de viajes		
	Turistas (visitantes que pernoctan) (2.1)	Excursionistas (visitantes del día) (2.2)	Visitantes (2.3) = (2.1) + (2.2)	Turistas (visitantes que pernoctan) (2.4)	Excursionistas (visitantes del día) (2.5)	Visitantes (2.6) = (2.4) + (2.5)	Turistas (visitantes que pernoctan) (2.7) = (2.1) + 2.4)	Excursionistas (visitantes del día) (2.8) = (2.2) + (2.5)	Visitantes (2.9) = (2.3) + (2.6)
A. Productos de consumo ^b									
A.1. Productos característicos del turismo									
1.	Servicios de alojamiento para visitantes				X			X	
1.a.	Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b				X			X	
1.b.	Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones		X		X			X	
2.	Servicios de provisión de alimentos y bebidas								
3.	Servicios de transporte de pasajeros por ferrocarril								
4.	Servicios de transporte de pasajeros por carretera								
5.	Servicios de transporte de pasajeros por agua								
6.	Servicios de transporte aéreo de pasajeros								
7.	Servicios de alquiler de equipos de transporte								
8.	Agencias de viajes y otros servicios de reserva								
9.	Servicios culturales								
10.	Servicios deportivos y recreativos								
11.	Bienes característicos del turismo, específicos de cada país								
12.	Servicios característicos del turismo, específicos de cada país								
A.2. Otros productos de consumo ^c									
B.1. Objetos valiosos									
Total									

ANEXO C

Tabela 3: Consumo de turismo emissor, por produtos e tipos de visitantes

Productos	Gasto turístico emisor		
	Turistas (visitantes que pernoctan) (3.1)	Excursionistas (visitantes del día) (3.2)	Visitantes (3.3) = (3.1) + (3.2)
A. Productos de consumo ^a			
A.1. Productos característicos del turismo			
1. Servicios de alojamiento para visitantes		X	
1.a. Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b		X	
1.b. Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones		X	
2. Servicios de provisión de alimentos y bebidas			
3. Servicios de transporte de pasajeros por ferrocarril			
4. Servicios de transporte de pasajeros por carretera			
5. Servicios de transporte de pasajeros por agua			
6. Servicios de transporte aéreo de pasajeros			
7. Servicios de alquiler de equipos de transporte			
8. Agencias de viajes y otros servicios de reserva			
9. Servicios culturales			
10. Servicios deportivos y recreativos			
11. Bienes característicos del turismo, específicos de cada país			
12. Servicios característicos del turismo, específicos de cada país			
A.2. Otros productos de consumo ^b			
B.1. Objetos valiosos			
Total			

Fonte: NU *et al.* (2010).

ANEXO D

Tabela 4: Consumo de turismo interno, por produto

Productos	Gasto turístico interior			Otros componentes del consumo turístico ^a	Consumo turístico interior
	Gasto turístico receptor	Gasto turístico interno	Gastos turístico interior		
	(1.3)	(2.9)	(4.1) = (1.3) + (2.9)	(4.2)	(4.3) = (4.1) + (4.2)
A. Productos de consumo ^b					
A.1. Productos característicos del turismo					
1. Servicios de alojamiento para visitantes					
1.a. Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b					
1.b. Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones					
2. Servicios de provisión de alimentos y bebidas					
3. Servicios de transporte de pasajeros por ferrocarril					
4. Servicios de transporte de pasajeros por carretera					
5. Servicios de transporte de pasajeros por agua					
6. Servicios de transporte aéreo de pasajeros					
7. Servicios de alquiler de equipos de transporte					
8. Agencias de viajes y otros servicios de reserva					
9. Servicios culturales					
10. Servicios deportivos y recreativos					
11. Bienes característicos del turismo, específicos de cada país					
12. Servicios característicos del turismo, específicos de cada país					
A.2. Otros productos de consumo ^c					
B.1. Objetos valiosos					
Total					

Fonte: NU *et al.* (2010).

ANEXO G

Tabela 7: Emprego nas atividades características do turismo

Industrias turísticas	Número de establecimientos	Número de empleos por situación en el empleo*					
		Asalariados			Independientes		
		Hombres	Mujeres	Total	Hombres	Mujeres	Total
1. Alojamiento para visitantes							
1.a. Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b							
1.b. Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones							
2. Industria de provisión de alimentos y bebidas							
3. Transporte de pasajeros por ferrocarril							
4. Transporte de pasajeros por carretera							
5. Transporte de pasajeros por agua							
6. Transporte aéreo de pasajeros							
7. Alquiler de equipos de transporte							
8. Industria de agencias de viajes y de otros servicios de reserva							
9. Industria cultural							
10. Industria deportiva y recreativa							
11. Comercio minorista de bienes característicos del turismo, específicos de cada país							
12. Otras industrias características del turismo, específicas de cada país							
Total							

Fonte: NU *et al.* (2010).

ANEXO I

Tabela 9: Consumo coletivo de turismo, por produtos e esferas de Governo

Productos ^a	Niveles de las administraciones públicas			Consumo colectivo turístico (9.4)= (9.1)+(9.2)+(9.3)	Partida informativa ^b
	Nacional (9.1)	Regional (9.2)	Local (9.3)		Consumo intermedio por las industrias turísticas
85561	Servicios de promoción turística				
85562	Servicios de información turística				X
91135	Servicios administrativos relacionados con actividades de preparación y distribución de comidas, hoteles y restaurantess				
91136	Servicios administrativos relacionados con asuntos turísticos				X
Parte de:					
83700	Servicios de estudios de mercado y de encuestas de opinión pública				X
91260	Servicios de policía y de protección contra incendios				X
92219	Otros servicios de educación y formación, n.e.p.				
92920	Servicios de apoyo educativo				
TOTAL					

Fonte: NU *et al.* (2010).

ANEXO J

Tabela 10: Indicadores não monetários

A. Número de viagens e pernoites, por tipos de turismo e categorias visitantes.

	Turismo receptor			Turismo interno			Turismo emisor		
	Turistas (visitantes que pernoctan)	Excursio- nistas (visitantes del día)	Visitantes	Turistas (visitantes que pernoctan)	Excursio- nistas (visitantes del día)	Visitantes	Turistas (visitantes que pernoctan)	Excursio- nistas (visitantes del día)	Visitantes
Número de viajes									
Número de pernoctaciones		X			X			X	

Fonte: NU *et al.* (2010).

B. Turismo receptivo: número de chegadas e pernoites, por meios de transportes

	Número de llegadas	Número de pernoctaciones
1. Aire		
1.1. Vuelos regulares		
1.2. Vuelos no regulares		
1.3. Aeronaves privadas		
1.4. Otros medios de transporte aéreo		
2. Agua		
2.1. Líneas de pasajeros y transbordadores		
2.2. Cruceros		
2.3. Yates		
2.4. Otros medios de transporte por agua		
3. Terrestre		
3.1. Ferrocarril		
3.2. Autocares o autobuses y otros medios de transporte público por carretera		
i) Taxis, limusinas y alquiler de vehículos de motor privados con conductor		
ii) Alquiler de vehículos de tracción humana o animal		
3.4. Vehículo privado propio (con capacidad para ocho personas como máximo)		
3.5. Vehículo alquilado sin conductor (con capacidad para ocho personas como máximo)		
3.6. Otros medios de transporte terrestre: caballo bicicleta, motocicleta, etcétera		
TOTAL		

Fonte: NU *et al.* (2010).

C. Número de establecimientos e capacidade por tipos de alojamiento

	Alojamiento para visitantes en la CIU 55			Actividades inmobiliarias en la CIU 68	
	Actividades de alojamiento a corto plazo	Terrenos de camping, parques para vehículos de recreo, parques para caravanas	Otro alojamiento	Actividades inmobiliarias con bienes propios o arrendados	Actividades inmobiliarias sobre la base de una comisión o de un contrato
Número de establecimientos					
Capacidad (habitaciones)					
Capacidad (camas)					
Utilización de la capacidad (habitaciones)					
Utilización de la capacidad (camas)					

Fonte: NU *et al.* (2010).

D. Número de establecimientos nas indústrias turísticas, classificados pelo número médio de empregos

	1-4	5-9	10-19	20-49	50-99	100-249	250-499	500-999	>1000	TOTAL
Industrias turísticas										
1. Alojamiento para visitantes										
1.a. Servicios de alojamiento para visitantes no contemplados en 1.b										
1.b. Servicios de alojamiento asociados con todos los tipos de propiedad de casas de vacaciones										
2. Industria de provisión de alimentos y bebidas										
3. Transporte de pasajeros por ferrocarril										
4. Transporte de pasajeros por carretera										
5. Transporte de pasajeros por agua										
6. Transporte aéreo de pasajeros										
7. Alquiler de equipos de transporte										
8. Industria de agencias de viajes y de otros servicios de reserva										
9. Industria cultural										
10. Industria deportiva y recreativa										
11. Comercio minorista de bienes característicos del turismo, específicos de cada país										
12. Otras industrias turísticas, específicas de cada país										
TOTAL										

Fonte: NU *et al.* (2010).